



*O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português*

# JOSÉ HENRIQUES DE MELLO

GUINÉ: CAMPANHAS DE 1907-1908

MÁRIO MATOS E LEMOS  
ALEXANDRE RAMIRES



[Página deixada propositadamente em branco]

MÁRIO MATOS E LEMOS

ALEXANDRE RAMIRES

*O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português*

# JOSÉ HENRIQUES DE MELLO

GUINÉ: CAMPANHAS DE 1907-1908

## Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

## Conceção Gráfica

Alexandre Ramires

## Pré-Impressão

António Resende

Imprensa da Universidade de Coimbra

## Digitalização e tratamento de imagens

Alexandre Ramires

## Impressão e Acabamento

SerSilito • Maia

## ISBN

978-989-8074-61-4

## ISBN Digital

978-989-26-0440-4

## DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0440-4>

## Depósito Legal

287673/09

Obra publicada com o apoio de:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



C E I S 3 0  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO VÍNCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

© NOVEMBRO 2008, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## ADVERTÊNCIA

O principal objectivo deste trabalho é dar a conhecer o nome e a obra do primeiro fotógrafo de guerra português, José Henriques de Mello, que na então Província da Guiné efectuou algumas dezenas de fotografias da campanha 1908, que contou com uma força expedicionária enviada pelo governo português e chefiada pelo governador, 1º tenente João de Oliveira Muzanty. Faz agora um século.

A escassez de elementos sobre o fotógrafo – desconhecido de todos os especialistas portugueses, como António Pedro Vicente, pioneiro na investigação sobre e fotografia e os primeiros fotógrafos portugueses – é amplamente compensada pela riqueza do seu trabalho, como poderá verificar-se nas páginas que se seguem. A importância de José de Mello não deriva apenas do facto de ser – tudo o indica – o primeiro fotógrafo de guerra português, pois para além das fotografias obtidas na frente de combate, ou que retratam cenas, comuns nesta época, de grupos de oficiais ou de movimentos de tropas, não faltam documentos interessantíssimos, como o de um casamento em Bolama, o de uma representação teatral, também em Bolama, e numerosas e excelentes fotografias de carácter etnográfico, material a que o Dr. Alexandre Ramires deu o devido relevo.

As campanhas de Oliveira Muzanty na Guiné – em 1907 e 1908 – recebem aqui um tratamento desenvolvido, talvez mais desenvolvido do que elas – e os seus resultados – mereçam. Todavia, foram dois os motivos que me levaram a fazê-lo: primeiro, porque para apreciar devidamente o trabalho do fotógrafo é necessário explicar os cenários em que actuou; depois, porque estas campanhas estão bastante esquecidas, embora tivessem sido, na época, acompanhadas com certo cuidado pela imprensa: geraram numerosíssimas notícias, muitas crónicas e várias entrevistas, além de dois livros. Com efeito, em todos os principais diários portugueses surgiram numerosas notícias, antes, durante e depois das campanhas, e não faltaram os comentários dos correspondentes *ad hoc* ou de pessoas que os jornais entendiam estarem habilitadas para falar dos aspectos políticos ou militares das campanhas e da Guiné, geralmente comerciantes ou antigos oficiais que se encontrassem em Lisboa. Às vezes, eram até publicadas cartas chegadas da Guiné com descrições das lutas. Foi o caso, por exemplo, da narração que um oficial faz sobre as operações no Xime, em carta datada de Bambadinca, 8 de Dezembro de 1907, publicada pelas *Novidades* dias depois. Essa carta traz larga cópia de pormenores, até sobre a saúde do governador, apoquentado, diz, com “o paludismo que não o larga e com os cuidados de governo que têm sido grandes”. Nesses artigos e comentários, os jornais reflectem, naturalmente, as suas posições pró-governamentais ou oposicionistas, com relevo para os diários republicanos. Na imprensa levantam-se também questões interessantes, como se se devia, ou não, proceder à ocupação efectiva dos territórios, se se devia, ou não, enviar expedições a África.

Estas campanhas tiveram ainda dois cronistas de excepção, dois oficiais que participaram nas operações, um, do Exército, o tenente de Artilharia Luís Nunes da Ponte; o outro, da Marinha, o 2º tenente Frederico Pinheiro Chagas, um dos filhos mais novos de Manuel Pinheiro Chagas.

*A Campanha da Guiné (1908) – Breve Narrativa*, de Luís Nunes da Ponte, é uma edição de autor, publicada no Porto em 1909, fora do mercado, exclusivamente destinada a alguns amigos, e descreve as campanhas de 1908, nas quais participou. Nunes da

Ponte é extremamente crítico para a forma como se organizou em Lisboa a expedição que foi combater à Guiné, considerando que a “rapidez e precipitação” na constituição da coluna “muito contribuiu para tornarem duvidoso o êxito de tantos esforços”. Dada a sua distribuição privada e limitada, a imprensa não lhe fez referência.

Por seu lado, Frederico Pinheiro Chagas dirigiu-se ao grande público, reunindo num volume de 200 páginas [*Na Guiné - 1907-1908*], uma série de artigos que publicara nos *Anais do Clube Militar Naval*. O livro vendia-se, por 700 reis, “nas livrarias Ferin e Rodrigues e na tabacaria Mónaco”, todas em Lisboa. A *Revista de Infanteria* fez-lhe o elogio: “Por forma despretensiosa, mas em estilo elegante e corrente, descreve o sr. Pinheiro Chagas as diversas fases e todos os acontecimentos que se deram durante aquela campanha em que tomou parte distinta. O valor da sua narração é ainda aumentado com esplêndidas fotografuras dos oficiais que constituíram a coluna, de croquis de paisagens e de aspectos da região. O seu trabalho é precedido de uma extensa introdução onde faz a crítica da orientação que se tem seguido com relação à Guiné, onde rebate com argumentos valiosos a crítica acerba que por vezes se tem feito às campanhas coloniais e onde nos põe ao corrente das raças, hábitos e costumes dos povos que habitam aquela fértil colónia.”

Por fim, quero deixar algumas palavras de agradecimento: ao Dr. Alexandre Ramires, que, com incedível competência procedeu ao tratamento das fotografias de José de Mello; ao Doutor Luís Reis Torgal, pelo interesse e carinho com que acompanhou este trabalho, por cuja publicação muito se interessou, ao Doutor António Pedro Vicente, que imediatamente reconheceu a qualidade do fotógrafo e me estimulou a dá-lo a conhecer, à Dra. Isabel Beato, directora do Arquivo da Marinha, que me auxiliou na busca dos elementos biográficos de Muzanty; e, finalmente, à Dra. Maria João Padez de Castro, que quis acolher este trabalho entre as publicações da Imprensa da Universidade de Coimbra.

*Mário Matos e Lemos*

## O FOTÓGRAFO JOSÉ DE MELLO

José Henriques de Mello, ou José de Mello, como se assinava, nasceu em 1875, em Lisboa, filho de Vítor José de Mello, negociante e proprietário em Cabo Verde, baptizado em Lisboa, em Santos-o-Velho, e de Maria José Henriques de Mello, baptizada na igreja de Nossa Senhora de Conceição, na ilha cabo-verdiana do Fogo. Era irmão mais novo (seriam talvez dez filhos e José de Mello era o sexto) de João de Mello, que fora de Portugal para S. Vicente, onde abriu, em 1890, uma casa fotográfica, a “Mello Fotógrafo”, vencedora de um prémio na Exposição Insular e Colonial Portuguesa realizada no Palácio de Cristal do Porto em 1894. José<sup>1</sup> foi trabalhar para a Loja Nova, na Cidade da Praia, ilha de Santiago, mas depois deverá ter ficado a colaborar com o irmão.

Quando, no fim de 1907, foi feito o recrutamento de militares voluntários para a Guiné, José de Mello deve ter decidido acompanhar a expedição. Talvez tenha sido ele a propor ao diário *O Século*, de Lisboa, mandar-lhe fotografias do que se fosse passando, ou talvez o próprio jornal – que nessa altura publicava o semanário *Ilustração Portuguesa* – lhe propusesse a correspondência. Seja como for, a verdade é que a sua ida à Guiné transformou-o no primeiro fotógrafo de guerra português, o primeiro a estar presente numa frente de combate para enviar a um jornal o seu testemunho visual<sup>2</sup>. Essa presença está comprovada não só pelas fotografias que tirou e que foram publicadas no *Século*, como também pelas duas referências que Frederico Pinheiro Chagas lhe faz no seu livro. Na primeira, na pág. 94, informa: “José de Mello, um fotógrafo de Cabo Verde, que nos acompanhou durante a campanha do Cuór. Dele são algumas das fotografias aqui publicadas”; na segunda, na pág. 108, escreve que no combate com os papéis, num vale que separava Bissau de Intim, “o fotógrafo José de Mello, que ia no quartel-general, ficou com a capa da máquina rasgada por uma bala”.

*O Século*, como atrás disse, publica, logo no início de 1908, algumas fotografias suas: um retrato de mulher, no dia 7 de Janeiro; no dia seguinte, as canhoneiras “Cacongo” e “Cacheu” no porto de Farim; o retrato de um ministro do régulo de Antim, em 21 de Fevereiro, e, por fim, um grupo de sargentos em Bissau, no dia 28 do mesmo mês<sup>3</sup>. As fotos não estão assinadas, mas *O Século* refere-se a

---

<sup>1</sup> – O Dr. Lourenço Correia de Matos encontrou na Torre do Tombo, no registo paroquial de Santa Isabel, em Lisboa (B-30, fl. 219), o assento de baptizado de um irmão mais novo de José de Mello, Júlio, que nasceu a 25 de Agosto de 1881 e foi baptizado a 30 de Setembro do mesmo ano. O assento – que indica os nomes dos avós paternos (Alexandre José de Mello e Bernardina Rosa de Mello) e maternos (Manuel Romano Henriques e Maria Marcelina Medina Henriques) – revela um dado curioso: o padrinho de Júlio era Júlio César Jansen Verdades, negociante e proprietário na Guiné Portuguesa. Essa ligação de amizade da sua família com Júlio César pode explicar, pelo menos em parte, que José de Mello tenha decidido acompanhar a expedição militar portuguesa à Guiné em 1908.

<sup>2</sup> – Alguns meses antes, na campanha do Cuamato, em Angola, um oficial que participou nessa campanha, o alferes Alfredo José Veloso de Castro, fez diversas fotografias, algumas das quais, segundo a *Ilustração Portuguesa*, que as publica, “debaixo de fogo”, o que o tornaria no primeiro fotógrafo de guerra se fosse um profissional e não um amador, embora qualificado, que não tinha na fotografia o seu modo de vida.

<sup>3</sup> – A publicação destas fotografias logo no início de Janeiro de 1908 mostra que José de Mello já se encontrava na Guiné em pelo menos fins de 1907, muito antes, portanto, da chegada da expedição militar mandada por Lisboa em Março de 1908, apesar de ter sido inicialmente prometida para o fim de 1907.

José de Mello em crónicas do seu correspondente. Por sua vez, *A Lucta*, numa crónica do seu colaborador Jaime Augusto da Graça Falcão, um comerciante que em tempos fora oficial do exército e nessa qualidade combatera na Guiné, afirma que “*O Século* mandou um fotógrafo para tirar vistas para a *Ilustração Portuguesa*”<sup>4</sup>. Com efeito, no seu número de 8 de Junho de 1908, aquele semanário publicou um artigo intitulado “A Guerra da Guiné” ilustrado com 12 fotografias devidamente identificadas como “clichés de José de Mello”. Todavia, no arquivo do jornal, hoje na Torre do Tombo, não existem quaisquer fotos originais de José de Mello<sup>5</sup>.

Claro que, nesses anos, os recursos técnicos não permitiam ao fotógrafo captar instantâneos dos combates: as fotos são anteriores ou posteriores: a preparação e as consequências. É assim que vamos encontrar o desembarque dos cavalos, as tropas em marcha ou nas trincheiras com as espingardas apontadas, testemunhos dos preparativos, ou então mortos no terreno ou aldeias incendiadas, testemunhos do fim do combate.

Enquanto esteve na Guiné, José de Mello dedicou-se também a fotografar as gentes e as paisagens locais. Algumas dessas fotos foram utilizadas em postais da Guiné impressos em França, o que não é para admirar dada a existência de várias e importantes casas comerciais francesas estabelecidas no território. Outras, incluindo algumas dele próprio, foram reunidas pelo fotógrafo num nutrido álbum<sup>6</sup> dedicado a D. Maria Esther da Silva Gouveia, que depois apurei ser filha, e ainda muito jovem, do importante comerciante local António da Silva Gouveia<sup>7</sup>.

Todavia, José de Mello deve ter decidido deixar a Guiné pouco depois de terminadas as campanhas, talvez porque não se lhe antolhasse ali grande futuro para um fotógrafo, e deverá ter voltado para Lisboa de onde, segundo recordações da família, emigrou para os Estados Unidos, cerca de 1910, com dois filhos. A mulher, Carlota Alfama (descendente de portugueses radicados em São Nicolau), deveria juntar-se-lhe mais tarde mas desistiu da viagem quando já ia no bote a caminho do vapor que a levaria para Nova Iorque e nunca mais, ao que parece, se soube dele. Julga-se que José de Mello fundou em Brooklin uma casa fotográfica e é possível que haja descendentes vivos nos Estados Unidos, mas não consegui encontrar sequer referência à sua entrada no país, que não deverá ter sido por Ellis Island cujo sítio na Internet, que consultei, não refere o seu nome. Também o registo do passaporte que certamente pediu para emigrar não existe, pois estão em falta, na Torre do Tombo, os anos entre 1900 e 1919. Nos seus parentes que vivem em Portugal e em Cabo Verde – e aos quais, em particular à Sra. D. Mary Oliveira, aqui deixo expresso o meu reconhecimento pelos esforços que fizeram para me fornecerem os poucos elementos de que dispunham – já pouca memória resta.

---

4 – 19 de Abril de 1908.

5 – As fotos são actualmente propriedade de xxxx.

6 – Este álbum é actualmente propriedade de xxxx.

7 – *O Almanach Palhares para 1908 – Burocrático, Commercial, Industrial e Litterario do Continente e Ultramar*, identificava António da Silva Gouveia como “negociante de África”, da firma Silva Gouveia e C<sup>o</sup>, com sede em Lisboa na R. Victor Cordon, 19-2<sup>o</sup>.

Para se apreciar devidamente o trabalho de José de Mello no terreno, numa altura em que à fotografia, como elemento de informação, não se atribuía demasiada importância, é preciso recordar o que foram estas campanhas, que não deixaram muita memória, como atrás observei. A explicação para este relativo esquecimento talvez resida no facto de estarem muito próximas das campanhas de Teixeira Pinto (entre 1913 e 1915), mais importantes porque delas resultou uma sólida unificação administrativa da Guiné Portuguesa, agora Guiné-Bissau<sup>8</sup>, que deu origem a uma consciência nacional que perdurou até aos dias de hoje.

## O GOVERNADOR MUZANTY

João Augusto de Oliveira Muzanty nasceu em Lisboa, na freguesia do Coração de Jesus, a 17 de Outubro de 1872, e foi baptizado em 31 de Dezembro desse mesmo ano<sup>9</sup>. Era filho de João Luiz Muzanty Júnior (1844-1904), então tenente do Estado-Maior, e de Emília Cândida de Lacerda Pamplona Corte Real Betencourt de Oliveira Muzanty (1837-1894), natural do Porto. Um tio paterno, Augusto Luiz Muzanty morreu tenente-coronel na reserva em 14 de Janeiro de 1919. Assentou praça no corpo de alunos da Armada em 5 de Novembro de 1888 como aspirante de 2ª classe de Marinha e foi o 8º do seu curso, concluído em 1892. Guarda-marinha em 1893, foi promovido a 2º tenente em 1895. Fez parte da guarnição da canhoneira "Liberal" durante as campanhas contra os Namarrais e de Gaza, ambas em 1897, e foi louvado pela forma como cumpriu o seu dever "embora não tivesse ocasião de se distinguir durante as operações de guerra". Foi depois comandante da lancha-canhoneira "Capello", no rio Limpopo, entre 17 de Março de 1897 e 8 de Março do ano seguinte, regressando então a Lisboa. Em Janeiro de 1900. foi nomeado chefe da comissão de limites da Guiné, tendo terminado o serviço de delimitação, já 1º tenente (fora promovido em 1902) em Junho de 1905. Esteve várias vezes em Lisboa, durante esses anos, por períodos longos mais ou menos coincidentes com os períodos das chuvas na Guiné (Maio-Novembro). O profundo conhecimento da Guiné que adquiriu durante esses anos justifica que em Junho de 1906 tivesse sido nomeado governador da Província, aonde chegou, nessa qualidade, em 13 de Agosto seguinte. Manter-se-ia no cargo até 28 de Janeiro de 1909 (deslocou-se a Lisboa entre 20 de Julho e 17 de Novembro de 1907 e entre 15 de Julho e 13 de Dezembro de 1908). Casara, entretanto, em Janeiro de 1907, com D. Amélia Vieira (de quem enviuvou em Outubro de 1922).

---

<sup>8</sup> - O actual território da Guiné-Bissau herdou os limites definidos para a Guiné Portuguesa pela Convenção Luso-Francesa de 1886, para a qual, aliás, Oliveira Muzanty dera importante contribuição. Note-se que no Portugal do séc. XV o termo Guiné tinha um sentido muito mais vasto: designava a *Terra dos Negros*, por oposição à *Terra dos Mouras*, os azenegues ou alarves, para Norte do Rio Senegal.

<sup>9</sup> - O primeiro Muzanty de que há registo em Portugal - provável antepassado do futuro almirante - é o italiano João Muzanty que em 1803 requereu, com António Centazi, também italiano, autorização para "abrir uma fábrica de licores na outra banda", pedido, aliás, recusado pela Junta de Comércio (Francisco Santana, in *Documentos do Cartório da Junta do Comércio Respeitantes a Lisboa, 1755-1804*). Câmara Municipal de Lisboa, 1976, p. 631 [Informação que agradeço ao dr. Lourenço Correia de Matos].

Como governador, Oliveira Muzanty organizou e comandou diversas operações militares (de 21 de Março a 28 de Abril de 1907 no Oio, de 21 de Novembro de 1907 a 31 de Janeiro de 1908 no Geba, e de 19 de Março a 15 de Maio de 1908 na ilha de Bissau<sup>10</sup>, tendo participado em combates como o de Gã-Turé [6/7 de Abril de 1908] e os travados em Intim entre 4 e 11 de Maio de 1908, que foram os últimos das suas expedições. Muzanty, não só foi louvado pelo “zelo, dedicação, inteligência e infatigável esforço” com que exerceu o cargo de governador da Guiné, como lhe foram concedidas, em 28 de Janeiro de 1909, o dia da sua exoneração, as honras de «oficial às ordens de S. M. El-Rei “em atenção ao seu merecimento e aos serviços que prestou como combatente da coluna de operações na Guiné em 1908”. Por despacho publicado no *Diário do Governo* de 13 de Janeiro de 1910, foi nomeado para fazer parte da comissão que ia estudar a organização da marinha colonial e em Abril de 1910 recebeu dois louvores: a 7, “pelo zelo e inteligência como se desempenhou na comissão que lhe foi cometida para estudar a reorganização da Marinha na parte que diz respeito à polícia e fiscalização das costas e rios das possessões ultramarinas” e a 22 “pelo zelo e inteligência como se desempenhou do serviço que lhe foi cometido para estudar a reorganização administrativa da província da Guiné”. Em 29 de Maio seguinte, foi condecorado, juntamente com outros oficiais (de menor patente e, por isso, em graus inferiores) com o grau de Comendador da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, “por relevantes serviços prestados nas operações realizadas na Província da Guiné em 1908”. Finalmente, a 1 de Junho de 1910 foi encarregado do comando da canhoneira “Limpopo”, à qual seria cometida a fiscalização da costa entre Lisboa e Viana do Castelo. O vice-almirante Augusto de Castilho na “Informação para oficial em serviço em terra”, com data de 5 de Julho de 1909, foi elogioso: “Este oficial, que tem uma grande experiência do território da Guiné, esteve sempre muito afrontado com o geral estado de guerra da província e não pôde porventura produzir o que em condições de paz teria produzido. Tenho dele boa impressão.”

Todavia, pelo menos um sector dos comerciantes portugueses da Guiné não apreciou a sua governação. Nos jornais<sup>11</sup> já haviam surgido várias insinuações, em correspondências da Guiné, contra decisões do governador, mas o mais violento ataque foi desferido num opúsculo<sup>12</sup> intitulado *Acudam à Guiné*, dirigido “a S. M. El-Rei, aos Deputados da Nação e Ao Povo Portuguez”, datado de Bolama 14 de Novembro de 1908, publicado em Lisboa em Dezembro do mesmo ano e assinado pelo comerciante José Monteiro de Macedo, que era também correspondente do *Jornal do Commercio*, onde assinava com as iniciais J. B. M. M.. A publicação deste opúsculo foi provocada – segundo diz o autor – pela notícia, “triste e desconsoladora” de que Muzanty talvez fosse reconduzido no cargo de governador da Província, o que seria “uma provocação lançada à face dos seus habitantes [...] a glorificação da prepotência [...] um

8

---

<sup>10</sup> – Bissau já não é ilha, devido ao envasamento do rio Geba.

<sup>11</sup> – Por exemplo, o diário republicano *O Radical*, em 28 de Julho de 1908, já com as campanhas terminadas, elogiava o oficial mas criticava o seu governo: “O sr. Muzanty é um bom oficial de Marinha, para o que tem habilitações, prática e vocação. Para o desempenho de funções políticas e administrativas, faltam-lhe exactamente aqueles requisitos. O que aqui se tem publicado acerca da Guiné e ainda o mais que em breve se publicará, demonstrará à evidência que o sr. Muzanty bom oficial e boa pessoa, tem sido um péssimo governador da Guiné.”

<sup>12</sup> – Tipografia da Empresa da Historia de Portugal, Rua Ivens, 45-47, Lisboa, 1908.

atentado contra o bom senso!"<sup>13</sup>. Segundo informação do *Jornal das Colónias*<sup>14</sup>, "um grupo de comerciantes e um respeitável deputado" apresentaram-se mesmo perante o ministro da Marinha para, "em nome dos comerciantes da Guiné", lhe confirmarem a queixa e lhe exporem "com clareza a situação angustiosa em que a má administração colocou esta província". Nesse escrito, o governador é fortemente investido, atribuindo-se-lhe três dezenas de crimes, que iam desde a execução de barbaridades e assassínios até perseguições a funcionários e comerciantes portugueses, passando pela prática de actos de administração menos claros.

Aliás, não eram seguramente pacíficas as opiniões – contrárias e favoráveis – sobre a actuação do governador: *O Jornal do Commercio* – que já em 6 de Abril de 1907 havia publicado uma "Carta da Guiné" assinada por *Settal*. [assim mesmo, em itálico e com ponto] na qual se traçava enorme elogio ao governador Muzanty [de quem dizia não ter "credo político confessado" mas que "serve a sua pátria com acrisolado sentimento de patriotismo"] – inseriu, em 25 de Abril de 1908, uma "Carta da Guiné", não assinada, datada de 30 de Março desse ano, na qual se afirma que a notícia da "permanência do governador sr. Muzanty no cargo que tão brilhantemente está desempenhando, foi recebida com geral agrado por todos os que de perto têm seguido a sua larga administração, cujas medidas se vão já sentindo, libertando a província do estado de dependência e decadência a que tinha chegado".

Todavia, meses mais tarde<sup>15</sup>, o mesmo periódico – numa clara demonstração de que não havia uma linha editorial coerente sobre a Guiné, nesse como noutros jornais, José Monteiro de Macedo escreveu que "as consequências do grande fiasco da expedição são simplesmente desastrosas" pois "o comércio, paralisado, não pagará direitos alfandegários, e os indígenas, uns de mal connosco, outros exaustos de recursos, não pagarão o imposto de palhota [...] Negociantes, empregados públicos, civis e militares, proprietários, todos enfim terão de limitar as despesas por falta de dinheiro". O mesmo correspondente e comerciante não põe em causa a honestidade de Oliveira Muzanty<sup>16</sup> mas atribui "toda essa desgraça à fraqueza de um governador que não quis ver a tempo que os supostos amigos que o rodeavam só tinham vindo à Guiné para encher os bolsos, desse por onde desse". Todavia, em 29 de Setembro seguinte, no que pode considerar-se um prelúdio ao *Acudam à Guiné* o mesmo correspondente, e signatário do folheto, ataca o governador com enorme violência, falando no "grande empenho que temos todos, todos na Guiné, de nos vermos livres do homem mais prejudicial que tem pisado estas terras".

Por seu turno, *O Economista Portuguez*, no seu número 131, de 13 de Dezembro de 1908, leva muito a sério o folheto acima referido, observando que se ele não fosse assinado por "pessoa que pela sua posição social e qualidades de carácter nos é credora de toda a consideração não lhe teríamos feito a mais leve referência e lançá-lo-íamos ao cesto dos papeis inúteis". Assim, entende o jornal

---

<sup>13</sup> – Este assunto encontra-se referido mais adiante, no capítulo Muzanty e os Comerciantes.

<sup>14</sup> – 20 de Novembro de 1908.

<sup>15</sup> – 29 de Julho de 1908.

<sup>16</sup> – Embora o considere "mau administrador e chefe pusilânime, que fez gorar a melhor expedição que tem vindo à Guiné", in *O Jornal do Commercio*, 1 de Setembro de 1908..

que perante a gravidade das acusações, e abstraindo dos excessos de linguagem, o ministro da Marinha não pode ignorar o caso, sublinhando: “Verdadeiras ou falsas, fundamentadas ou não, as acusações dirigidas pessoalmente contra o governador da Guiné assumem um carácter de tal gravidade que não permitem de forma alguma sejam tratadas com indiferença pela Direcção-Geral do Ultramar. Se são verdadeiras, é que na província existem ou existiram funcionários bastante prevaricadores que de forma alguma podem passar sem um castigo que sirva de exemplo. Se são falsas, a calúnia não deve ficar impune, sob pena de se anular por completo o respeito e a consideração que toda a autoridade deve merecer” pelo que “ao sr. ministro da Marinha compete pois, impreterivelmente o dever de ordenar um inquérito meticoloso e, realizado este, a obrigação, mais imperiosa ainda, de evitar que as suas conclusões sejam subtraídas, como de costume, à publicidade”.

Embora nada indique que as acusações ao governador tivessem sido levadas em conta, nem que tenha havido qualquer inquérito, a verdade é que Oliveira Muzanty não foi reconduzido. O Conselheiro António Cabral afirma que o demitiu por outro motivo, por considerá-lo republicano<sup>17</sup>, explicando: “Outro oficial da Armada, franquista, que logo se baldeou da Monarquia para o regime que ainda cheirava ao fresco, foi o sr. Oliveira Muzanty. Quando tomei conta da pasta da Marinha e Ultramar, nos fins do ano de 1908, achei-o, como governador, à frente da nossa província da Guiné. Exonerei-o, sem demora, por me não inspirar confiança. A sua adesão apressada à República, mal esta alcançou triunfo, provou-me que era justificadíssima a minha desconfiança.” Será exagero, mas, na realidade, a proclamação da República não lhe prejudicou a carreira. A *Capital* de 13 de Outubro de 1910 anunciava mesmo a sua próxima nomeação para governador de Cabo Verde o que, embora não se confirmasse, não deixa de ser sintomático de boas relações com os dirigentes republicanos. Também o *Diário do Governo* de 19 de Janeiro de 1911 publicava uma portaria assinada pelo ministro das Colónias e da Marinha, Amaro de Azevedo Gomes, nomeando Oliveira Muzanty como um dos vogais de uma comissão de oficiais que iria “proceder ao estudo da reorganização das forças militares coloniais”. [Outros vogais eram o tenente Ilydio Nazareth<sup>18</sup>, que estivera com Muzanty na Guiné, os capitães Eduardo Augusto Marques e João de Almeida e o tenente Fernando Augusto Freiria].

Quando do movimento de Maio de 1915 que levou à queda do governo de Pimenta de Castro, Muzanty estava embarcado no contra-torpedeiro “Liz” e, como os outros oficiais da guarnição<sup>19</sup>, aprovou as palavras que o comandante lhes dirigiu, na noite de 13 para 14, chamando a atenção para que se tratava de uma revolução republicana mas sem carácter partidário, pelo que todos deviam aderir. Foi Muzanty quem expos à tripulação a decisão da oficialidade e todas as praças se manifestaram favoravelmente<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> - *Em Plena República* pp. 115 e 116.

<sup>18</sup> - Ilydio Marinho Falcão de Castro Nazareth (1865-1922). Foi autor de um estudo intitulado *Projecto de Ocupação da Província da Guiné*, publicado em 1911 pelo Ministério das Colónias.

<sup>19</sup> - Além do primeiro-tenente Muzanty, os tenentes Vilarinho e Álvaro da Silva e o comissário Martins.

<sup>20</sup> - João António Correia dos Santos, *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, p. 235.

Coincidência ou não, Oliveira Muzanty foi promovido a capitão-tenente no mês seguinte e nomeado chefe de gabinete do ministro da Marinha, dr. José de Castro<sup>21</sup>, em 28 de Agosto desse ano.

Especializado em torpedos e electricidade – tinha o diploma de oficial torpedeiro desde 29 de Dezembro de 1913 –, foi nomeado, em Dezembro de 1915, adjunto da direcção do material de guerra no Vale do Zebro. Colaborou de perto durante a Grande Guerra com o almirante Leote do Rego e teve importante acção no Arsenal da Marinha em trabalhos de preparação da Armada para a guerra e no artilhamento de navios mercantes. Em Maio de 1916, seria louvado pelo ministro da Marinha, comandante Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, pelo “muito zelo, dedicação, inteligência e infatigável esforço que empregou na preparação, beneficiação de 62 peças de artilharia, fabrico de sobressalentes e mais armamento portátil destinado aos cruzadores auxiliares e aos barcos da defesa da barra do porto de Lisboa, bem como por outros serviços de considerável importância a seu cargo que desempenhou de forma a bem mostrar a sua grande capacidade e competência”. Em Outubro de 1920, já capitão-de-fragata [desde Novembro de 1917], foi encarregado do comando do aviso “República”, navio que recolheu Gago Coutinho e Sacadura Cabral quando se afundou, junto aos penedos de S. Pedro e S. Paulo, a aeronave em que pretendiam fazer a travessia Lisboa-Rio de Janeiro. Em 8 de Julho de 1922, foi louvado pelos altos e relevantes serviços prestados durante a travessia aérea entre aquelas duas cidades e condecorado [Novembro de 1922] com a medalha militar de ouro da classe de bons serviços. Em 1 de Setembro de 1921 já fora louvado pelo Major-General da Armada pela forma como desempenhara a sua comissão às ilhas dos Açores e aproveitara a mesma comissão para estudos sobre o navio e outros trabalhos “em que mais uma vez demonstrou a sua muita competência e zelo pelo serviço”. Esteve depois no Brasil com o Presidente da República, António José de Almeida, e em 11 de Janeiro de 1923 foi exonerado, a seu pedido, do comando do “República”. Em 1927, foi encarregado de levantar o auto de declarações feitas pelo também capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, implicado na tentativa de golpe dos Fifis<sup>22</sup>. Em 3 de Novembro desse mesmo ano, pediu autorização para contrair matrimónio com D. Leopoldina Cardoso de Sá Amaya, viúva, de 60 anos, com quem se casa no dia 30 seguinte. Em Abril de 1929, o seu nome aparece num inquérito da Polícia de Informações [antecessora da PVDE]<sup>23</sup> ao que teria sido uma tentativa republicana para derrubar a Ditadura Militar: um dos implicados, Hamilton Guedes, teria sido informado pelo seu correligionário comandante Dias de Carvalho de que Oliveira Muzanty, já capitão-de-mar-e-guerra, fazia parte do Comité Militar dos revoltosos<sup>24</sup>. O relator do processo policial conclui que, embora considere verdadeiro o depoimento de Hamilton Guedes, “nada se prova” relativamente a Muzanty. O caso não teve consequências e passado pouco mais de um ano, em 30 de Junho de 1930, foi nomeado director dos serviços de material de

---

<sup>21</sup> – Advogado e vice-grão mestre da Maçonaria, foi presidente do Ministério e ministro da Marinha entre 19 de Junho e 29 de Novembro de 1915. Agradeço ao Doutor Luís Bigotte Chorão ter-me chamado a atenção para este nome.

<sup>22</sup> – Assim chamada devido ao nome dos dois principais chefes da tentativa: Filomeno da Câmara e Fidelino de Figueiredo.

<sup>23</sup> – ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc<sup>o</sup>. Nº 4308/SPS.

<sup>24</sup> – Os outros, segundo o mesmo testemunho, eram o próprio comandante Dias de Carvalho e os coronéis Freitas Soares, Pires Monteiro e Mimoso Guerra.

guerra e tiro naval, cargo que desempenhou até 22 de Maio de 1934. Promovido, em Abril de 1934, a contra-almirante, foi nomeado no mês seguinte Chefe do Estado-Maior Naval e, por inerência, membro do Conselho Superior de Defesa Nacional. Em Janeiro de 1936, acompanhou a delegação governamental encarregada de representar o governo no funeral de Jorge V. Doente em casa em 6 de Março de 1937, faleceu em 21 do mesmo mês na Casa de Saúde de Benfica, onde dias antes lhe fora amputada uma perna, e foi sepultado no cemitério do Alto de S. João. Em Abril de 1946, o corpo foi trasladado, por disposição testamentária da sua viúva, para o cemitério dos Prazeres, para o jazigo onde já se encontravam seus pais.

Em 1950, foi-lhe erguida em Bafatá uma estátua<sup>25</sup>, a qual, depois da independência, se manteve intacta – embora estivesse caída no chão – até 1992, quando uma realizadora cinematográfica dinamarquesa resolveu parti-la para exemplificar como haviam sido derrubadas as estátuas erguidas pelos portugueses. O “exemplo” destinou-se a um filme denominado *Amélia*, financiado por instituições dinamarquesas e suecas, mas a destruição da estátua não fora autorizada pelas autoridades guineenses, que não haviam recebido qualquer pedido nesse sentido e se viram colocadas perante um facto consumado.

## A GUINÉ ANTES DE MUZANTY

Para se perceber as campanhas de Muzanty, é preciso recuar um pouco no tempo e tentar compreender em que moldes se processara a presença portuguesa na Guiné nos quase trinta anos que antecederam essas campanhas.

Como se sabe, desde o século XVI até ao fim do século XIX, o território foi apenas uma zona de comércio<sup>26</sup> e um comércio no qual predominou, durante muito tempo, o dos escravos (importante não só para portugueses, mas também para outros, fossem espanhóis, holandeses, ingleses ou franceses). Isso não obistou a que aparecessem algumas ambições de ocupação territorial, tanto inglesas como francesas, estas últimas em particular<sup>27</sup>.

No começo do século XX, a Guiné mantinha as características de lugar de comércio, mas um comércio com escassa expressão em termos de rendimento para o Estado e já não de escravos mas de produtos agrícolas, designadamente coconote, borracha e mancarra (amendoim)<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> – A obra foi esculpida em Portugal por António Duarte.

<sup>26</sup> – Na sua *Descrição da Guiné*, Francisco de Lemos Coelho, refere os “moradores portugueses que vivem por todos os rios que estão neste distrito, como os que passam a estas partes a negociar”.

<sup>27</sup> – Essas ambições resumem-se perfeitamente numa frase proferida numa conferência na Sociedade de Geografia de Paris, em 1894: *Guinée une proie alléchante que la France devait chercher par tous les moyens à acquérir*, in *Diário de Notícias*, de Lisboa, de 4 de Novembro de 1907.

<sup>28</sup> – Sobre as condições económicas da Guiné entre 1890 e 1899, muito perto, portanto, do governo de Oliveira Muzanty, ver o estudo publicado no número de 20 de Setembro de 1900 na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, pp. 364 a 376.

No início de 1879, depois de numerosas alterações da lei, particularmente a partir do primeiro terço do século XIX, a Guiné – que foi sempre o mais descurado de todos os territórios africanos portugueses<sup>29</sup> – constituía um concelho de Cabo Verde, a cujo governador estava sujeita: dividia-se em praças e presídios<sup>30</sup> e era administrada por um denominado governador da Guiné Portuguesa, residente em Bissau mas obrigado a visitar pelo menos uma vez por ano todos os fortes e os presídios do seu governo, salvo Cacheu, que deveria ser visitada pelo menos duas vezes. Nessa altura, a denominação oficial do território era Guiné de Cabo Verde (ou Senegâmbia Portuguesa) e estendia-se de 13º 10' de latitude N. ao Sul do Cabo de Santa Maria de Gâmbia até 10º 20' da mesma latitude no Cabo da Verga. Estava já este território bastante reduzido relativamente ao que fora, pois ainda no século XVII se estendia desde o rio Senegal até ao rio Casses, ao Norte da Serra Leoa. Todavia, mesmo nessa dimensão reduzida, e citando José Maria de Sousa Monteiro, nem todo o território estava ocupado com estabelecimentos portugueses: "tribos diversas aí residem em corpo de nação com seus régulos umas vezes em guerra, outras entretendo comércio com os nossos presídios"<sup>31</sup>. Sousa Monteiro diz que as principais dessas tribos são "felupes<sup>32</sup>, papeis, banhuns, cassangas, mandingas, balantas, bijagós, beafares<sup>33</sup>" e acrescenta que "é nos terrenos que elas ocupam que estão encravados os nossos estabelecimentos". No total, calculava o mesmo autor, "a população propriamente portuguesa apenas chegará a quatro mil almas em perto de quinhentos fogos", nela não incluindo a população de grumetes<sup>34</sup>, que estima em perto de "600 almas" mas que, diz, "hoje não tem de cristãos nem de portugueses senão o nome, e o traje, algumas palavras corruptas e algumas orações estropiadas"<sup>35</sup>. Travassos Valdez<sup>36</sup> afirma que "os habitantes da Guiné portuguesa sujeitos ao nosso domínio andarão por 4.000 almas [sem falar nos grumetes de Bissau estabelecidos no chão de Bandim]", número tão fantasioso como todos os outros: por exemplo, o apontado pelo governador Correia Lança que, num relatório de 1889, calcula a população da colónia em 800.000 habitantes<sup>37</sup>.

---

<sup>29</sup> – Luís Nunes da Ponte, *A Campanha da Guiné (1908) – Breve Narrativa*, p. 23: "A província está votada ao mais completo, ao mais absoluto desprezo, ao maior abandono; nunca supus que possuíssemos uma colónia em condições tão desgraçadas."

<sup>30</sup> – Pequenas fortalezas.

<sup>31</sup> – José Maria de Sousa Monteiro, *Diccionario Geographico das Provincias e Possessões Portuguezas no Ultramar*, Lisboa, 1850, p. 276.

<sup>32</sup> – No *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* encontra-se, no número de Junho de 1836, um interessantíssimo estudo, que nunca vi citado, de José Joaquim Lopes de Lima, sobre os felupes, "gentios da Guiné Portuguesa" com os quais viveu um ano, entre 1830 e 1831. Trata-se, creio, do primeiro estudo realizado sobre esta etnia, completado, no número de Agosto da mesma publicação, com um "vocabulário felupe" que inclui várias centenas de palavras.

<sup>33</sup> – Hoje usa-se mais correntemente biafadas ou beafadas.

<sup>34</sup> – Grumetes era a designação dada a mestiços cristianizados e que inicialmente trabalhavam como tripulantes das canoas que percorriam os numerosos rios transportando pessoas e permitindo o comércio. Nesta época já eram artesãos ou comerciantes, na maior parte dos casos.

<sup>35</sup> – José Maria de Sousa Monteiro, *ob. cit.*, p. 157.

<sup>36</sup> – Francisco Travassos Valdez, *África Ocidental*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864, p. 353.

<sup>37</sup> – A primeira tentativa de recenseamento da população local foi feita de acordo com um regulamento publicado em Julho de 1900, mas sem resultados práticos.

Na decisão de separar administrativamente a Guiné de Cabo Verde, teve considerável peso o episódio que ficou conhecido por "desastre de Bolor", ocorrido a 29 de Dezembro de 1878 e provocado, na sequência de um desentendimento entre os régulos felupes de Jufunco e de Bolor, pela recusa do primeiro em comparecer perante o administrador do Cacheu (depois de um ataque ao presídio ali levantado<sup>38</sup>, defendido por quatro soldados, e em que foi derrubado o mastro da bandeira portuguesa). Aliás, era frequente os régulos recusarem-se a obedecer às autoridades portuguesas, cuja soberania, na realidade, não reconheciam, alegando serem eles os senhores da região que governavam. Foi esta, precisamente, a posição do régulo de Jufunco. Enviada de Cacheu uma expedição de "castigo", esta (constituída por 55 soldados regulares e 50 voluntários grumetes, mais uma quantidade de auxiliares "gentios<sup>39</sup>") foi sem tardança chacinada pelos felupes, que souberam aproveitar o momento em que os soldados ensarilharam as armas para prepararem o rancho, sem tomarem quaisquer precauções de vigilância. Atacados com setas envenenadas, da mais de uma centena de homens que havia desembarcado, sob o comando de dois oficiais, um tenente e um alferes, apenas escaparam quatro praças, além de alguns homens que ainda não haviam desembarcado, entre os quais o governador de Bissau, capitão Cabral Vieira, e que já não o fizeram, antes abandonando rapidamente o local.

Este desaire, com tão elevado número de mortos, teve enorme repercussão em Lisboa. Na sessão da Câmara dos Deputados de 28 de Janeiro de 1879, o deputado Emídio Navarro pediu explicações ao governo relativamente às notícias publicadas nos jornais sobre "um facto grave que havia sucedido nas nossas possessões da Guiné [...] facto que se deve considerar um grande desastre nacional". Não é natural – acrescentou o deputado – que os jornais tenham notícias mais completas do que o governo, pelo que queria saber "se são verdadeiras as notícias publicadas pelas folhas, a que aludi, e, sendo-o, quais as providências que tomou quanto a este assunto e as que tenciona tomar". O ministro da Marinha, Thomaz Ribeiro, respondeu que o governo já recebera um telegrama comunicando o sucedido e que, quanto às providências, estava a ser organizado um batalhão "a fim de mandar para a Guiné a força necessária para se tirar um desforço completo do desastre que sofremos"<sup>40</sup>. Poucos dias depois, foi apresentada à Câmara, pelo mesmo ministro, uma proposta de lei, também assinada pelo ministro da Fazenda, Serpa Pimentel, propondo que a Guiné se separasse de Cabo Verde, constituindo uma nova província. Seguiu-se um acalorado debate que a oposição aproveitou para atacar o governo<sup>41</sup>, até que, finalmente, por carta de lei de 18 de Março seguinte, subscrita por Fontes Pereira de Melo, ministro da Presidência e Guerra, António de Serpa Pimentel e Thomaz Ribeiro, determinou-se que o território da Guiné Portuguesa formasse uma província independente cuja capital (por decisão de 1 de Dezembro desse mesmo ano) seria Bolama. De Cabo Verde, foi transferido

---

<sup>38</sup> - Em 1830, o governo português destinou fundos para a construção de um forte na ilha dos Mosquitos, já ocupada pelos franceses desde 1820. A verba para esse fim foi, então, utilizada para construir um presídio em Bolor, povoação já na mira dos franceses e cuja perda significaria deixar de dominar as bocas do Casamança e da barra de Farim (cf. Manuel Pinheiro Chagas, *As Colónias Portuguesas no Século XIX*).

<sup>39</sup> - Gentios eram, no entendimento da época, os não civilizados, ou seja, os não cristianizados.

<sup>40</sup> - Nunca foi criada esta força.

<sup>41</sup> - v. *Diário da Câmara das Senhores Deputados*, de Janeiro a Março de 1879.

para a Guiné o Batalhão de Caçadores nº 1 (constituído por soldados cabo-verdianos e angolanos e por degredados europeus<sup>42</sup>) e o governo de Bolama foi autorizado a organizar um batalhão de artilharia e a adquirir alguns navios a vapor devidamente artilhados. Deveria também providenciar ao estabelecimento de ligações directas entre a metrópole e a nova província ultramarina. Enfim, tomavam-se todas as medidas necessárias para o regular funcionamento da Guiné, que em 1883 foi dividida em quatro concelhos, Bolama, Bissau, Cacheu e Buba, cujas chefias foram entregues aos respectivos comandantes militares. Em 21 de Maio de 1892, a Guiné deixou de ser província e passou a distrito militar, com uma divisão administrativa em que Bolama continuava a ser concelho e Bissau, Cacheu, Geba e Buba se tornavam comandos militares. Esta divisão manteve-se até Setembro de 1906, sendo então alterada pelo Governador Muzanty.

Estabelecida a separação administrativa, modificava-se a relação entre os portugueses e as populações indígenas e tornava-se necessário fazer reconhecer a soberania portuguesa nos seus novos moldes, o que passava tanto pela obrigação de pagamento de impostos<sup>43</sup>, como por acabar com a cobrança directa desses impostos feita pelos régulos junto dos navios mercantes que entravam nos portos, em particular Cacheu e Bissau, e dos comerciantes instalados nos seus territórios, não só portugueses e cabo-verdianos, como também estrangeiros, designadamente franceses, ingleses, alemães e italianos.

No entanto, a situação na recém-criada província estava longe de ser pacífica: as diversas etnias não só se guerreavam entre si como também incomodavam frequentemente os comerciantes que, mesmo assim, preferiam, muitas vezes, ter os militares longe e entenderem-se eles próprios com os chefes indígenas. As primeiras feitorias agrícolas e comerciais foram fundadas no séc. XVI por colonos portugueses, na sua maioria oriundos de Cabo Verde. Esses primeiros colonos adquiriam os terrenos aos chefes locais que vendiam, ao mesmo tempo, os escravos necessários para o trabalho. Muito mais tarde, em 1811, uma então criada Junta de Melhoramento Agrícola tentou regular a situação, de um ponto de vista administrativo, e fez algumas concessões de terrenos na Guiné, mas aos concessionários, para fazerem valer os seus direitos, não bastavam as cartas de aforamento, que os indígenas não reconheciam, nem sequer sabiam ler. Assim, continuava a ser necessário negociar com os chefes das tribos, os quais, a troco de folhas de tabaco, missangas, álcool, pólvora, panos e bugigangas várias, os deixavam cultivar em paz esses terrenos, por vezes

---

<sup>42</sup> - Era prática corrente enviar presos de delito comum, culpados de crimes violentos, fossem homens, fossem mulheres, para as várias províncias ultramarinas, gente que em muitos casos provocava situações de grande instabilidade. As autoridades locais protestavam, em vão. Em 10 de Novembro de 1902, *A Folha da Tarde*, de Lisboa, publicava uma notícia informando constar que "o sr. ministro da Marinha castigou com três meses de prisão disciplinar no forte de Bissau, o chefe de saúde na Guiné sr. dr. Arnaldo Barbosa, por ter publicado no *Boletim Oficial* da província um relatório em que são feitas várias considerações sobre a inconveniência de serem remetidos vadios para aquela província ultramarina".

<sup>43</sup> - O Governador Júdice Biker (1900-1903) tentou pôr em prática o imposto na Guiné, iniciando-o na região de Geba, onde se incutira o respeito pela autoridade e onde a soberania portuguesa se estabelecera em bases um tanto seguras. Fizeram-se então as comunicações aos régulos, ficando assente ser de capitação o imposto; o régulo receberia 10% da cobrança e o comandante militar 5% pelo seu trabalho de recenseamento e contagens. Segundo João Barreto (*História da Guiné 1418-1918*, p. 338n), em 1901 o imposto de palhota foi cobrado nos comandos militares de Buba, Geba e Farim e rendeu dez contos de reis, sendo irrelevantes as quantias cobradas nas outras circunscrições.

importantíssimas feitorias. Um decreto de 21 de Agosto de 1856 não produziu qualquer transformação no modo de ser do direito de propriedade na Guiné e a Lei de Maio de 1901, de que foi autor Teixeira de Sousa, então ministro da Marinha e Ultramar, também não veio trazer quaisquer benefícios aos concessionários, talvez até os prejudicasse, pois não só continuavam a necessitar de manter boas relações com os régulos, como ainda tinham de provar às autoridades portuguesas que essas terras lhes pertenciam por lhes terem sido concessionadas, pois a simples posse, mesmo por longos períodos de tempo devidamente comprovados, não era reconhecida. Esta posição das autoridades portuguesas deu mesmo origem a um processo que opôs António da Silva Gouveia e sua Mulher à Fazenda Nacional, conforme conta num opúsculo o advogado do comerciante português, Luís Loff de Vasconcelos<sup>44</sup>.

Frederico Pinheiro Chagas traçou um panorama de 1907: "A Guiné, apesar de nos últimos anos alguma coisa ter prosperado, apesar de se terem feito alguns melhoramentos, apesar do comércio geral, que em 1890 regulava por 500 contos de reis anuais, ter atingido 1.500 contos de reis em 1907, trazendo como consequência um aumento da navegação ... estrangeira, a Guiné continua a dar deficit, encontrando-se numa situação bem pouco lisonjeira para as nossas pretensões de povo colonial e conquistador. E assim vemos que se em 1907 algumas regiões pagavam submissas o imposto de palhota<sup>45</sup>, e outras, como as habitadas pelos manjacos, pelos balantas e pelos bijagós, se conservavam sossegadas, embora sem o satisfazerem, em compensação os papéis de Bissau, os mandingas do Oio, os felupes em Varela, não só não nos reconheciam a mínima soberania, como às vezes também a desrespeitavam, e grande parte dos biafadas, dos fulas e dos mandingas, preparavam-se para fazer o mesmo, deixando de pagar o imposto na região de Geba, a mais produtiva para o comércio e a mais rendosas para o Governo<sup>46</sup>."

É evidente que a questão de a Guiné ser ou não rentável para o Estado português pouco tinha a ver com o imposto de palhota, que era um mero imposto de soberania. Não cabe aqui, porém, analisar este ponto<sup>47</sup>.

---

44 - *Como nós colonizamos - Interpretação da lei das concessões de terrenos no Ultramar. Processo entre a Fazenda Nacional e António da Silva Gouveia e consorte*. Lisboa, 1907.

45 - Segundo Luiz da Cunha Gonçalves, em 31 de Maio de 1887 fora estabelecido no Congo português o "imposto de cubata", seguindo legislação já aplicada na África Oriental Portuguesa, e prossegue: "E também na província da Guiné o vamos encontrar. Nas tabelas orçamentais de 1903-1904 apareceu, pela 1ª vez, uma verba de 20 contos sob a epígrafe de *imposto de capitação*. Fora esta proposta lançada em Setembro de 1902 pelo respectivo governador, em castigo da rebelião desses povos. Tinham-se estes sujeitado a tal castigo; e feita a cobrança em Fevereiro de 1903, produzira logo a soma de 10.368\$385 réis, prometendo ser mais rendosa. O governo, porém, atendendo a que a capitação era de difícil fiscalização e relativamente injusta, fê-la substituir por decreto de 21 de Novembro de 1903 pelo *imposto de palhotas e cubatas* com a taxa razoável de 1\$500 réis - ainda assim mais elevada do que a de igual imposto da vizinha colónia inglesa da Serra Leoa. Nas tabelas orçamentais de 1905-1906 foi o produto deste imposto calculado na importante soma de 90 contos." [*Revista Portuguesa Colonial e Marítima*].

46 - Frederico Pinheiro Chagas, *ob. cit.* pp. XLV e XLVI.

47 - Diversas disposições legais foram regulamentando este e outros impostos, nas várias províncias ultramarinas, devendo destacar-se o decreto de 21 de Novembro de 1908 que, relativamente ao imposto de palhota, dispunha, no seu artº 3º, o seguinte: "A fiscalização do imposto de palhota na província da Guiné é da competência e inteira responsabilidade da Repartição Superior de Fazenda da mesma província e suas delegações nos concelhos, nas quais os cobradores do mesmo imposto entregarão inte-

## A IMPORTÂNCIA DA GUINÉ

Nestes anos de 1907 e 1908, não havia unanimidade quanto à importância da Guiné para Portugal. Não se tratava de importância estratégica, mas sim de importância económica. Divergiam as opiniões.

Em 1896, o então deputado Quirino de Jesus considerou, em discurso na Câmara<sup>48</sup>, que “a Guiné apenas pode ser uma colónia de plantação, com algumas feitorias, por meio de uma boa companhia soberana, podendo-se granjear barcos na própria Guiné, na Libéria e na Serra Leoa, explorar em larga escala os produtos tropicais e tirar do solo as próprias subsistências necessárias para os serviços e fazendeiros”. Era a defesa da ideia de uma companhia majestática, ideia que já tivera uma tentativa de concretização prática com a constituição, em Lisboa, em Setembro de 1894, de uma companhia a que fora dada a concessão de todo o território da Guiné, que por essa companhia seria também administrado directamente. Fosse pela oposição que levantou, fosse por dificuldades na constituição da companhia, a ideia não foi por diante mas, como se vê, passados dois anos ainda tinha defensores.

Vários anos depois, no diário *Novidades*<sup>49</sup>, de Lisboa, um comerciante português não identificado pelo jornal (certamente António da Silva Gouveia) afirma que a Guiné é um país riquíssimo mas que “hoje está quase por completo açambarcada pelo comércio estrangeiro, francês, alemão e inglês, tudo por carência absoluta de qualquer espécie de protecção aos negociantes portugueses. Ainda se não olhou com olhos de ver para esta mal-aventurada colónia. No dia em que o capital português devidamente auxiliado pelo Estado, penetrar decididamente neste província, explorando as inesgotáveis riquezas que nela se abrigam, plantando o algodão, a sacarina, o cacau, etc., concomitantemente com a extracção dos produtos indígenas, ela será uma das mais florescentes do nosso domínio ultramarino. A sua situação, de resto, a 8 dias de viagem de Lisboa, coloca-a em condições de superioridade bem marcada relativamente a Angola e Moçambique”.

O conselheiro Teixeira de Sousa, antigo ministro da Marinha e Ultramar, expunha frequentemente as suas ideias sobre as colónias e relativamente à Guiné considerava, num artigo publicado pelas *Novidades*<sup>50</sup>, o seu solo “riquíssimo” e entendia ser necessário explorá-lo convenientemente, manifestando a opinião de que devia ser fácil introduzir ali a “remuneradora cultura do cacau” Acrescentava Teixeira de Sousa que havia, no entanto, um problema: a Guiné “não seduzia as actividades particulares por causa do terror do clima e da pouca segurança do interior.” Mantinham-se as condições já apontadas, vinte anos antes, pelo então delegado de saúde e presidente da Câmara Municipal de Bissau, o médico Albino Conceição Ribeiro, que num relatório da Junta de Saúde

---

gralmente a importância cobrada, com a dedução somente da percentagem devida aos régulos, sendo verificada a exactidão das quantias pelo exame das cadernetas previamente fornecidas, numeradas, seladas e rubricadas pela repartição superior de fazenda.”

<sup>48</sup> - Sessão de 23 de Janeiro de 1896.

<sup>49</sup> - 5 de Novembro de 1907.

<sup>50</sup> - 27 de Novembro de 1908.

escrevia: "A ilha tem elementos para servir dum verdadeiro empório comercial; mas as condições climatéricas, as dificuldades de vida constituem outros tantos elementos poderosos para uma geral descrença [...] um sol ardente, um clima extremamente insalubre, um horizonte altamente limitado e pântanos em circunferência, são os elementos opostos à higiene pública e ao saneamento completo do país, por serem verdadeiros focos de infecção." O mesmo delegado escrevia no relatório que "entre a variedade infinitamente rica de repelentes hábitos, há alguns que, por terem danosos efeitos, convertem-se em opróbrio da humanidade. Bissau é o vasto teatro, onde quotidianamente se representa a triste cena de pulularem, em indiscreta promiscuidade, indivíduos de um e outro sexo em a mais ingénuo nudez ou em vestes que a não dissimulam".

O Alfredo Loureiro da Fonseca, comissário naval que na Guiné exercera diversas funções<sup>51</sup>, fez na Sociedade de Geografia uma conferência a que *O Século*<sup>52</sup> deu particular relevo e na qual defendeu a necessidade da ocupação definitiva da província, para acabar de vez com "as campanhas de caixas de fósforos", acentuando: "Desde que o domínio português se implante ali, a Guiné pode e deve vir a ocupar um lugar brilhante ao lado das outras colónias portuguesas, visto ser tão rica como S. Tomé. No dia em que a ocupação definitiva se fizer, essa província deixará de ser um título honorífico para a coroa portuguesa, para se transformar numa eminente fonte de riqueza." O mesmo oficial entendia que o régulo dos biafadas da margem direita do Geba, Infali Soncó<sup>53</sup>, "é um elemento perigoso e insolvente que há muito devia ter sido exportado para S. Tomé, visto ser um obstáculo para a colonização do Oio, uma região riquíssima onde se produz a melhor borracha de África, borracha que chega a vender em Hamburgo a 2\$500 réis o quilo".

No mesmo jornal, um artigo do tenente da Armada Vieira de Matos<sup>54</sup> defende também a ocupação efectiva do território pois, afirma, "os resultados serão, de futuro, bem compensadores, não só pelas receitas provenientes da cobrança do imposto como também pelo desenvolvimento comercial, chamando a nós todo o comércio que hoje sai pelo rio Casamança [...] Para se avaliar das riquezas desta província basta ver as casas importantes estabelecidas em Bolama e Bissau, não só nacionais como estrangeiras. Comércio da borracha, coconote e mancarra [amendoim] faz-se em grande quantidade, além de outros produtos como óleo de palma, cera, arroz, milho, cana sacarina para o fabrico de aguardente, cujo imposto constitui a principal fonte de receita do posto

---

<sup>51</sup> - A primeira vez que esteve na Guiné foi em 1893, a bordo da canhoneira "Zaire", e participou activamente na defesa da praça de Bissau entre Dezembro de 1893 e Maio de 1894, comandando os escaleres que defendiam a fortaleza pelo lado do mar. Entre Maio de 1897 e Agosto de 1898 foi, também na Guiné, comissário da esquadilha. Em 1903, foi secretário do governador Soveral Martins.

<sup>52</sup> - 8 de Janeiro de 1908.

<sup>53</sup> - Na *Lucta*, de 15 de Junho de 1907, Jayme Graça Falcão descreve assim o Soncó: "É um homem de menos de quarenta anos, alto e simpático, professando, exteriormente, a religião muçulmana, o que maior prestígio e autoridade lhe tem dado entre os povos daquela região. Dispõe de mais de um milheiro de guerreiros, grande número dos quais se acham armados com espingardas Snider, as mesmas dos nossos soldados, que lhes têm sido dadas pelo nosso governo nas diversas campanhas em que nos tem acompanhado ou que, sozinho, tem feito com permissão do mesmo governo. Ainda há poucos meses, com licença e auxílio material que lhe demos, fez diversas correrias e *razzias* no território dos balantas de Malafo e outros, seus vizinhos, saindo sempre vitorioso."

<sup>54</sup> - 31 de Janeiro de 1908.

fiscal do Cacheu". O tenente Vieira de Matos vai mais longe nas suas apreciações, apresenta um plano para a ocupação do território e conclui: "Podemos ficar certos de que, se conseguirmos a pacificação da Guiné, embora com alguns sacrifícios, teremos feito desta província uma das colónias mais florescentes de que muito tem a esperar a metrópole."

No diário republicano *O Radical*, respondia-se, em 9 de Maio de 1908, a um artigo das *Novidades*, também republicano, que lastimava sacrificarem-se vidas e dinheiro onde "não há plantações, não há minas e há somente um pequeno comércio de sementes oleaginosas". Para isso, citava-se o *Economista Portuguez*, cujos números "provam, na sua singeleza, a necessidade de afirmarmos e de mantermos o nosso domínio na Guiné". O jornal apresenta números que desmentiam a insignificância do comércio de oleaginosas e acentua: "Afigura-se-nos que uma colónia que, apesar de sempre tão desprotegida pela metrópole, consegue pelo seu próprio esforço reagir desta forma contra o abandono a que tem sido votada, merece bem o sacrifício de algumas vidas e de alguns contos de reis, pois se o território português dali não estava em riscos de passar a estranhos, as complicações diplomáticas não andavam muito longe [...] Cremos, pois, que alguma cousa fomos fazer à Guiné."

Na *Lucta*<sup>55</sup>, Jaime da Graça Falcão também destaca a importância económica da província: "Ninguém quer acreditar que a Guiné seja riquíssima, apesar da sua pequena extensão [...] Esta colónia produz milho, arroz, mandioca, batata doce, inhames, amendoim, cana sacarina, café, cacau, etc. [...] Os seus matos são riquíssimos em madeiras de construção de várias qualidades, entre elas diversos mognos. Tem florestas imensas de palmeiras produtoras de coconote, de que os indígenas não colhem nem a milionésima parte. Nestas mesmas florestas abundam as landólfias, de que se extrai a borracha, um dos mais ricos produtos exportados da colónia [...] Tem a Guiné uma grande variedade de antílopes e muitos outros mamíferos, cujas peles, dentes e pontas talvez tivessem algum valor na indústria, se fossem aproveitados. Há também o elefante, cuja raça tende a desaparecer, visto não se poder conseguir que os indígenas não matem os animais pequenos. É a província riquíssima em gado *vacuum*, lanígero, suíno, caprino, cavalar e asinino, cuja exploração talvez desse bons resultados, atendendo a que não é elevado o seu preço. Os mares e rios são abundantíssimos em moluscos e peixes, que constituem um dos principais alimentos dos indígenas. E quantas outras riquezas naturais existirão sem serem conhecidas."

Em 16 de Novembro do mesmo ano, o *Jornal das Colónias* noticiava a partida para a Guiné de uma "pequena força<sup>56</sup> que conjuntamente com a existente na província é destinada a pôr em respeito alguns pretos mais ou menos bulhentos que, agora como muitas vezes tem sucedido, promovem motins ou originam rapinas sobre os povos mais fracos que eles" e prosseguia, defendendo a ocupação efectiva do território: "É a história de todos os dias, onde a autoridade não está assegurada de maneira eficaz. Para que esta eficácia se dê, é mister que se faça a ocupação efectiva, porque douro modo a soberania mantida por uma derrota dos indígenas, num combate de momento, não é mais que um caso passageiro, absolutamente improfícuo. É questão nossa todos os

---

<sup>55</sup> - 9 de Outubro de 1907.

<sup>56</sup> - Trata-se de um destacamento de Marinha saído para a Guiné a 8 de Novembro, como adiante (p. 28) se refere.

dias vista, e o exemplo que de fora nos vinha a todos os momentos, quando se não usar do processo útil e indispensável de ocupar o território do povo rebelde.”

Mais tarde, no *Jornal das Colónias*<sup>57</sup>, extenso artigo não assinado, intitulado “Guerras Coloniais”, defendia a ocupação efectiva das colónias – aliás, fora sempre essa a posição do jornal – salientando: “Não há soberania sem posse efectiva. Foi o lema saído da conferência de Berlim, há quase 24 anos. E, por dolorosa experiência, sabemos bem o que nos custou aquela célebre afirmativa não obstante o douto *memorandum* então elaborado demonstrar à evidência os nossos direitos históricos sobre o Zaire [...] A acção da força militar não é nem pode ser um *fin* da acção colonial. Tem e deve ser um meio. Para que aquela acção seja eficaz e útil é preciso a ocupação efectiva do país conquistado. Tendo de dominar indivíduos de raças inferiores, afeitos à desordem e, os mais ousados, à rapina, tornava-se necessário uma acção duradoira sem o que todo o trabalho será efémero. É assim que as antigas campanhas para castigar o preto deixando-o ficar na situação anterior, são contraproducentes e inúteis. Ocupação efectiva é tudo. Se não fosse uma razão imposta pelo consenso internacional, afirmada dolorosamente para nós na citada conferência de Berlim, era imprescindível como base da valorização das riquezas coloniais, porque nas colónias, como em toda a parte, não há progresso sem a manutenção da ordem pública.”

## MILITARES E INSTALAÇÕES MILITARES

### ENTRE 1879 E 1908

Ora, quais eram os meios de que dispunham os portugueses para fazerem valer a sua soberania? Sem ocupação efectiva, sem força militar para se imporem, eram, pois, necessários compromissos ou, na alternativa, o envio de “expedições de castigo”.

Em 1907, as instalações militares na nova Província não só estavam mal guarneçadas em homens e em armas, como se encontravam num estado deplorável, situação que já se verificava há mais de 15 anos. Um capitão de engenharia, Henrique César da Silva Barahona e Costa, esteve na Guiné durante mais de um ano [entre Junho de 1891 e Julho de 1892], encarregado de «dirigir os trabalhos de construção de fortalezas ou outros quaisquer necessários para assegurar os meios de defesa dos principais pontos da província» e do que fez e viu deixou um relato que foi publicado na *Revista de Engenharia Militar* e depois em opúsculo<sup>58</sup>. Citem-se alguns excertos do que o eng<sup>o</sup>. Barahona e Costa diz sobre o estado em que encontrou as instalações militares:

---

<sup>57</sup> - 30 de Novembro de 1908.

<sup>58</sup> - *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1901.

*Bolama* – O “quartel de Bolama era completamente aberto, não tinha paiol nem casa própria para depósito de material de guerra, nem retretes, nem casa da guarda. A casa que fazia as vezes de paiol era uma ruína”. *Cacheu* – “A fortaleza [se este nome se pode dar a um recinto quadrilongo com quatro salientes, a que pomposamente chamam baluartes] tem um vasto quartel que carecia bastantes reparações. Atendi às mais urgentes, sempre oprimido pela inevitável falta de fundos.” *Farim* – “Se Cacheu está em decadência, Farim não o está menos. O chamado quartel de Farim é apenas uma miserável barraca de capim.” *Buba* – “Em Buba [...] notei o mesmo estado de pobreza e abandono que já mencionei nas restantes povoações da Guiné [...] A defesa [...] está confiada a uma extensa paliçada de grossos troncos com pequenos salientes, a que chamam pomposamente baluartes.” *Bissau* – “O triste estado em que encontrei o forte de S. José de Bissau e o fortim do Pidjiguiti [...] o estado de vergonhoso abandono a que haviam sido votados aqueles heróicos baluartes...”<sup>59</sup>. E conclui: “Não há segurança individual, nem da propriedade fora dos recintos fortificados.”

Mais tarde, referindo-se à guarnição de Bissau, o mesmo oficial recordaria no *Jornal das Colónias*<sup>60</sup>: “Quando ali chegámos, era numericamente pequena e moralmente não inspirava a maior confiança, pois se compunha de soldados angolas – boçais, bêbedos e indisciplinados; e de alguns deportados cujo comportamento é inútil classificar. Em compensação, a oficialidade era zelosa e só assim se explica não termos, então, maiores desastres a registar.”

Num artigo publicado no mesmo jornal<sup>61</sup>, Loureiro da Fonseca afirma que no ano de 1891, em termos de efectivos militares, a Guiné dispunha de uma bateria de artilharia e de um batalhão de Caçadores, cujo efectivo total ascendia a 660 oficiais, sargentos e praças, ou seja, 18,3 homens por cada 100 quilómetros quadrados. Acrescenta Loureiro da Fonseca que as reformas que se seguiram reduziram ainda mais este efectivo: em 1892, o distrito foi guarnecido por 3 companhias de Polícia, mantendo-se a bateria com o mesmo efectivo e ficando a guarnição constituída por 504 homens, ou seja, 14 por cada 1000 quilómetros quadrados; em 1895, as companhias de Polícia e a bateria foram substituídas por 2 companhias de Infantaria, ficando o efectivo total em 476 oficiais e praças, ou seja, 13,2 homens por 1000 quilómetros quadrados; em 1901, foi organizada uma companhia mista de Artilharia e Infantaria e um esquadrão de Dragões reduzindo-se o efectivo total a 228 homens, ou seja, 6,3 por cada 1000 quilómetros quadrados. Loureiro da Fonseca sublinha também que “a sucessiva redução de forças indispensáveis para a ocupação efectiva da província sobre não ser económica, visto que o custo anual de cada praça aumentou em 10 anos duas vezes e meia [de 118\$459 para 287\$844], trouxe como consequência inevitável um afrouxamento do domínio e animou as rebeliões que em 1894 e 1908 obrigam a metrópole a acudir

---

<sup>59</sup> – Luís Nunes da Ponte [ob. cit. p. 21] considerava que o forte era inexpugnável para eventuais atacantes locais e descrevia-o assim: “de traçado rectangular com um baluarte a cada ângulo, a muralha espessíssima e elevada, o fosso muito largo e suficientemente profundo. A muralha que circunda toda a praça encontra-se igualmente em bom estado; apenas faltava o seu prolongamento pelo mar dentro, pois na maré vazia podia ser contornada. Quando deixei a Guiné procedia-se à construção desse prolongamento.”

<sup>60</sup> – 21 de Julho de 1908.

<sup>61</sup> – Nº 11, de 18 de Maio de 1908.

à Guiné com expedições do Reino, visto que as guerras feitas com os elementos locais nunca foram, nem podiam ser, seguidas da ocupação dos territórios batidos”.

## AS CAMPANHAS ANTERIORES A 1907

Com efeito, entre 1879 e 1907 (antes e depois também, mas estas são as datas que interessam a este trabalho) foi muito difícil às autoridades portuguesas da Guiné imporem-se e os conflitos entre militares e régulos foram frequentes, pelo que várias campanhas se realizaram<sup>62</sup>. Ademais, a Conferência de Berlim (1884-1885) veio consolidar como princípio essencial da legitimidade da soberania a ocupação efectiva do território<sup>63</sup> e um jornalista e escritor, Mayer Garção, acentuava: "Desfazia-se por completo o sonho da dominação colonial baseado nos direitos históricos [...] É na sequência deste primeiro sobressalto, de origem internacional, que Portugal se vê compelido a um maior esforço militar nas províncias ultramarinas. Na Guiné, em Angola e em Moçambique vão travar-se as principais campanhas militares, ditas de pacificação, exactamente com a finalidade de demonstrar ao mundo que éramos capazes de exercer domínio efectivo nos territórios que a comunidade internacional aceitara atribuir-nos."<sup>64</sup>: Apesar das acções militares nas colónias portuguesas serem já anteriores à Conferência de Berlim e de terem prosseguido até metade da segunda década do século XX, durante muito tempo não se pensou numa ocupação militar efectiva, apesar de, como foi referido atrás, muitas vezes a pedirem, principalmente a partir do *ultimatum* de 1890.

Todavia, nem todas as expedições eram bem sucedidas, o que quer dizer que nem os objectivos eram alcançados, nem o prestígio de Portugal saía exaltado. Por exemplo, em 1894, problemas graves com os papéis, em Bissau – problemas já antigos – obrigaram Lisboa a enviar uma expedição constituída por forças de Marinha e por soldados angolanos e cabo-verdianos; em 1897, as dificuldades de cobrança do imposto de soberania na região do Oio levaram à organização de colunas constituídas em grande parte por auxiliares comandados por guerreiros de nome consagrado, como Mamadu Paté Coiada, fula, Quecuta Mané, mandinga (que foi morto na contenda) e Infali Soncó, um biafada que Muzanty viria a combater dez anos depois.

---

<sup>62</sup> – “Colónia repleta de expedições e campanhas de guerra”, observa o dr. Albino da Conceição Monteiro, delegado de saúde e presidente da Câmara Municipal de Bissau, no acima citado relatório de 1887 sobre o serviço da delegação da Junta de Saúde em Bissau.

<sup>63</sup> – Na realidade, o princípio da ocupação efectiva aplicava-se apenas às regiões costeiras, mas tal limitação foi esquecida assim que às potências passou a interessar também a ocupação efectiva do interior.

<sup>64</sup> – *Os Vermelhos*, Lisboa, 1886-1887. Mayer Garção era republicano e convicto defensor da alienação das colónias.

## AS CAMPANHAS DE 1907 E 1908

### O DESACATO AO TENENTE FORTES

Nomeado governador da Guiné em Junho de 1906, chegado a Bolama em Agosto desse ano, o 1º tenente João de Oliveira Muzanty procedeu rapidamente a uma reforma que, com data de 3 de Setembro, estabeleceu uma nova divisão administrativa do território<sup>65</sup>, que passava a ter um concelho, Bolama<sup>66</sup>, e seis residências: Cacheu, Farim, Geba, Cacine, Buba e Bissau. Cada residência era sede de um destacamento militar, cujo comandante acumulava as funções de residente civil. Um dos principais objectivos desta reforma era facilitar a cobrança do imposto a que, naturalmente, os diversos povos eram contrários. Anteriormente à sua regulamentação, em Junho de 1904, a cobrança do imposto de palhota “fazia-se um pouco irregularmente pelo sistema de capitação à razão de 200 réis por cada indivíduo adulto<sup>67</sup>, com isenção dos velhos e doentes”<sup>68</sup>, e o seu produto “constituía ao princípio receita dos respectivos comandos militares”<sup>69</sup>. Todavia, as resistências mantinham-se, tanto mais quanto era grande a pressão dos Residentes para a cobrança do imposto<sup>70</sup>. Assim, em 1907<sup>71</sup>, a região de Cuór insubordinou-se, às ordens do respectivo régulo, Infali Soncó, que prometia o fim do imposto de palhota, e quando – na versão oficial – o Residente de Geba, 2º tenente Proença Fortes<sup>72</sup>, se dirigiu, acompanhado apenas pelo escrivão da fazenda e por um alferes, um cabo e um comerciante, a Sambel Nhantá, à tabanca<sup>73</sup> do Soncó, a fim de registar diversas casas, viu-se desrespeitado, espancado e preso, sendo apenas libertado graças à influência de

---

65 – Portaria nº 184 in Suplemento ao *Boletim Oficial da Guiné*, nº 35, de 6 de Setembro de 1906. A legislação administrativa revogada vinha, recorde-se, de 1892.

66 – “Compreende a Ilha de Bolama, das Cobras, Pau da Marca, território de Quinara e Cubisseque, e todo o arquipélago Bijagó.”(artº 2º).

67 – João Barreto, *ob. cit.* p. 340. Na reforma de Muzanty, o artº 65 estipulava que “por cada palhota se cobrará a quantia de 1\$500 reis em moeda corrente”.

68 – Pelo novo regulamento, eram isentas de pagamento de imposto “as palhotas habitadas pelo régulo, as habitadas pelos chefes das povoações, a do Grande que acompanhar o residente durante a cobrança, as habitadas por indígenas que vivam da caridade, por impossibilidade física”(artº 82).

69 – João Barreto, *ob. cit.* p. 340.

70 – Não faltaram as acusações aos residentes de obterem pingues, e ilegais, proventos pessoais com a cobrança do imposto.

71 – Em Janeiro de 1907, já se verificara um incidente, não directamente contra a autoridade portuguesa mas contra os que haviam acatado o pagamento, quando o comandante militar de Cacheu, tenente Rodrigo de Lemos, fez a cobrança na povoação de Capol, situada na margem esquerda do rio Churo, afluente do Farim. Uma vez terminada essa cobrança, uma multidão em alarido veio pedir-lhe socorro contra os habitantes de duas povoações vizinhas, Baboc e Bassarel, que queriam castigá-los por voluntariamente terem pago o imposto.

72 – Este oficial trabalhara com Muzanty na delimitação das fronteiras da Guiné.

73 – Tabanca era a palavra que designava uma povoação com paliçada mas com o tempo generalizou-se o seu emprego como povoação, simplesmente, fosse ou não fortificada.

um comerciante cabo-verdiano, de nome Pedro Mendes Moreira.<sup>74</sup> Em 29 de Junho de 1907, Muzanty fez publicar uma Portaria<sup>75</sup> declarando “em estado de guerra a região de Cuór, Residência de Geba”, pelo que era proibido todo o comércio com essa região e “suspensas as garantias dos seus habitantes”. Poucos meses depois, em 8 de Outubro, a Portaria 220 reconhecia que se estendera ao território de Badora, na mesma Residência, “o estado de insubmissão em que se encontrava a região de Cuór”, pelo que se tornava extensiva a toda a região do regulado de Badora a Portaria de 29 de Junho, além de se proibir “a venda de pólvora e armas em toda a circunscrição”. Esta última decisão foi reiterada e ampliada a toda a província, em 11 de Dezembro do mesmo ano, pela Portaria nº 289, pois durante as operações militares verificara-se “que o gentio se acha bem provido de munições”.

Há outras versões para aquele incidente, mas merece destaque a apresentada por Graça Falcão numa crónica para *A Lucta*<sup>76</sup>. Afirma o antigo militar ter em seu poder cartas de “pessoas de toda a confiança” e “o testemunho insuspeito de todos os passageiros civis, nacionais e estrangeiros, que chegaram no vapor “Guiné” e acrescenta que não cita “os militares de terra e mar, porque uns estão comprometidos no que se tem passado ultimamente naquela colónia, e os outros, por espírito de camaradagem [que talvez seja muito louvável] pretendem, se não defender, ao menos atenuar responsabilidades”. Depois, descreve assim o episódio, talvez com alguma ponta de exagero:

“Era de prever uma revolta de vários territórios da Guiné, em especial dos de Geba, depois dos abusos, e até atrocidades, praticadas pelo Residente desta circunscrição<sup>77</sup>. Tendo ido a Bafatá assistir à inauguração da casa da Residência, o governador Muzanty, acompanhado de um luzido estado-maior, foi mandada ordem a todos os régulos para se lhe apresentarem, a fim de ser a festa mais imponente. Alguns régulos fizeram ouvidos de mercador, entre os quais o Infali Soncó, de Sambel Nhantá, o qual, muito inteligente e político, era dantes sempre o primeiro a comparecer. Apesar disso, o sr. Fortes atreveu-se a ir àquele ponto, apenas acompanhado do escrivão de Fazenda, pelo alferes Baeta e por dois soldados pretos<sup>78</sup>, a fim de proceder ao arrolamento das casas comerciais, a quem se pretende lançar décima predial. O Infali Soncó foi esperá-lo a cavalo, acompanhado de alguns dos seus

---

74 - Infali Soncó mantivera em seu poder armas e munições (40 espingardas Snider e 10.000 cartuchos) que, a título devolutivo, lhe haviam sido fornecidas em 1902 na qualidade de auxiliar das forças portuguesas. O Governador Muzanty considerava que a retirada das armas aos régulos era uma das condições para a pacificação da Guiné e Proença Fortes foi encarregado de retirá-las ao Infali, que não lhe teria perdoado, e daí o desacato.

75 - nº. 110.

76 - 28 de Junho de 1907.

77 - Geba era, tradicionalmente, o Comando, ou Residência, que obtinha maior rendimento de imposto de palhota.

78 - Segundo o diário *Novidades*, de 5 de Novembro de 1907, este escrivão chamava-se Salles e ainda fazia parte do grupo um cabo de nome Jorge, além de “outro indivíduo”, de nome Virgílio Carlos Medina. “Um dos mais antigos e abalizados comerciantes da Guiné”, procurado pelo jornal mas cujo nome não é citado (trata-se, seguramente, de António da Silva Gouveia), afirmou que “as causas bastantes de tudo quanto sucedeu” (o desacato ao tenente Fortes e o ataque ao régulo do Xime) foram “o desgosto pela perda das armas que lhe tinham sido tiradas pelo tenente Fortes e o facto deste, na sua presença, ter esbofeteado um dos seus súbditos”.

grandes e do *judeu* [tocador de viola]<sup>79</sup>, que ia apregoando em altos berros, como é costume gentílico, os brilhantes feitos do seu senhor. O tenente Fortes começou por ordenar ao Infali que se apeasse, o que este cumpriu prontamente. Depois intimou ao judeu que se calasse, dizendo-lhe que só ele, Fortes, era governo. O judeu não fez caso e, então, o sr. Fortes atirou-se-lhe às bofetadas e pontapés, o que foi retribuído imediatamente com uma valente sova e algumas cutiladas, dadas com espada. O alferes Baeta, que é estimado pelos indígenas, procurou apaziguar a questão, metendo-se de permeio, sendo ferido nessa ocasião com uma cutilada que lhe apanhou a cabeça e uma das faces, caindo no chão sem sentidos. Os soldados e o escrivão da fazenda fugiram logo, embarcando no bote em que tinham ido, abandonando os dois oficiais. O alferes Baeta foi encontrado por Pedro Mendes Moreira, empregado da casa alemã B. Soller Sucessor, o qual o levou num pequeno dongo<sup>80</sup> para Bambadinca, povoação situada a jusante da Sambel Nhantá e na outra margem do rio. Nesse entretempo, os indígenas tinham-se apoderado do tenente Fortes, a quem despiram e descalçaram, fazendo-o caminhar, nesse estado e sob um sol ardente, durante muito tempo. Chegados à povoação, reuniram-se todos os biafadas e procederam ao julgamento do seu prisioneiro sendo este, por uma grande maioria de votos, condenado à morte. O Infali Soncó, grande político, fingiu votar pela absolvição. Ia o tenente ser justificado<sup>81</sup> quando, por felicidade, regressou Pedro Mendes Moreira, que goza das simpatias dos indígenas. Depois de muita discussão, conseguiu que os biafadas dessem a liberdade ao tenente Fortes, sob condição de o governo não lhes fazer guerra e lhes dar 2 contos de réis em dinheiro e quarenta vacas, o que o referido oficial prontamente aceitou, ficando por seu fiador o referido empregado da casa alemã Soller. O negociante Virgílio Medina, que quis socorrer o tenente Fortes, esteve prestes a ser vítima do gentio. O tenente Fortes já se acha completamente restabelecido e pronto para receber nova lição, se continuar a proceder para com o gentio, como tem feito até hoje."

Por sua vez, as *Novidades*<sup>82</sup> afirmam ter procurado recolher todas as informações sobre o que se passara e fazem o seguinte relato: "Infali Soncó, que já tinha pago este ano o *imposto de palhota*, como sempre fez desde que este se cobra na Guiné, foi sempre nosso amigo e até em algumas guerras nos auxiliou proveitosamente. Para este último efeito, por vezes, lhe foi emprestado armamento Snider<sup>83</sup> e cartuchame; conservando ele em seu poder, agora por fim, umas 40 espingardas. Como o Infali as empregasse em bater os balantas seus vizinhos, também da margem direita, roubando-lhes ou prendendo-lhes mulheres que depois vendia por

---

<sup>79</sup> - *Judeu* é tradução, talvez abusiva, de *djidiu*, espécie de trovador a que os franceses chamam *griot*. É possível, mas não confirmável, que os primeiros tocadores fossem judeus portugueses que fugiram para África quando das perseguições no séc. XVI. O instrumento que tocam não é, geralmente, uma viola, mas um pequeno instrumento de arco, uma espécie de violino. Os "judeus" já são referidos por André Álvares de Almada no seu *Tratado Breve dos Rios da Guiné*.

<sup>80</sup> - Embarcação comprida cavada num só tronco de árvore.

<sup>81</sup> - É pouco provável que o régulo se atrevesse a matar, naquelas circunstâncias, um oficial português, mas para os leitores do jornal é possível que tal afirmação causasse algum efeito.

<sup>82</sup> - 5 de Novembro de 1907.

<sup>83</sup> - As espingardas com culatra de sistema Snider foram compradas por ordem de Fontes Pereira de Melo: 20.000 para Infantaria e 5.000 para Cavalaria. Um dos principais motivos da escolha foi poderem adaptar-se às espingardas Enfield com que o exército português estava equipado desde 1860, também por iniciativa de Fontes. Em 1885,

preços que chegavam aos 1000\$000 reis, entendeu o comandante militar, tenente da Armada sr. José Fortes, obrigá-lo a entregar as armas que não eram dele e que em tão condenável fim utilizava. Infali obedeceu mas ficou desgostoso. Sucedeu, porém, que algum tempo depois, tendo tido uma questão qualquer com um negociante das proximidades, este o ameaçou com a intervenção do comandante militar, que viria castigá-lo, etc.. Passam-se poucos dias e, tratando-se de proceder à colecta das propriedades particulares em Sambel Nhantá, capital dos territórios do Infali, foi lá a comissão de fazenda, composta do comandante militar, seu presidente, do escrivão de fazenda, sr. Salles, e do alferes Baeta, acompanhando-os um cabo de nome Jorge e outro indivíduo, Virgílio Carlos Medina. Vendo aparecer o comandante militar, Infali supos que se tratava de efectivar a ameaça supra referida e, segundo a versão a que nos reportamos, teria feito reunir a sua gente de guerra, sendo o tenente Fortes preso, maltratado e condenado à morte. E desta escapou devido à intervenção oportuna e providencial do negociante Pedro Moreira que parou com o régulo e o convenceu a soltá-lo.”

## PREPARA-SE A EXPEDIÇÃO

O desacato de que foi alvo o tenente Fortes<sup>84</sup> constituiu um dos motivos indicados por Oliveira Muzanty no *memorandum* entregue ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar – então o capitão do Estado Maior Ayres d’Ornellas e Vasconcelos – em 2 Novembro de 1907, solicitando ao governo de Lisboa o envio de uma expedição militar<sup>85</sup>. Nesse documento, explicavam-se as razões do pedido: “A insubordinação das regiões de Bissau, Cuór, Oio, Churo, Costa de Baixo e Pecixe; a necessidade inadiável de uma ocupação efectiva nestas regiões e de pôr termo aos constantes atentados praticados pelos habitantes da ilha de Bissau contra a vila de Bissau e a própria fortaleza que por vezes têm assaltado e roubado munições do paiol<sup>86</sup>, a ponto de que nesta

---

Fontes Pereira de Melo adquiriu as primeiras Kropatscheks, de repetição, das quais cerca de 46.000 foram distribuídas ao exército, passando as Snider ao serviço da Cavalaria, sendo as restantes da mesma marca empregadas ao serviço das tropas de reserva e no Ultramar.

<sup>84</sup> – O *Jornal das Colónias* de 29 de Junho de 1907 faz um pouco da história da cobrança do imposto, notando as dificuldades que as autoridades portuguesas encontravam. Recorda que quando Oliveira Muzanty começou a exigir os impostos, começaram também os atritos com “os povos que até ali nunca haviam pago e com outros que, tendo pago em certa época, deixaram de o fazer, ou por ali não irem as autoridades recebê-lo ou, o que era pior, irem sargentos fazer a cobrança, os quais, desconhecedores em absoluto do papel que iam desempenhar, sofriam os maiores vexames e, sendo obrigados a retirar-se, deixavam atrás de si o desprestígio completo da nossa soberania”.

<sup>85</sup> – Naturalmente, antes da apresentação do *memorandum* Oliveira Muzanty já conferenciara, durante a sua estada em Lisboa, com o ministro da Marinha e com o director-geral do Ultramar sobre a necessidade de uma expedição para dominar a situação de rebeldia em alguns pontos da que se encontrava a Guiné.

<sup>86</sup> – Todavia, na longa entrevista que, já findas as campanhas, concedeu ao diário *Novidades*, de Lisboa, publicada nos números de 29 de Julho e 5 e 8 de Agosto de 1908, Oliveira Muzanty cita apenas um episódio: “Um dia, um papel chegou a ir roubar armamento dentro da fortaleza em presença da força, sendo preso com uma espingarda Kropatschek”.

vila, que é a mais importante da colónia, os seus habitantes só com risco de vida podem sair dela; vingar a afronta recentemente feita pelo régulo de Cuór a dois oficiais da circunscrição de Geba impedindo por esta forma e com a ocupação militar da região que a revolta se propague em toda esta vasta circunscrição o que a dar-se só com grandes sacrifícios para a metrópole se poderá reprimir; bater e ocupar militarmente a região de Oio que devido à falta de ocupação militar sugerida, e apesar das guerras que aí se têm feito, permanece no seu estado de rebelião inalterável.”

Muzanty propõe que a expedição possa embarcar em Dezembro de 1907, a fim de aproveitar a época seca que naquele país vai de Novembro a meados de Maio<sup>87</sup>.

No dia 6 de Dezembro, o conselho de ministros, concordando com a exposição, resolveu que se fizessem “as operações na província da Guiné a fim de sufocar a rebelião latente” e com data de 12 seguinte foi apresentado, com a assinatura do governador, o plano de acção e respectivo projecto de orçamento, cujos termos eram os seguintes<sup>88</sup>:

“ • A duração das operações não excederá quatro meses incluindo a viagem de ida e volta do Reino a Bissau sendo iniciadas em meados de Janeiro, a fim de aproveitar a época seca e mais facilidades em se obter água potável.

As operações terão como objectivo:

- Bater a região de Bissau subjugando os papeis onde se espera encontrar grande resistência montando em Antula um posto que ficará guarnecido montando-se um outro em Intim, perto de Bissau.

- Fazer uma demonstração de força no território balanta onde se supõe haver fraca resistência levada a efeito a ocupação de Bissau e pelo carácter pouco guerreiro do indígena.

- Desembarque e marcha sobre Sambel Nhantá que seria tomada estabelecendo-se um posto guarnecido com 30 praças para o que a coluna subirá o rio Geba até Sambel Chiaz.

- Marcha por terra sobre porto Mansoa batendo as povoações intermédias e estabelecendo neste porto um posto com 30 praças.

- Marcha sobre Farim atravessando e batendo a região do Oio, marcha que se julga demorada atentas as condições do solo.

- Alcançado Farim marcha sobre Bather onde se fixará um posto guarnecido com 30 praças.

- Embarque neste posto seguindo o rio Cacheu até Pelundo onde se montará um outro posto marchando depois para o Sul a fim de bater a região dos manjacos da Costa de Baixo com o que se darão por findas as operações. A execução do abastecimento da linha de etapes que assenta toda sobre o mar e rios ficará a cargo da esquadilha, lanchas a vapor e de vela da capitania do porto.”

---

<sup>87</sup> - Na mesma entrevista às *Novidades*, Oliveira Muzanty explicou que no fim de 1907 pediu a Lisboa o envio de uma expedição militar de reforço porque lhe pareceu “que a revolta dominava já uma grande parte da província”.

<sup>88</sup> - Arquivo Histórico Ultramarino, Documentos Importantes nº 136. Pasta 426.

A elaboração do projecto de organização da expedição, apresentado ao ministro com data de 23/29 de Novembro de 1907, coube ao capitão de infantaria Ilydio Nazareth, que seria o chefe do Estado-Maior da coluna expedicionária, e Aires d'Ornelas concordou com todas as propostas, salvo as que se referiam ao serviço de transportes e ao pelotão de cavalaria.

Muzanty, entretanto, já partira de Lisboa para Bissau, a 4 de Novembro, a bordo do vapor "Guiné"<sup>89</sup>. Quatro dias depois seguia, no "Angola", um destacamento constituído por cinquenta praças de marinha, dois 2<sup>os</sup> sargentos, quatro cabos e dois corneteiros, comandado pelo capitão-tenente David d'Albuquerque da Rocha. Pela mesma data, saiu de Cabo Verde para a Guiné a canhoneira "D. Luiz", do comando do capitão-tenente Alberto António da Silveira Moreno. No princípio do mês seguinte, partiram para a Guiné o capitão Nazareth e o tenente D. José de Serpa, que seria o subchefe do Estado-Maior<sup>90</sup>, bem como o capitão de artilharia Viriato Gomes da Fonseca, comandante da companhia indígena de artilharia da guarnição de Cabo Verde e que se oferecera para combater na Guiné. Segundo *O Século*<sup>91</sup>, os dois primeiros "antecipam-se às forças expedicionárias, por se tornar necessário proceder a reconhecimentos locais e obter precisas informações sobre os recursos de que a província dispõe, quer em material, quer em pessoal, e bem assim sobre a possibilidade de se remontarem ali os solípedes precisos para a expedição". O jornal acrescentava que na véspera, 5 de Dezembro, dera entrada no Ministério da Guerra "a requisição das forças do exército destinadas a cooperar com as da província da Guiné, nas próximas operações" e enumerava-as pormenorizadamente, apontando um total de "20 oficiais e 600 praças de prê". Os números acabaram por ser muito inferiores a estes<sup>92</sup> e a partida da expedição, que se apontava então para 6 de Janeiro, acabou por se efectuar mais de dois meses depois, como se verá.

Aliás, logo em 17 de Dezembro, Aires d'Ornelas – informado por Muzanty sobre as operações efectuadas no Geba, enviara-lhe um telegrama propondo para o ano seguinte a realização das operações de maior envergadura. O texto do telegrama é o seguinte: "Dominada revolta margem esquerda do Geba com pequenas operações tiveram lugar julgo conveniente estudar com capitão Nazareth operações indispensáveis a realizar este ano ficando restantes operações para o ano dando tempo a organizar as forças da província como se está fazendo em Moçambique, conciliando assim necessidades militares da província com circunstâncias difíceis do Tesouro."

---

<sup>89</sup> – Na véspera estivera no Palácio das Necessidades a despedir-se do Rei, D. Carlos.

<sup>90</sup> – Este oficial, D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho [1879–1929], de seu nome completo [era irmão de D. Fernando de Serpa, comandante do iate real *D. Amélia*], poucos dias ficaria na Guiné e ao regressar, em 29 de Dezembro, logo informou o ministro da Marinha da "situação alarmante" em que se encontrava aquela província e dos "perigos que neste momento correm os europeus, quase encurralados na praça de Bissau", manifesto exagero a que deu voz *O Século* de 30 de Dezembro.

<sup>91</sup> – 6 de Dezembro de 1907.

<sup>92</sup> – Se o número de expedicionários fosse o previsto, ficaria estacionado em águas guineenses o navio que os transportasse a fim de servir de hospital, o que não ocorreu devido à drástica redução dos efectivos da expedição.

## A CAMPANHA DE 1907

Quando chegou a Bolama, a 16 de Novembro, o governador entendeu que deveria iniciar as operações antes mesmo da vinda da expedição. Cinco dias depois, uma portaria provincial<sup>93</sup> organizava uma força destinada a “impedir imediatamente a propagação da rebelião na circunscrição de Geba”. Com efeito, quase toda a região se encontrava nessa altura rebelada, com a possível excepção do Gabu, cujo régulo, o famoso Monjur, o mais rico da Guiné, se juntou em meados de Dezembro desse ano às forças do governo<sup>94</sup>. A 26 de Dezembro,<sup>95</sup> Muzanty, à frente dessa força, seguiu para o Xime, onde se demorou um dia, continuou para Velingará (onde o régulo Abdulai<sup>96</sup> se mantinha fiel) e na madrugada de 1 de Dezembro iniciou com a sua coluna a marcha sobre Campampe, povoação fortificada que já estava em rebelião<sup>97</sup>. O objectivo – repetiu Muzanty na entrevista que concedeu ao jornal *Novidades* em 28 de Julho de 1908 – era “cortar a propagação da rebelião, evitando a sua passagem da margem direita do Geba para a esquerda”, onde se situava Campampe.

Oliveira Muzanty foi já encontrar as comunicações cortadas com o interior, quer por terra, quer pelo rio. Segundo o telegrama enviado para Lisboa pelo encarregado do governo, tenente Alberto Carlos Aprá, a lancha-canhoneira “Cacheu”<sup>98</sup> seguiu rio acima e foi atacada da margem direita, pela gente do Infali Soncó, ficando muito furados o costado e as chapas de combate, além de terem sofrido ferimentos um cabo fogueiro e cinco marinheiros indígenas. Entretanto, a coluna comandada pelo governador seguia por terra e atacava Campampe, que ofereceu forte resistência, acabando por ser tomada e os seus defensores postos em fuga<sup>99</sup> e perseguidos pelos auxiliares<sup>100</sup>, tendo morrido o régulo Dembaje e seu filho, que dirigiam o ataque à retaguarda. De acordo com o

---

<sup>93</sup> – *Boletim Oficial* nº 47, de 23 de Novembro de 1907, reproduzida no *Diário do Governo* de 22 de Fevereiro de 1908.

<sup>94</sup> – Carço, Jorge Vellez – *Monjur – O Gabu e a sua História*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1948.

<sup>95</sup> – “Eu tinha chegado a Bolama a 16 de Novembro – explicou Muzanty na citada entrevista às *Novidades* – e a força das circunstâncias levou-me a dez dias depois ter de entrar em combate.”

<sup>96</sup> – Abdulai estivera em Lisboa por ocasião das comemorações do centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, em 1898, e, segundo as *Novidades* de 5 de Novembro de 1907, “os alfacinhas tiveram ensejo de o desfrutar no Coliseu dos Recreios, montando magistralmente um *pur-sang* árabe; além de excelente cavaleiro é um atirador temível e tem instruído a sua gente tanto quanto possível à maneira do *branco*”.

<sup>97</sup> – A coluna era constituída por um destacamento de cinquenta e seis praças de Marinha, trinta homens da canhoneira “D. Luiz”, mais cento e vinte praças regulares, a que se juntaram depois duzentos auxiliares indígenas do régulo Abdulai.

<sup>98</sup> – A canhoneira navegava porque a *Farim* já estava transformada em pontão e fora canibalizada (hélices, peças da máquina e chapas). Exercia fiscalização nos rios. Comandante nas campanhas era o segundo-tenente Carlos Primo Guimarães Marques.

<sup>99</sup> – Na entrevista às *Novidades*, Muzanty diz que o ataque durou quarenta minutos.

<sup>100</sup> – A coluna saíra de Velingará, onde passara a noite, às seis horas da manhã, chegando a Campampe duas horas depois. Na entrevista às *Novidades*, o Governador recorda: “Desembocava o caminho até ali apertado e de mato numa clareira ao fundo da qual se avistava a tabanca fortificada de Campampe. A marcha até aí fora feita a um de fundo, única formatura compatível com o caminho. Formada em linha a guarda avançada fez esta três descargas sobre a tabanca e só no fim da terceira o inimigo respondeu com

mesmo telegrama, “o inimigo teve treze mortos, entre eles o cherife Bruimé, e a maioria pula-pula (*sic*)<sup>101</sup> fugiu para o território francês” levando alguns feridos. A coluna portuguesa sofreu oito baixas, embora nenhuma mortal: o 1º artilheiro 1666, Manuel Francisco Contreiras Júnior, o 2º artilheiro 2726, José Dias, e seis auxiliares<sup>102</sup>.

A coluna encontrou os rebeldes bem municiados e o governador, com o objectivo de “evitar novos abastecimentos e dificuldades futuras operações” mandou publicar, em 11 de Dezembro, uma portaria proibindo o comércio de pólvora, armas e espoletas em toda a província. Em telegrama que enviou para o Ministério do Ultramar, Muzanty dava conta dessa sua decisão e pedia ao ministro que chegasse a um acordo com o governo francês, a fim de evitar o contrabando pela fronteira, “sem o que aquela medida seria de efeito nulo prejudicando somente o nosso comércio”.

Quando o governador regressou a Bolama, o capitão Ilydio Nazareth seguiu, à frente de um regimento misto e com o apoio da canhoneira “D. Luiz”, para a região de Quinara onde os biafadas haviam atacado casas comerciais<sup>103</sup>. Restabelecida ali a tranquilidade, e regressados os militares a Bolama, chegou a notícia de um levantamento dos felupes da região de Varela (na então circunscrição de Cacheu), que haviam obrigado a retirar-se o residente, tenente Rodrigo de Lemos, quando se encontrava a receber o imposto nas povoações próximas. Foi constituído novo destacamento misto, composto por praças de desembarque da canhoneira “D. Luiz”, companhia de atiradores indígenas<sup>104</sup> e companhia de auxiliares indígenas, sob o comando do capitão de Infantaria José Carlos Botelho Moniz. Toda a expedição, num total de 188 homens, incluindo um médico e um enfermeiro<sup>105</sup>, seguiu, com o governador, a bordo daquela canhoneira. Varela foi atacada e arrasada no dia 14 de Março de 1908, os régulos submeteram-se e a canhoneira regressou a Bolama, cruzando-se então com o “Angola” que chegava a Bissau com a força expedicionária.

---

grosso fogo. A força de marinha, formando em linha à esquerda da guarda avançada, fez também fogo até que avançamos a quarenta metros da tabanca. Só então começou a fuga do inimigo, perseguido nessa altura pelos auxiliares, os quais entrando na tabanca puseram em fuga os poucos que encontraram.”

101 – Nos jornais portugueses era grande a ignorância dos nomes das diversas etnias e das povoações, surgindo as mais diferentes grafias para um mesmo grupo ou local. No caso tratava-se da etnia futa-fula.

102 – Um telegrama do governador para o Ministério do Ultramar, com data de 25 de Janeiro de 1908, dava conta de uma situação que depois valeu a Muzanty alguns ataques dos seus detractores, que o acusaram da prática de atrocidades. Diz assim: “Auxiliares cortaram cabeça alguns prisioneiros por eles feitos. Conforme meu relatório a seguir combate Campampe enviei auxiliares reconhecimentos ofensivos. Como V. Exa. muito bem sabe é difícil conter esta gente.”

103 – Na entrevista às *Novidades*, Oliveira Muzanty recorda afirmações do comerciante António da Silva Gouveia, segundo as quais “a autoridade militar é que provoca as guerras com os indígenas e os comerciantes não são nunca assaltados pelos indígenas”. Ora, afirma o governador, “os factos passados em Quinara mostram, bem claramente, o contrário dessa triste afirmação, tanto mais que esta região nem sombras tinha de ocupação militar. O objectivo dos indígenas foi, neste caso, justamente o ataque às casas comerciais. Nesta ocasião destruíram um troço de linha telegráfica, para coroar a sua obra.”

104 – Esta companhia era “constituída por pretos, muitos de colónias estrangeiras, principalmente franceses, que voluntariamente se ofereceram para soldados”. Cf. Nunes da Ponte, *ob. cit.*, p. 26.

105 – A composição do destacamento misto está indicada na Portaria 67-A, assinada pelo Governador e publicada no *Boletim Oficial da Guiné* de 14 de Março de 1908, com data de 7 do mesmo mês.

## A CAMPANHA DE 1908

Logo a partir de 11 de Novembro de 1907, começaram a chegar à Secretaria da Guerra os oferecimentos de oficiais e praças para a expedição, a qual seria organizada com pessoal oferecido e completada, quando não chegasse, por militares nomeados por imposição de serviço por derrama<sup>106</sup>, e desde 30 desse mesmo mês que o vapor “Angola” se encontrava à disposição da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar para transporte da expedição militar, com o respectivo material e víveres. Todavia, só em 22 de Fevereiro de 1908 é que o novo ministro da Marinha e Ultramar<sup>107</sup>, comunicou a Oliveira Muzanty que a expedição partiria no dia 11 do mês seguinte.

Dias depois dessa comunicação, a 27 de Fevereiro, chegou ao Ministério um ofício enviado de Bolama pelo governador, explicando a necessidade, política e económica, de dominar a rebelião: “A situação económica da Província – escrevia Muzanty – prende-se evidentemente com a situação política, derivando ambas da pouca ou nenhuma ocupação militar que hoje existe: no estado de rebelião geral em que se encontra a Província, é difícil senão impossível fazer toda a cobrança possível no actual ano o que traz um prejuízo de cerca de sessenta contos caso não sejam batidas já as regiões de Cuór e Quinara. Urge pois abafar a rebelião nestas duas regiões não só para impedir que ela se alastre a outras onde existe no estado latente, como ainda para aí fazer a cobrança e abrir novamente ao comércio o rio Geba onde a navegação é hoje impossível. Para as operações de Cuór e Quinara é indispensável um mínimo de uma companhia europeia e uma força de artilharia de quatro cabos e vinte soldados serventes para substituir igual número de praças incapazes de serviço. Para ocupação das mesmas regiões é indispensável uma companhia indígena podendo assim dispensar-se o destacamento de Marinha que recolherá a Lisboa e que actualmente guarnece o posto de Bambadinca por não ser possível rendê-los por absoluta falta de efectivos. A época actual ainda permite tais operações mesmo que as forças pedidas cheguem aqui até 20 de Março podendo a companhia indígena chegar aqui até fim de Abril, época em que se torna indispensável a sua presença para a ocupação das regiões batidas.” Prosseguia o governador sublinhando a questão económica: “Limitando a presença da Companhia europeia em 2 meses e a da indígena em um ano o aumento [de custos] para a província será de 68.999\$70. Continuando o destacamento de Marinha e vindo a canhoneira “Zambeze”,<sup>108</sup> a despesa será de 55.171\$680. Substituindo estas

---

<sup>106</sup> – Algumas das praças oferecidas que fizeram parte da expedição podiam passar à reserva em vista do aumento de tempo de serviço correspondente mas as praças nomeadas não foram autorizadas pelo ministro da Guerra, em 27 de Fevereiro de 1908, antes, portanto, do embarque da expedição, a apresentarem requerimento nesse sentido.

<sup>107</sup> – Em consequência do regicídio, o Ministério mudara no dia 4 de Fevereiro e o vice-almirante Augusto de Castilho era o novo ministro da Marinha e Ultramar.

<sup>108</sup> – Muzanty tentara contrariar a vinda desta canhoneira, afirmando, em telegrama com data de 14 de Fevereiro de 1908, que só iria “agravar circunstâncias financeiras já críticas província sem resultado prático, pois não pode navegar e operar rio Geba; é bastante canhoneira “D. Luiz” que tem e pode continuar prestar relevantes serviços província”.

últimas praças pelas primeiras o aumento da despesa é apenas de 13.828\$020 coberto pelo acréscimo da receita de 60.000\$00 proveniente da cobrança que em tais condições se poderá fazer.”

A argumentação do governador, por muito eloquente, não foi decisiva para o envio da expedição, pois à margem do ofício uma nota esclarecia: “Está assente já qual o efectivo da coluna de operações e o do corpo expedicionário do exército do Reino que segue para a referida província em 11 de Março. Além das forças expedicionárias do Reino vai uma bateria de artilharia mais 4 cabos e 20 soldados artilheiros que já tinham sido requisitados pelo governador.”

Assim, finalmente, em 25 de Fevereiro de 1908 o general de brigada José Augusto da Costa Monteiro comunicava à Secretaria de Estado da Guerra que a Companhia Expedicionária de Infantaria 13 à Guiné, armada com a espingarda Kropatschek, estava constituída [1 capitão, 1 tenente<sup>109</sup>, 2 alferes<sup>110</sup>, 1 1º sargento, 6 2ºs. sargentos, 12 1ºs. cabos, 228 soldados e 4 corneteiros], faltando apenas indicar o capitão [o comando da companhia viria a ser entregue ao capitão Jorge Camacho<sup>111</sup>] por não se haver oferecido nenhum dos capitães das outras Companhias e não haver oficial dessa patente no efectivo da referida Companhia. Quatro dias depois, o chefe da 3ª repartição da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra solicitava ao director da 1ª Direcção de Infantaria, por ordem do director-geral, “a expedição das primeiras ordens a fim de que a Companhia do Regimento de Infantaria nº 13 expedicionária à Guiné alojada em Mafra, marche para Lisboa para na manhã de 10 do próximo mês de Março vir alojar-se no quartel da Junqueira Depósito de Praças do Ultramar onde tem a devida instalação».

Além da Companhia de Infantaria 13<sup>112</sup>, as forças destacadas incluíam a impropriamente designada bateria de artilharia<sup>113</sup>, com 20 muares e 71 homens: 2 oficiais (1 tenente e 1 alferes), 1 1º sargento, 5 2ºs. sargentos, 11 1ºs. cabos, 48 soldados, 1 serralheiro-ferrador, 1 seleiro-correeiro, 1 ferrador e 1 corneteiro. O comando foi entregue ao tenente Luís Nunes da Ponte, que

---

109 - Ferreira de Almeida

110 - Jaime Rafael Sepúlveda Rodrigues e Jaime Victor Duque.

111 - Jorge Perestrello de Pestana Vellozo Camacho nasceu no Funchal em 23 de Maio de 1870. Assentou praça, como voluntário, no regimento de Caçadores 12 em Novembro de 1886 e foi promovido a alferes em Abril de 1890. Esteve na campanha do Niassa contra o régulo Mataka em 1899 e nas operações do Barué. [1902], bem como no sul de Angola, em 1905. Ofereceu-se para a expedição da Guiné logo em Novembro de 1907, era nessa altura [desde 1903] capitão do Batalhão de Caçadores nº 1. Governador de Tete, Moçambique, em Abril de 1910, foi demitido logo em 15 de Outubro do mesmo ano. Regressou a Lisboa e em 22 de Janeiro de 1911 declarou a sua lealdade às instituições republicanas mas “ficando bem explícito que esse facto não representa adesão ao partido republicano ao qual não pertencço nem nunca pertencerei”. Foi demitido de oficial do exército em 6 de Junho seguinte. Em 9 de Julho de 1918, pediu a reintegração “achando do seu dever de português e de soldado pôr-se à disposição do seu país no actual momento em que ele se encontra em guerra com o estrangeiro”. Não foi atendido e no ano seguinte seria assassinado: preso em Serpa, foi levado para Beja, espancado e depois transferido para Lisboa, acabando de ser morto à pancada no Terreiro do Paço.

112 - Os nomes de todos os militares [Exército, Marinha, Companhia Mista, etc.] que fizeram parte da coluna de operações estão publicados no Suplemento nº 10 do *Boletim Oficial da Guiné*, de 31 de Outubro de 1908, Portaria nº 221, com data de 1 de Outubro e assinada, “em nome e na ausência de Sua Exa. o Governador”, pelo capitão Viriato Gomes da Fonseca.

113 - A designação oficial era “força do grupo de artilharia montada”.

tinha como subalterno o alferes Cortez. No seu livro, como se disse, Nunes da Ponte faz duas críticas: em primeiro lugar, à falta de preparação dos militares que lhe foram confiados: “Na arma de artilharia todos os que se ofereceram foram aceites; muitos deles, então recrutados, passaram-nos a prontos por esse facto. É extraordinário, mas é verdade! Se pretendessem ser dados prontos para outro qualquer fim razoável, não o conseguiriam; mas como era para uma campanha e sobretudo na Guiné, obtiveram-no, facilitaram-lho, ofereceram-lho! Assim, como eles vieram de todas as unidades, diversíssimas nesta arma, apenas sete conheciam o material; os outros nem visto tinham ainda semelhantes peças e muitos observei que nunca haviam pegado numa arma.<sup>114</sup>” A estes militares foi dada instrução em Vendas Novas entre os dias 29 de Fevereiro e 8 de Março e – sempre segundo Nunes da Ponte, que foi quem os instruiu – “devido à muito boa vontade de todas as praças, conseguiu-se que todas aprendessem o manejo da peça, ainda que careçam do necessário desembaraço que em tão pouco tempo era impossível adquirirem<sup>115</sup>”. A outra crítica refere-se à própria constituição da bateria de artilharia, que, como tal, deveria ter mais gente<sup>116</sup>.

Por fim, os serviços auxiliares, com 358 homens, assim distribuídos: Quartel-General, 2 oficiais (1 capitão e 1 tenente); Engenharia 3 2<sup>os</sup> sargentos e 9 soldados; Saúde e Veterinária, 1 tenente, 2 2<sup>os</sup> sargentos, 2 1<sup>os</sup> cabos; Subsistências e Serviços Administrativos, 1 capitão, 2 2<sup>os</sup> sargentos, 2 1<sup>os</sup> cabos.

## MUNICIAMENTO E VÍVERES

Como municamento, o “Angola” embarcou 200.000 cartuchos para a infantaria e 64 cunhetes mistos, 68 com granadas ordinárias, 96 com granadas com balas e 20 com lanternetas para a artilharia, que levava 4 peças de bronze de 7,5 cm.. Todavia, queixa-se Nunes da Ponte<sup>117</sup> que “as granadas, peças, etc. tudo foi encaixotado sem a presença de nenhum oficial da força; poderiam ir granadas que não servissem nas peças, muitas que não rebentassem, mas isso que importava?! a artilharia, ia a expedição, nada mais era preciso.”

O equipamento de que os militares dispunham não era exactamente, o que o governador entendia ser desejável e num telegrama expedido de Bolama para a Direcção-Geral do Ultramar, logo em 4 de Dezembro de 1907, o governador informa que, dado a artilharia da província não merecer confiança, deveriam vir do Reino 4 peças de tiro rápido de montanha com o respectivo municamento,

---

<sup>114</sup> – *Ob. cit.*, p. 4.

<sup>115</sup> – Comenta o oficial: “Em infantaria deveria naturalmente ter sucedido o mesmo, conquanto seja muito mais fácil ministrar instrução aos soldados dessa arma.” *Id.*, *ib.* p. 6.

<sup>116</sup> – *Id. ib.*, pp. 7 e 8.

<sup>117</sup> – *Id. ib.*, p. 8.

"principalmente munições Hotchkiss 37". O governador pede também 2.000 granadas ordinárias e 500 lanternetas para irem no primeiro paquete, bem como 500 rolos de arame farpado<sup>118</sup>.

Num tempo em que não existiam rações de combate, grande parte dos seis mil volumes que embarcaram no "Angola" embalavam, além da alimentação das 20 muaras do grupo de artilharia montada<sup>119</sup> [5.000 rações de forragens – aveia, cevada, fava, milho, palha], os víveres destinados às tropas expedicionárias: não faltavam o champagne e o vinho do Porto, o cognac e o rum<sup>120</sup>, o bacalhau, o vinho, branco e tinto, a manteiga e a marmelada, o queijo da serra e flamengo, o leite condensado e as águas minerais<sup>121</sup>. Todavia, durante a campanha foi possível algumas vezes comer galinha ou cabrito pois nas tabancas atacadas e incendiadas encontravam-se muitos animais abandonados pelos donos na fuga. Diz Nunes da Ponte: "Era curioso observar por toda a parte os cozinhados de galinhas e cabritos apanhados ao inimigo [...] Fui convidado pelo capitão Moniz para provar um bocado de cabrito [inimigo] com batatas, que me abriu o apetite para o almoço, às 3 horas da tarde, constando de canja e galinha corada com batatas. Soberbo almoço! O pão é que fez falta. Foi substituído por bolacha duríssima, talvez boa para construções, mas péssima para digerir, e com ela tivemos de nos haver durante bem longos dias à míngua de pão, que nunca apareceu."

No "Angola" seguiam também 100 mantas de lã, emprestadas pela Secretaria da Guerra, 450 lençóis impermeáveis comprados à firma inglesa Victoria Rubber Co Ltd., através do seu representante em Lisboa, e alguns projectores a acetileno, 500 mosquiteiros e 10 filtros adquiridos à empresa Viúva E. Ferin, tudo por um total de 1.969\$015 reis<sup>122</sup>. Ao material sanitário básico, vendido pelo Instituto Pasteur de Lisboa e que custou 8.720\$000 reis, juntou-se outro material sanitário (incluindo sabonetes, toalhas, bisturis, borrachas vermelhas, ampolas de cloridrato de cocaína, quinina, éter, adesivos, etc.), no valor de 553\$120 reis.

---

118 – Só havia disponíveis em Lisboa 200 a 250 rolos, os quais seguiram de barco para Bolama no dia 4 de Dezembro.

119 – Quatro não regressariam por terem morrido.

120 – É evidente a preocupação em não alterar os hábitos alimentares das tropas, em particular dos oficiais, embora muitas vezes o rancho fosse bem mais diferente do que a quantidade e variedade de géneros poderia fazer supor..

121 – A lista completa é a seguinte: Café de Angola, 1.200 kgs; Bolacha de Embarque, 25.200 kgs; Açúcar Pilé, 2.419 kg; Vinho Tinto, 16.128 lts.; Vinho Branco, 16.128 kgs.; Bacalhau, 8.577 kgs.; Atum [lata], 5.040 kgs.; Sardinhas [lata], 5.040 kgs.; Chouriço, 11.592 kgs.; Arroz, 2.016 kgs.; Farinha de Trigo, 20.000 kgs.; Feijão Branco, 4.204 kgs.; Feijão encarnado, 4.204 kgs.; Macarrão, 3.628 kgs.; Legumes [em conserva], 10.080 kgs.; Hortaliça [em conserva], 20.160 kgs.; Batata, 32.062 kgs; Toucinho, 1209 kgs.; Azeite, 504 lts.; Vinagre, 400 lts.; Manteiga de Vaca, 400 kgs.; Aguardente, 24 lts.; Mortadela, 500 ?; Sal, 1209 kgs.; Cebola, 806 kgs.; Pimentão, 80 kgs.; Alhos, 40 kgs.; Corned Beef, 6.400 kgs.; Sopas Julianas, 1.600 kgs.; Queijo Flamengo, 12 cx.; Figos, 400 kgs.; Nozes, 400 kgs.; Azeitonas, 2.000 Kgs.; Calda de Tomate, 25 cx.; Manteiga, 50 kgs.; Champagne, 20 cx.; Vinho do Alto Douro, 20 cx.; Cognac, 10 cx.; Rum, 5 cx.; Genebra, 10 cx.; Leite Condensado Suíço, 50 cx.; Pêssego em conserva, 1.500 kgs.; Maçã em conserva, 1.500 kgs.; Pêra em conserva, 1.500 kgs.; Vinho do Porto nº. 5, 7º cxs.; Passas de Alicante, 400 cx.; Queijo da Serra, 12; Amêndoas, 400 kg; Marmelada, 500 kg.; Tabaco Holandês, 1.500 kg.; Tabaco Francês, 750 Kg; Livros de Mortalhas, 500 cx.; Fósforos, 500 grosas; Água de Vidago, 40 cx.; Água das Lombadas, 40 cxs. Tudo por um custo total de 23.194\$190 reis.

122 – À partida, cada praça recebeu uma camisola, mas a Cruz Vermelha de Lisboa ainda autorizou a aquisição e distribuição de mais 350 camisolas de lã.

Há ainda a considerar uma Cantina suplementar de medicamentos devidamente carregada, que custou 103\$746 reis, 1 carteira para cirurgião militar, 10 macas de ombro e 2 grades para conduções, tudo no valor de 200\$600, mais enxergas e traveseiros, por 641\$300 reis. Por fim, uma ambulância veterinária completa no valor de 105\$340 reis, mais 6\$314 reis de medicamentos fornecidos para carregamento da cantina desta ambulância.

Nem todo o material acompanhou os expedicionários: artigos de fardamento destinados aos oficiais e praças<sup>123</sup> só foram enviados em 30 de Março, o que não era irrelevante, pois num clima como o da Guiné a mudança de roupa era importante para evitar, por exemplo, que a farda molhada pela chuva ou pela humidade da noite não secasse no corpo dos militares. No dia 2 de Maio, seguiram no vapor "Guiné" 200 quilos de carbonato de cálcio e dinamite, material perigoso que a Empresa Nacional de Navegação só com ordem especial do governo admitiu a bordo.

## O EMBARQUE

Os jornais publicaram um colorido relato do embarque da expedição, mas não, muito provavelmente, porque tivessem mandado algum jornalista assistir. O texto, praticamente igual, foi certamente escrito na Secretaria de Estado da Guerra e enviado pelo informador junto dos Ministérios (a Arcada, na gíria jornalística) aos jornais e reproduzido com um ou outro corte. O texto da *Lucta*<sup>124</sup>, que me pareceu o mais completo, é o seguinte:

- As forças de infantaria saíram do quartel do depósito do Ultramar, na Junqueira, onde estavam aquarteladas.
- O toque da alvorada foi às seis horas da manhã. Meia hora depois era distribuída a refeição às praças, a qual constou de bifés, café, etc. para os sargentos, e meio pão com chouriço, carne e café para as praças<sup>125</sup>.
- Finda a refeição, as praças começaram a equipar-se e às oito horas e meia da manhã ouviu-se o toque de formar companhias, tendo chegado a esse tempo ao quartel a banda de Caçadores 2.
- Passado pouco tempo efectuou-se a formatura na parada do quartel, sendo passada revista às forças pelo comandante do Depósito do Ultramar, sr. capitão Sampaio, acompanhado do oficial de serviço, sr. tenente Aristides da Cunha.
- Os expedicionários foram sempre acompanhados de grande multidão.

35

---

<sup>123</sup> – Calças de caqui, 696; camisolas de lã, 348; lenços de pescoço, 348; dolmens em caqui, 696; chapéus com laço para oficiais, 9; polainas, 348; botas, 696. Custo: 613.842 reis.

<sup>124</sup> – 12 de Março de 1908.

<sup>125</sup> – Segundo o *Noticias de Lisboa* de 11 de Março, "foi às 7 horas da manhã distribuído um rancho frio, que constou de pão com bife, café com leite e pão com manteiga para os sargentos; pão com chouriço e café para as praças." Na véspera da partida fora servido um rancho extraordinário que custou 29.884 reis.

• O primeiro contingente a chegar ao cais da Fundação, onde estava atracado o *Angola*, foi o do serviço de saúde, vindo logo o de equipagens, a seguir a infantaria e por último o grupo de artilharia com a charanga à frente e seguido por numerosos oficiais a cavalo.

• À chegada do sr. general Craveiro Lopes, o comandante da expedição apresentou-lhe todos os oficiais, aos quais o chefe da Casa Militar do rei disse que vinha representar o sr. D. Manuel, que o encarregara de dizer ao sr. capitão Camacho e aos seus auxiliares que fazia os mais ardentes votos pelo bom êxito da missão de que estavam investidos.

• Estando ali também presentes os srs. ministros da Guerra e da Marinha<sup>126</sup> passaram revista às forças expedicionárias, tocando as bandas o hino nacional.

• Eram 11,20 quando começou o embarque, durante o qual as bandas fizeram novamente ouvir o hino da Carta.

• Fez-se em muito boa ordem e rapidamente o embarque das praças, que foi dirigido pelo sr. coronel Valle, chefe da 4ª repartição da direcção geral do Ultramar, e pelo sr. Chaves Cruz, despachante oficial do ministério da Marinha.

• Quando o *Angola* estava prestes a largar, ouviu-se grande burburinho a bordo. Era o caso que tinha desmaiado uma praça. Imediatamente foi o soldado retirado do paquete e conduzido em braços para o escritório dos marcadores. Deram-lhe saís a respirar, mas debalde. Ordenou-se, então, a sua remoção para o Hospital Colonial, sendo metido no trem de praça nº. 153 e acompanhado pela praça 322 do Depósito do Ultramar<sup>127</sup>.

• No meio de entusiasmos, o *Angola* levantou ferro ao meio-dia em ponto."

O *Jornal das Colónias* do dia 14 de Março fechava a notícia com votos de felicidades: "Vão com os nossos bravos soldados os nossos votos sinceríssimos pelo triunfo que representará um grande passo no caminho da civilização e do desenvolvimento da colónia cujo gentio, irrequieto e insolente, eles vão combater."

## O DESEMBARQUE

36

O "Diário de Campanha da Coluna de Operações na Guiné em 1908" registou em 18 de Março a chegada do "Angola" com a expedição. Os soldados comeram o rancho a bordo e desembarcaram pelas 8 ½ da manhã do dia 19 sendo alojados no forte que, aliás, não tinha condições para tanta gente. Nunes da Ponte mostra-se impressionado<sup>128</sup>: "Eu não tenho palavras com que possa descrever a impressão extraordinária, tristíssima, que ainda conservo e hei-de sempre recordar, da vista interior da fortaleza de Bissau [...]"

<sup>126</sup> – O ministro da Guerra era o general Sebastião Custódio de Sousa Teles e o da Marinha era, como já se disse, o vice-almirante Augusto de Castilho.

<sup>127</sup> – O soldado em causa chamava-se Manuel dos Anjos Monteiro e o seu transporte para o Hospital em carruagem custou mil reis.

<sup>128</sup> – *ob. cit.* pp 20 e 21.

Uma casa pequeníssima, dividida em quatro quartos, acumula as funções de casa da residência e do comando da praça, construída sobre uma arcada, aonde se acha a casa da guarda com a sua prisão [...] De resto vêem-se alguns casarões desmoronados, de pedra negra, um servindo de paiol, outro dando abrigo aos sargentos e arrecadando material. Nota-se mais uma capela aonde é rezada a missa paroquial. Ao paiol, que não oferece condições algumas de segurança, têm vindo frequentes vezes os papeis roubar armas e munições desde 1894, data da última expedição, não à mão armada assaltando a praça, mas como gatunos, escalando com vagar o muro, ou entrando mesmo pela porta de armas, cuja guarda muitas vezes se deixa adormecer, quando feita por vadios apanhados nas rusgas de Lisboa, soldados na Guiné, com os quais se constitui a companhia mista, que incluía atiradores indígenas. Com o fim de abrigar as tropas do reino vêem-se uns barracões cujas paredes são de palha e zinco, reservando-se um deles para alojamento do gado [...] Resumindo: em Bissau há um forte, mas não tem quartéis! Chega uma expedição, torna-se indispensável a sua permanência nessa terra durante algum tempo, mas não lhe fornecem habitações. Porquê?! Porque não existem. Não basta o tempo de campanha, em que os soldados terão de dormir ao ar livre e sujeitar-se a mil privações [...] As tropas lá entraram na fortaleza e acomodaram-se nas barracas, à laia de feira, permita-se-me o termo."<sup>129</sup>

Chegado o navio, era necessário descarregar todo o material e os víveres, sem o que a expedição não poderia iniciar a sua tarefa, nem os militares expedicionários podiam ser alimentados. Segundo Nunes da Ponte<sup>130</sup>, no dia em que desembarcaram os soldados só voltaram a comer às 9 horas da noite [bolacha com chouriço] porque não apareceram logo os géneros.

A descarga era feita por alguns balantas mas principalmente por mulheres papeis, o que surpreendeu Nunes da Ponte: "falava-se de guerra com papeis e andavam as suas próprias mulheres a fazerem os serviços de que carecíamos." Um vigia entregava a cada uma delas, e por cada vez que desembarcasse material, um pedaço de papel com o carimbo do comando que depois era trocado na residência à razão de um vintém por cada papel, a que elas chamavam cartas, dizendo que papeis eram elas. Todavia, o facto de o material desembarcado ser muito obrigou a recorrer aos soldados, o que indignou Nunes da Ponte: "Sendo um serviço considerado baixo, nunca à vista dos negros um branco o deve fazer"<sup>131</sup>. Mesmo entre eles, um guerreiro recusa-se sempre a executá-lo."

---

<sup>129</sup> – A impossibilidade – como adiante se verá – de construir postos militares em Intim, Bandim e Antula, [e, de certo modo, indo ao encontro das preocupações manifestadas por Nunes da Ponte], deve ter contribuído para que fosse elaborado e apresentado a Lisboa, logo em Maio e com "carácter de urgência", um projecto assinado pelo capitão Viriato Gomes da Fonseca, devidamente orçamentado (4.450\$000) para uma caserna na parada fortaleza de Bissau, a NE da capela [quarto de capitão, dois quartos para oficiais, dois quartos para sargentos e caserna para cem praças]. Seria um edifício de um só pavimento, de tijolo, coberto de zinco em quatro águas, de forma rectangular, medindo as faces maiores, que constituem a frente e o tardoz do edifício, 36,50 m, e as menores, empenas, 8,40 m. Justificava-se o projecto com "a necessidade de aumentar a guarnição da fortaleza de S. José de Bissau para repelir qualquer ataque feito pelo gentio papel, salvaguardando as vidas e os haveres dos habitantes da Praça, e ainda [com] a necessidade de reservar as poucas e reduzidas instalações existentes no recinto da fortaleza para depósito e arrecadações de material de guerra e géneros". A caserna permitiria abrigar convenientemente a guarnição da fortaleza, particularmente durante a época das chuvas.

<sup>130</sup> – *ob. cit.* p. 23.

<sup>131</sup> – Esta maneira de pensar prolongou-se no tempo e esteve na origem das "cartas de chamada", com as quais se pretendia evitar que um branco, em qualquer província, não tivesse meios de subsistência suficientes para não ter de se entregar aos tais "trabalhos baixos".

As tropas expedicionárias ficaram acantonadas na Praça de Bissau até ao dia 1 de Abril, seguindo então para o Xime, onde chegaram no dia 2, a bordo das canhoneiras “D. Luiz” e “Zambeze”, do transporte “Salvador Correia” e do vapor “Príncipe”. No Xime já se encontravam víveres para cinco dias, vindos a bordo dos vapores “Capitania” e “Alfredo Sturken”. O efectivo era: 543 europeus, 50 praças indígenas, 121 auxiliares e 137 carregadores, na sua maioria fulas. Temperatura: 42º centígrados à sombra.”

No dia seguinte – 3 de Abril – terminou o desembarque do gado no Xime ficando aí concentrada toda a força que veio de Bissau. Havia 14 cavalos para montada dos oficiais, mas apenas sete arreios, todos os que existiam na Província.

Só quase um mês depois, no dia 16 de Maio, chegaria a Bissau a 9ª Companhia Indígena de Infantaria de Moçambique<sup>132</sup> – que a imprensa designava por Companhia de Landins, do nome de uma etnia do sul de Moçambique, embora fosse constituída por macuas, etnia do norte da mesma província. Fizera escala na Cidade da Praia, em Cabo Verde, de onde seguira para Bissau a bordo do vapor “Guiné”.

Esta companhia, constituída por cerca de 200 homens, não trazia equipamento nem armamento; equipamento não havia, mas como armamento arranjaram-se espingardas Snider. No dia seguinte, os militares moçambicanos já estavam no Xime, a caminho de Bafatá, onde foram render a força que ali se encontrava. O regresso a Moçambique verificar-se-ia um ano depois, em 28 de Abril de 1909, pois era preocupação das autoridades portuguesas que os militares moçambicanos não excedessem o tempo de serviço para que um mau exemplo como esse não criasse dificuldades a novos recrutamentos<sup>133</sup>. A 9ª companhia foi então substituída por outra com efectivo semelhante, saída de Lourenço Marques a 10 de Abril de 1909 e chegada a Bolama em 26 de Maio.

## O DIÁRIO DE CAMPANHA

As operações dividiram-se em duas partes: uma, que teve como objectivo ocupar a região de Cacheu e abrir o rio Geba ao comércio e à navegação, que se encontrava fechado desde Outubro de 1907; outra, que teve como finalidade bater os papéis da ilha de Bissau.

Sigamos o texto do “Diário de Campanha”:

---

<sup>132</sup> – Pelo transporte desta Companhia foram pagos 13.856\$850 reis à Empresa Nacional de Navegação.

<sup>133</sup> – Em 20 de Março de 1909, o Governo de Moçambique pede para Lisboa, reforçando o que já dissera em 1 de Julho de 1908, que a Companhia Indígena de Infantaria que estivera em destacamento na Guiné, regressasse àquela província, dada “a perturbação e gravíssimos inconvenientes que uma maior demora pode causar à sua organização militar, principalmente no recrutamento das forças indígenas”, explicando: “Efectivamente, 88 das praças indígenas pertencentes à 9ª Companhia terminam o seu tempo de serviço devendo, por isso, receber a sua baixa logo que regressem à Província, a fim de que o Governo, cumprindo integralmente o disposto pelo regulamento do recrutamento das forças indígenas, lhes incuta toda a confiança para o futuro, atenuando-lhes, quanto possível, a grande repugnância que ainda hoje têm pelo serviço militar.”

“ Às 6 da manhã do dia 4<sup>134</sup>, a coluna avançou por terra para Bambadinca e chegou às 9 horas à margem direita do Geba, frente a Bambadinca onde bivacou. Às quatro da manhã do dia 5 começou a operação de atravessamento do rio por não haver antes embarcação para o fazer, mas não houve oposição do inimigo. Durante todo o dia foi atravessando a coluna toda, que estava agora completa com o pelotão de Marinha do comando do 2º tenente David da Rocha que estava em Bambadinca com os carregadores fulas e auxiliares turancas<sup>135</sup> que também aí aguardavam a coluna. Muito calor [44º] e falta de água. Sobreretudo a artilharia teve muito trabalho para cambar o gado e montar o material, o que exigiu um esforço de todo o dia.

• No dia 6 a coluna estava bivacada em quadrado próximo de Gã- Turé<sup>136</sup>. O abastecimento de água no bivaque defronte de Bambadinca era difícil. Tenta-se abrir durante a noite de 5 para 6 um poço que chegou a atingir 3 metros de profundidade mas só se encontrou lama salgada. Era, pois, necessário ir buscá-la a Bambadinca, o que trazia a mais o inconveniente de ser pretexto para a fuga de carregadores. Pelas 8 horas da manhã do dia 6 houve as primeiras notícias do inimigo, cavaleiros que apareceram em frente e a 600 metros da Companhia Mista e que desaparecem depois de dois tiros dados pelo comandante da Companhia. Às 9h30 iniciou-se a marcha em direcção a Gã-Turé através de uma extensa lala até às 10h20 onde a coluna fez alto a uns 200 metros da orla do mato que daí seguiu até Gã-Turé; a coluna fez alto fazendo uns tiros de artilharia para exploração sobre o mato, que não obtiveram resposta do inimigo. Evidenciou-se aqui a má qualidade do material, só uma pequeníssima percentagem de granadas ordinárias rebentaram, gastando-se um tempo excessivo em engatar e desengatar.

• Às 10h40 continuou a marcha. Às 10h55 já no mato a guarda avançada deu umas descargas para exploração; após curto espaço, o inimigo, que estava emboscado, respondeu, travando-se então a luta, sobretudo na frente e flanco esquerdo em que tornou a intervir a artilharia. O inimigo enfraqueceu o fogo e a marcha prosseguiu com pequenos altos até Gã-Turé, onde se chegou [ao alto defronte da tabanca] às 11h45. Aí tornou-se geral o combate. Repellido o inimigo no fim de 20 minutos de combate violento passou a coluna a uns 100 metros da tabanca que os auxiliares presentes tomaram de assalto, já quase sem defesa, pondo em debandada os últimos inimigos. Ao mesmo tempo, saíram do quadrado alguns auxiliares turancas a cavalo com gente de pré que incendiaram a tabanca e começaram a pilhagem.

---

<sup>134</sup> - Neste mesmo dia, um telegrama do capitão Nazareth informava o governador sobre o paradeiro de algumas espingardas Snider: “gente do Monjur que em Setembro seguiu para o Xime a auxiliar Abdulai: 35; Quicuta, 26; guardas a pé; posto Boé; grumetes guerra, 1; pessoal sede residência, 9; para conserto, 4.”

<sup>135</sup> - Os turancas eram originários da África francesa.

<sup>136</sup> - Gãs, ou gans, eram inicialmente unidades agro-comerciais e unifamiliares, mas uma família alargada, constituída pelo pai (numa primeira fase funcionário civil ou militar, depois, eventualmente, só comerciante), pela mãe (a senhora, designada *nhara*), pelos filhos (que quando rapazes iam geralmente estudar para o estrangeiro, como foi o caso do famoso governador Honório Barreto), pelos trabalhadores e pelos “meninos de criação”, crianças provenientes de famílias menos abastadas da praça ou de povoações perto e recebidas para serem educadas - e em contrapartida prestarem serviços. As Gãs eram conhecidas pelo nome do seu proprietário e ainda hoje na Guiné-Bissau se encontram povoações, e até simples lugares, com essa designação, mas esvaziadas do seu conteúdo. Cf. Filomena Miranda, *Grandes famílias luso-africanas guineenses ou Gans do séc. XIX - Comunicação ao Colóquio “Bolama - Caminho Longe”, 1990.*

- Os biafadas nesta altura fizeram um retorno ofensivo que foi definitivamente repellido pelos grumetes, já com Gã-Turé completamente incendiada.
- No momento em que o inimigo foi repellido pela primeira vez, teve-se conhecimento que o comboio por efeito de dificuldades de marcha de algumas viaturas tinha deixado ficar a cauda à retaguarda. Um destacamento constituído por um pelotão de Marinha marcha sob direcção do subchefe de Estado-Maior, tenente Serpa Pimentel. Seguiu também o pelotão do 2º tenente Chagas, quando a pouco mais de 800 metros encontrou o carro de ambulância sem bois e um carro de munições partido. Foi nesta ocasião vivamente atacado tendo de dar umas 15 a 20 descargas que fizeram calar o fogo inimigo. Durante este tempo pôs-se a salvo com o auxílio de alguns auxiliares esta parte do comboio. Nesta altura uniu à cauda o que ainda estava à retaguarda com um carro de munições Snider e outro de artilharia que tinha sustentado fogo com o inimigo; esta parte vinha comandada pelo primeiro-sargento Flores de Artilharia.
- Encontrou-se no mato ao lado da estrada de marcha o cadáver de um soldado de Infantaria 13<sup>137</sup> que tinha sido trucidado pelo inimigo. Recolheu todo o comboio ao quadrado sob a protecção do pelotão. Ao chegar ao quadrado constou terem ficado à retaguarda dois soldados. Saiu um destacamento constituído por um pelotão de Marinha, comandado por Serpa Pimentel. Não encontrou soldados (era falso alarme) mas trouxe quatro carros de munições partidos que tinham sido abandonados tendo o pessoal do comboio trazido o conteúdo.
- A coluna bivacou em quadrado a S. de Gã-Turé mandando-se uma secção de Infantaria 13 para a frente uns cem metros a E. do quadrado.
- Pelas 5 da tarde foi a secção que estava na frente vivamente atacada pelo inimigo abrigado no mato. Prolongando-se o tiroteio, avançou uma peça do quadrado que apoiou a infantaria fazendo fogo por cima dela. O inimigo abandonou a posição ao fim de meia hora. Toda a tarde e noite foi o quadrado mais ou menos incomodado pelo fogo inimigo.
- No dia 7 a coluna bivacava em quadrado em Gã-Sapateiro (Caranque Cunda)
- Às 8 da manhã e quando a coluna se preparava para iniciar a marcha foi vivamente atacada por N. e E.. Travou-se então vivo tiroteio de parte a parte fazendo a artilharia alguns tiros de granadas com balas, com bons resultados. No fim de 20 minutos de combate (o mais violento até aqui) o inimigo iniciou a retirada, tendo avançado um pelotão de Infantaria 13 para o perseguir, os grumetes acabaram de o afastar completamente<sup>138</sup>.
- Às 8h45 iniciou-se a marcha sobre Sambel Nhantá sem ouvir um único tiro do inimigo.
- Como o terreno a atravessar era de mato, esta marcha fez-se com as maiores precauções explorando amiudadas vezes pelo fogo; o inimigo nunca respondeu.

<sup>137</sup> - Tratava-se de Gil Teixeira, que enlouquecera.

<sup>138</sup> .- Na entrevista dada às *Novidades*, o Governador afirmou que "durante o combate houve vinte mortos e trinta feridos da parte do inimigo e, do nosso lado, um soldado de infantaria 13 morto e dois auxiliares turancas feridos".

- Pouco antes de Sambel Nhantá, há uma lala de onde se avista a tabanca: a coluna fez alto, tendo a Artilharia começado a bombardear a povoação; como o inimigo não respondesse, a coluna avançou precedida dos grumetes. Sambel, que era tabanca de guerra, estava abandonada..

- Atravessou-se a povoação que os auxiliares pilharam e queimaram.

- Quando se estava já procedendo à instalação do bivaque soube-se que Gã-Sapateiro era próximo, o terreno mais desempachado e dominante e a época melhor e mais abundante. Continuou-se, pois, a marcha sobre esta povoação que não era fortificada e estava abandonada.

- Instalou-se o bivaque pela 1h30 da tarde, não se incendiando a povoação aproveitando assim a palha e querentins (encanastrado de bambu) para comodidade do bivaque.

- Logo que se chegou ao bivaque procedeu-se ao reconhecimento do caminho para o porto; estava igualmente abandonado, verificando-se nessa ocasião as defesas que o inimigo tinha construído na margem, a fim de evitar a navegação e impedir um desembarque. Compunham-se de trincheiras para grupos de atiradores em pé, todas primorosamente mascaradas e desenfiadas, chegando-se a notar vestígios de começo de construção em alguns pontos mal escolhidos e que não foram concluídas. Havia além disso ligados de uma margem a outra um cabo de fio de aço de meia polegada e dois cabos feitos de arame farpado, um com sete arames, outro com dez.

- No caminho para a tabanca havia outra ordem de trincheiras<sup>139</sup>.

- Os auxiliares estiveram todo o dia a devastar os arredores queimando toda a palha<sup>140</sup>.

- O inimigo todo o dia e noite não tornou a aparecer.

- A fonte foi guardada por uma secção de Marinha.

- Entre os dias 8 e 21 de Abril a coluna esteve bivacada em quadrado em Gã-Sapateiro. No dia 9, às 6 da manhã saiu um destacamento para confirmar que o inimigo retirara. Nos outros dias procedeu-se a reconhecimento do terreno estendendo-se esse reconhecimento até Mançóná "achando-se tudo abandonado estando quase todas as povoações fortificadas ou em vias de o ser.

---

<sup>139</sup> - O correspondente do *Jornal do Commercio*, em crónica datada de Bolama, 17 de Maio, mas apenas publicada no dia 7 de Junho seguinte, afirma que a construção das trincheiras-abrigo, disfarçadas sob o capim e orientadas de forma a não poderem ser batidas senão de frente" tinham "o traçado, perfil, dimensões e construção indicadas pelos tratadistas franceses para este sistema de defesa". Considera, por isso, ser de desconfiar que a forte defesa organizada pelo Infali "e a forma inteligente e racional como se preparara para a resistência" não lhe devem ser atribuídos "mas sim a alguém que estava perfeitamente ao facto dos preceitos da guerra moderna". Uma desconfiança que o governador partilhava.

<sup>140</sup> - Na entrevista às *Novidades*, Oliveira Muzanty refere-se com pormenor às obras de defesa encontradas: "Descobriram-se várias obras de fortificação (trincheiras de abrigo) junto à margem do rio, perfeitamente mascaradas e bem situadas e cujo traçado satisfazia as regras da fortificação, o que faz supor ter havido qualquer direcção estranha, explicando-se, por esta forma, a persistência dos ataques feitos à lancha-canhoneira."

A 16 chegou a Bambadinca<sup>141</sup> um destacamento [dois subalternos, dois sargentos, dois corneteiros, 4 1<sup>os</sup> cabos europeus, 4 cabos indígenas e 72 soldados] que depois seguiu para Caranquecunda, onde chegou no dia seguinte, a fim de constituir a guarnição do posto. O resto da Companhia ficou em Bissau. Foram efectuados reconhecimentos de terrenos na margem direita do Geba até Sambul-Chior; depois de Maná e lagoa de Gã-Bandá."

Estava terminada a campanha do Cuór mas poucos dias depois iria iniciar-se a da ilha de Bissau, para onde parte da coluna já marchara no dia 22 de Abril e a que se juntara, três dias depois, o resto da coluna que ficara bivacada em Gã-Sapateiro, salvo a bateria de Artilharia que ficara no Xime.

Segundo o governador, "a forma por que os indígenas [de Bissau] se portaram durante a permanência da força deu lugar à saída da coluna para fora da fortaleza, a fim de manter o prestígio da autoridade e da força militar [...] Os indígenas vinham velhacamente dizer-nos que não queriam a guerra e pagariam os impostos. Mais tarde apareciam e ofereciam dezoito mil reis para pagamento do imposto de toda a ilha<sup>142</sup>."

## NA ILHA DE BISSAU

Considerava-se indispensável, para afirmar a soberania portuguesa, o domínio sobre os papeis da região de Bissau, que frequentemente se recusavam a pagar o imposto, alegando que o chão lhes pertencia. "Bater a região de Bissau" era, recorde-se, um dos objectivos propostos no plano de acção que Oliveira Muzanty apresentara ao governo português em Novembro de 1907.

Seguindo a descrição que Jaime da Graça Falcão faz na *Lucta*<sup>143</sup>, "a ilha de Bissau, tirando as proximidades da praça, é coberta de densíssimas florestas e cortada por largos rios ou canais, cujas margens são extremamente pantanosas", uma imagem substancialmente diferente da que se tem hoje, quando Bissau já nem sequer é ilha. Para Graça Falcão, "a guerra de Bissau não será uma guerra de brincadeira, se se quiser fazer qualquer coisa de jeito", tanto mais que, segundo crê, "os papeis de Bissau possuem mais de mil espingardas Snider<sup>144</sup> e bastantes milhares de cartuchos".

---

<sup>141</sup> – Durante a ocupação devem ter-se apurado algumas responsabilidades, pois segundo uma notícia do *Jornal do Comércio*, em 11 de Abril, os "grumetes do Geba presos em Bambadinca foram condenados pelo governador em 200 mil reis de multa e proibidos de voltar ali; Tombo, 100 mil reis e expulso do território do Geba; Chalés, remetido para Bolama, a fim de ser deportado." Outra notícia, com data de 20 de Abril, dizia ter seguido de Gã-Sapateiro para Bissau, "a bordo do vapor "Sturken", o preso Abdulai Lahuá, que deverá seguir para S. Tomé por prejudicial à ordem pública".

<sup>142</sup> – Entrevista às *Novidades*.

<sup>143</sup> – 10 de Outubro de 1907.

<sup>144</sup> – Embora não exista um número seguro, as espingardas Snider nas mãos dos papeis não ultrapassariam a centena.

Prevista para Janeiro, a campanha de Bissau só começou a 4 de Maio<sup>145</sup>, finda, como se viu, a campanha do Cuór, e depois de mais uma tentativa falhada para que fosse pago o imposto em atraso, calculado em 9 contos<sup>146</sup>. A coluna saída da fortaleza bivacou em quadrado, entrincheirada no Alto de Antim, enquanto, a partir das 6 horas, uma vez levantado o nevoeiro que caíra de madrugada, as canhoneiras “Zambeze” e “D. Luís” bombardeavam as povoações de Antim, Bandim e Antula, mas – segundo o “Diário de Campanha” – relato vivíssimo de todas as acções militares – dá conta da evolução das operações e reproduz-se aqui, não só devido à sua importância intrínseca, como também porque há nele numerosas referências a acontecimentos retratados por José de Mello:

“ • Pouco depois das 7h30 principiou-se a formar a coluna de marcha com ponto inicial na porta da Puana, formando-se a coluna<sup>147</sup> no campo fora da praça formada em quadrado com a coluna de munições, ambulância e auxiliares dentro, iniciou-se a marcha para Antim.

• Tinha-se apenas percorrido uns 300 metros quando o inimigo iniciou o fogo do nosso flanco esquerdo, abrigado por um grupo de palhotas, e de frente, mais longo, do mato. O fogo tendo aumentado de intensidade, a coluna parou rompendo o fogo; a artilharia também deu alguns tiros.

• Ao fim de alguns minutos o inimigo retirou para o Alto de Antim, onde havia um grupo de poilões [árvores grandes] continuando o seu fogo, cada vez com mais intensidade. O fogo continuou da nossa parte mas não com grande resultado, por o inimigo estar disperso e muito bem abrigado.

• Era preciso avançar para desalojar o inimigo duma posição que lhe era vantajosa. Às 9 horas avançou a coluna debaixo de intenso fogo, até ficar com uma povoação, donde também tinham feito fogo, na altura do flanco, dando-se ordem a Infantaria 13 para preparar o assalto a essa povoação, o que não se realizou por o inimigo a ter abandonado.

• A artilharia tornou a desengatar, travando-se então um vivíssimo combate em toda a face da frente.

• Estava-se a uns 200 metros do Alto de Antim, onde havia o grupo de poilões que abrigava o inimigo de tal maneira que batido por duas peças de artilharia e por toda a face da frente [Companhia Mista com espingardas] não abandonava a posição, fazendo-nos em alguns minutos cinco baixas, todas da face da frente.

• Deu-se então ordem para que o pelotão indígena da Companhia de Atiradores carregasse para tomar à viva força a posição inimiga.

---

<sup>145</sup> – Neste dia, o governador Muzanty enviou um telegrama ao ministro da Marinha comunicando-lhe que o estado da coluna era “regular” e que ia dar início às operações em Bissau com o objectivo de “procurar fortificar Antim e Antula, desafogando a praça de Bissau”.

<sup>146</sup> – João Barreto, *ob. cit.* p. 352.

<sup>147</sup> – O efectivo era de 31 oficiais, cabos e sargentos, 475 soldados europeus, 143 praças indígenas e 349 auxiliares e carregadores. Levavam como armamento 524 Kropatschek e Manelicher, 207 Snider e 4 peças de 7 c. M.

- A carga que foi a fundo produziu o melhor efeito pois o inimigo desde o avanço nunca mais acertou um tiro; quando os atiradores tinham avançado uns 150 metros, o inimigo abandonou a posição.
- Pouco depois a coluna unia-se aos atiradores e toda junta chegou ao Alto de Antim às 11 horas. Gastou-se perto de três horas para chegar àquele ponto que dista de Bissau apenas 1200 metros.
- Até às 11h45 estacionou a coluna, tendo o inimigo tentado uns ataques parciais com pouco vigor até que a pouco e pouco o fogo cessou completamente.
- Tratou-se depois de desalojar alguns inimigos das povoações de Bandim<sup>148</sup>. O inimigo retirou para NE e NO ficando alguns nas povoações. O destacamento é constituído por dois pelotões de Infantaria 13 que estão na face esquerda. O Quartel-General ficou no Alto Bandim.
- Às 12h15 a coluna deslocou-se para O. a fim de procurar melhor campo de tiro e aproximou-se da água. Chegando a 300 metros da primeira povoação reconheceu-se não ser possível aumentar o campo de tiro e ser perigoso deixar o alto do grupo de poílões que constituíram uma fortificação, por isso voltou-se a ocupar esse alto. Já o inimigo aí estava, tendo dado alguns tiros.
- Tornada a ocupar a posição e tendo-se dado o necessário descanso procedeu-se à instalação do bivaque.
- A coluna bivacou em quadrado, construindo uma trincheira coroada por sacos de areia, tendo três faces envolvidas pelas duas linhas de arame farpado a 80 metros de distância.
- Pela 1h30 recolhia o destacamento, tendo destruído as povoações e com a informação de que o inimigo retirara na direcção provável de Cuntume.
- O resto do dia e noite o inimigo não nos tornou a incomodar. Às 4 p.m. seguiu um comboio para Bissau.
- No dia 5 de Maio a coluna estava bivacada no Alto de Antim. Até aí o saldo era de 3 mortos (um soldado europeu e dois auxiliares) e 9 feridos (três soldados europeus, quatro indígenas e dois carregadores).
- Enquanto o destacamento combatia próximo a Cuntume foi o quadrado atacado fracamente pelo inimigo.
- Viam-se contudo passar num caminho a N. próximo de Gã-Seará grupos de inimigos que evidentemente se dirigiam a Cuntume, pelo que a artilharia bateu essa zona, avançando a Companhia Mista a fim de ter campo de tiro mais desempachado evitando assim que o inimigo fosse engrossar o que já atacava o destacamento.

---

<sup>148</sup> - Na já citada entrevista às *Novidades*, Muzanty explicou: "Meia hora depois do combate, as praças comeram a ração da reserva. Em campanha só se faz comida uma vez ao dia. A que cresce dessa refeição é guardada para depois ser comida fria, dando-se-lhe o nome de ração de reserva. Em África não se faz uso de vinho e o cantil, por muito grande que fosse, era sempre pequeno para encher de água. Terminada a ração de reserva começaram os trabalhos de estacionamento e fortificação. A fortificação começa por uma linha de sacos cheios de terra, espécie de parapeito, e é completada, havendo tempo, por uma trincheira regulamentar. Os trabalhos ficaram concluídos pelas quatro horas da tarde, principiando a tratar-se da refeição da tarde, a única cozinhada naquele dia. Já ao fim da tarde foi enterrado junto de um poílão um soldado a quem uma bala cortou uma das carótidas. Logo em seguida ao combate mandei dois pelotões de Infantaria 13 na direcção de Bandim para tomar o contacto com o inimigo, o que às vezes é descobri-lo a quilómetros e ocupar a fonte, o que conseguiram sem resistência, terminando por incendiar Bandim."

- Enquanto se procedia à destruição de uma pequena povoação a NE sob a protecção dum destacamento da 9ª companhia de Moçambique, o inimigo fez um ataque conseguindo ferir mortalmente um auxiliar que procedia à destruição.
- O destacamento chegou pelas 3 horas da tarde tendo dispersado o inimigo e incendiado Cuntume após dois rijos combates. A povoação estava cheia de mantimentos e nalgumas palhotas havia munições.
- Por este dia, o inimigo não tornou a aparecer.
- Às 4 horas da tarde seguiu um comboio para Bissau, regressando sem novidade.
- Em 6 de Maio, a coluna esteve bivacada no Alto de Antim.
- Pelo meio-dia foi o quadrado atacado pelo inimigo. Depois de um curto fogo, saíram em sua perseguição dois pelotões da Marinha e um da 9ª Companhia de Moçambique. O inimigo retirou, não tornando a aparecer durante todo o dia.<sup>149</sup>
- Mortos: 1 oficial, 1 soldado, 1 auxiliar, 1 carregador.
- Feridos: 1 oficial, 4 soldados, 1 auxiliar
- No dia 7, a coluna bivacou no Alto do Antim. Tornou o inimigo pelo meio-dia a fazer alguns tiros retirando após uma sortida dum pelotão da Marinha.
- De 8 a 10 de Maio continuou a coluna bivacada no Alto do Antim. Travou-se um pequeno tiroteio sem conseqüências no dia 8 e nos dias 9 e 10 o inimigo não apareceu.
- Pelas 00.30 da noite de 11 foram vistas pelas sentinelas de Marinha uma luzes no bairro dos grumetes chamando imediatamente para aí a atenção do Chefe do Estado-Maior. Pouco depois ardia uma cancela [*sic*] de uma palhota seguida do incêndio de parte da povoação.
- Era evidentemente um sinal pois ao mesmo tempo rompia um violento fogo do inimigo a uns 80 ou 100 metros da face E [Infantaria 13 e 9ª de Moçambique].
- O ataque já tinha sido previsto pelo 1º sargento de Infantaria 13 que estava de serviço à face, que já tinha visto o inimigo próximo do arame farpado e já tinha todos os soldados na trincheira. Um posto de marinheiros colocado à frente do ângulo da face atacada, também os tinha visto, após uma descarga retirou tendo sido ferido numa perna um dos marinheiros.
- Em 2 minutos estava tudo a postos. O inimigo iniciou o ataque só pela face E. porém pouco depois atacava as faces N e O, dando justamente o ataque mais violento à face N [Companhia Mista], aproveitando-se dos restos de uma povoação para se abrigar, chegando a seteirar uma palhota a uns 100 metros donde davam descargas à vez.
- O ataque foi feito no meio da maior gritaria por parte do inimigo e tão próximo estavam que se ouvia, por vezes, distintamente o que eles diziam.

---

<sup>149</sup> – *id.*, *ib.* Interrogado pelo jornalista que o entrevistou, Oliveira Muzanty explicou que as baixas do inimigo “deviam ter sido em grande número porque o jagudi (ave de rapina) apareceu muito depressa”. Todavia, apenas se encontraram uns 12 porque “os indígenas trazem sempre à cintura uma corda para serem arrastados depois de mortos ou feridos” pelo que é impossível saber qual o número de baixas.

- A coluna sustentou o combate na melhor ordem dando descargas à vez com a maior serenidade durante perto de duas horas<sup>150</sup>.
- No mais aceso do combate rebentou pela bolada uma das peças BEM 7 c que estava no ângulo mais ameaçado [NE].
- Outra peça teve de interromper o fogo por se ter encravado a culatra, esta peça depois de reparada voltou à bateria, continuando o fogo.
- O combate estava virtualmente terminado às 3 horas da manhã, continuando um fraco tiroteio até às 4 horas, hora em que terminou o fogo completamente.
- Pelas 7 horas ia um comboio a Bissau a fim de se fazer o remuniamento e substituir a peça de artilharia.
- O inimigo durante todo o dia não tornou a aparecer.
- Em 12 de Maio a coluna recolheu a Bissau sem ser incomodada pelo inimigo que não apareceu.
- Ainda bivacou no Alto do Antim no dia 13 de Maio mas regressou a Bissau e a 15 foi dissolvida.”

## A ENTREVISTA DO GOVERNADOR

Na já várias vezes citada entrevista às *Novidades*, Oliveira Muzanty dá alguns pormenores omitidos no “Diário da Campanha”, certamente por se tratar de aspectos militares obviamente conhecidos dos destinatários, mas ignorados dos leitores do jornal e ainda hoje, por maioria de razão. Por exemplo, interrogado sobre a forma de combate dos papeis, o governador respondeu dando uma curiosa definição da guerra de guerrilhas e da forma de combatê-la na Guiné:

“ • Aparecem dois ou três indígenas de espada, acompanhados por outros três ou cinco atiradores. Os de espada mostram-se, pondo-se bem em evidência e fazem os gestos de *escaramuça*, isto é, para chamar a atenção da força militar, enquanto os atiradores, bem escondidos, vão fazendo fogo. Os que *escaramuçam* vêm, como eles dizem, *armados em guerra*, ostentando diferentes capacetes metálicos e panos vermelhos enfeitados com conchas e pedaços de espelho.”

• Entre esses povos, como entre todos os povos guerreiros, as mulheres é que trabalham, vindo à praça de Bissau fazer negócio com os seus produtos e trabalhar na carga e descarga dos navios. Os homens não fazem nada, conservando-se pelas palhotas, a não ser quando se trate de guerra. Ora, a melhor forma de obrigar os indígenas a *bater em retirada*, isto é, a fazer as pazes, é apreender-lhes as mulheres e os gados e destruir-lhes as povoações.”

O combate de 6 de Maio – referido no “Diário da Campanha” – foi assim descrito às *Novidades* pelo governador:

<sup>150</sup> – Ver adiante a descrição que Oliveira Muzanty faz deste ataque,

“Organizei um destacamento<sup>151</sup>, composto pela companhia de Infantaria 13, no efectivo de 5 oficiais, 188 praças, 80 auxiliares turancas, com o fim de tomar contacto com o inimigo que supus ter retirado na direcção de Cuntume e com instruções terminantes para não se afastar a ponto que não pudesse ser socorrido pela coluna, e evitar perseguir o inimigo para o lado do mar, para não suceder o que tem sucedido noutras ocasiões, que é o enterrar-se a força no lodo, caindo então sobre ela o inimigo, a massacrá-la. No fim de uma lala, o destacamento tomou a disposição de combate, continuando a marcha com exploração pelo tiro. A uns 50 metros, depois de entrar no mato, travou-se rijo combate, que durou das nove e quarenta às dez e cinquenta. Neste combate ficou mortalmente ferido o sr. alferes Duque, mortos um soldado e um auxiliar e feridos nas pernas dois outros soldados. Repellido o inimigo avançou o destacamento a tomar posição em terreno mais dominante e de maior campo de tiro, mandando destruir a povoação. Feitos os primeiros curativos, novamente se deslocou o destacamento, apoiando os turancas no serviço de destruição de Cuntume<sup>152</sup>, povoação de cento e quarenta e uma palhotas, que juntas a pequenos grupos de outra povoação formava um total de cerca de quatrocentas palhotas [...] Concluída, por fim, a sua missão, o destacamento pôs-se em marcha pelo meio-dia em direcção ao bivaque da coluna. Quando atravessava de novo a faixa de mato, onde já tinha sido atacado, o inimigo apareceu, travando-se novo combate, que durou um quarto de hora. Neste combate ficaram feridos o tenente Montalvão<sup>153</sup>” e o alferes Duque. Este não resistiria aos ferimentos e foi morrer a Bissau, sendo depois levado para Bolama, em cujo cemitério ficou sepultado.<sup>154</sup>”

Oliveira Muzanty dá depois pormenores das operações militares iniciadas a 8 de Maio. Começa por recordar a sua convicção de que os papéis haviam esperado reforços e indica como sinal de que assim era o facto de terem aparecido dias antes “indígenas com espadas de pau que são usadas apenas pelos Balantas”, o que provava a sua adesão. O governador afirma que a força portuguesa estava rodeada por uns mil e duzentos homens e confessa ter ficado surpreendido com a grande quantidade de espingardas Snider e de munições de que dispunham, acrescentando: “Lembrei-me de ir sobre Antula, mas caso fossemos, essa parte do inimigo ficava-nos à retaguarda e podia tentar um golpe à praça de Bissau, o que não só prejudicava seriamente a campanha, como dificultaria a sua vida económica, podendo, até, provocar complicações internacionais.” Além disso, na fortaleza encontravam-se apenas 141 militares, dos que haviam baixado ao hospital e na sua maior parte ainda incapazes para o serviço. De uma rigorosa inspecção sanitária – ordenada pelo chefe de Estado-Maior, capitão Nazareth – o médico de serviço, dr. Areal, apenas pôde dar como aptas 31 praças. Na mesma ocasião, “o efectivo da coluna de combate tinha diminuído cinquenta e uma praças europeias,

---

<sup>151</sup> – O comando foi entregue ao capitão Camacho, que iniciou a marcha pelas 8 horas, em coluna dupla, na direcção de Bandim, não tendo encontrado resistência inicialmente.

<sup>152</sup> – Segundo o Governador, encontrava-se armazenada nesta povoação grande quantidade de mantimentos e munições “o que se conheceu por explosões que o incêndio produziu”.

<sup>153</sup> – Ficou com fractura da tibia direita, segundo Oliveira Muzanty, que acrescentou que os demais feridos recolheram ao bivaque e foram depois enviados para o ilhéu do Rei (em frente de Bissau) “onde funcionava o hospital do interior”.

<sup>154</sup> – Tratava-se de uma precaução para evitar a possível profanação do túmulo do oficial, pois o cemitério de Bissau ficava situado fora da fortaleza.

quatro indígenas e sete auxiliares” e “ouvido o chefe do serviço de saúde, dr. Perdigão, concluía-se que, das praças que estavam em Intim, cem ou cento e vinte não estavam nas condições de resistência ao serviço de campanha”.

Perante esta situação, Muzanty desistiu de construir um posto em Intim, a cerca de 1.200 metros da fortaleza, o que só se justificaria, sublinhou, se se fortificasse igualmente Bandim e Antula, mais distantes. Por outro lado, o facto de já se estar próximo da estação das chuvas e a escassez de forças militares desaconselhavam a ocupação de Antula, pelo que se decidiu retirar para Bissau, embora só dois dias depois, para não dar uma ideia de retirada precipitada. Todavia, nessa madrugada, a coluna portuguesa foi atacada, no que se tornou – segundo o governador – no combate mais importante de toda a campanha e que descreve assim:

“Foi na noite de 10 para 11 de Maio. Cerca da meia-noite e meia hora, o chefe do estado-maior, sr. capitão Nazareth, que nessa ocasião rondava, acompanhado do subchefe sr. D. José de Serpa Pimentel, foi informado por uma praça de marinha que havia já bastante tempo se viam luzes no bairro dos grumetes. Em seguida, quando aqueles oficiais tentavam orientar-se do ocorrido, viram um enorme clarão produzido pelo incêndio de algumas casas de grumetes, ao mesmo tempo que da parte do inimigo rompia enorme fuzilaria em todos os sentidos sobre a coluna. Rapidamente, D. José de Serpa Pimentel correu à face norte e o capitão Nazareth à face sul do estacionamento. A face norte, onde estava de serviço o primeiro-sargento de Infantaria 13, encontrava-se já toda na trincheira, porque momentos antes o inimigo tinha-se denunciado junto à rede de arame farpado que protegia o quadrado a alguns metros. Na face oeste, a companhia mista dormia mesmo na própria trincheira. No espaço máximo de dois minutos todos ocupavam os seus lugares de combate, sem a mais pequena hesitação e sem a mínima confusão, devido decerto à muita vigilância e bem orientado serviço, estabelecido em harmonia com os artigos 314<sup>o</sup> e 315<sup>o</sup> das instruções de campanha<sup>155</sup>.”

Refere depois Muzanty que o inimigo não envolveu o quadrado e “a princípio atacava apenas a face norte e um posto avançado da companhia de marinha, no ângulo leste do bivaque, deixando a grande massa de assaltantes nas vertentes norte e este do Alto de Intim” mas não tardou a atacar “as faces oeste e sul”.

O jornalista quis saber se os atacantes tinham algum plano ou ordem de combate, ao que Oliveira Muzanty respondeu:

“A vozearia era enorme em torno das faces atacadas, repercutindo-se no interior do mato. O ataque dessa noite foi a tão curta distância que se ouviam distintamente diversas frases e conheciam-se até algumas vozes. Por vezes ouviam-se vozes de comando e de desafio, tais como: primeira peça, fogo; quando o sol nascer se verá quem fica dono do chão: Ocana [nome de um auxiliar nosso] se és valente, vem cá fora, etc., A pequena distância estavam os homens munidos com armas de fogo, seguidos de muito perto pelos homens de espada; um pouco afastados, os mais mal armados, tais como os Balantas, esperando impacientemente que a vitória dos primeiros produzisse o pânico, para então se atirarem de chofre e poderem entregar-se ao grande prazer de chacinar o branco.”

---

<sup>155</sup> – Este pormenor da citação dos artigos das instruções só se compreende como uma forma de Muzanty se mostrar um oficial zeloso. Ver atrás a descrição feita no “Diário de Campanha”.

Interrogado sobre qual seria o número de atacantes, o governador respondeu que “os grumetes” calculavam-no em seis mil, fundando-se na população das povoações existentes na zona, mas que, por sua vez, um arrolamento feito pelo capitão Nazareth calculou que existissem três mil guerreiros em toda a ilha de Bissau, a que se teriam juntado guerreiros Balantas, para um total de quatro ou cinco mil assaltantes, número algo inferior ao avançado pelos grumetes.

Prossigui o governador: “A coluna resistiu tenazmente tanto com tiros de peça, para os quais de dia se tomavam pontos de referência, como por meio de descargas de infantaria. No mais encarniçado da luta rebentava, pela bolada, a peça do ângulo norte e encravava-se a do ângulo sul e se desenravou a segunda, sem haver a mais pequena confusão, o que bem provou o sangue frio e a confiança com que todos estavam. A luta continuou sempre bastante encarniçada até às duas horas e um quarto da madrugada, não se atrevendo contudo o inimigo a romper o quadrado, nem tão pouco a pô-lo em desordem. As nossas armas, posto que não fossem bem apontadas, evidenciavam bem a sua superioridade. Justamente, a pouca ou nenhuma pontaria que se faz de noite, equivale, de certo, ao escalonamento da alça, o que aumenta a zona de morte, como é sabido.” Segundo Oliveira Muzanty, o inimigo teve muitas baixas [entre os quais “dois filhos do rei de Intim”], não só “por ter sido atingido a curta distância quando era descoberto ao mudar de posição, como também por, devido ao “escalonamento da alça”, ser atingido o que se encontrava mais longe; quanto às poucas baixas registadas na coluna, “explicam-se facilmente pela existência do entrincheiramento com *bonets* formados por sacos cheios de terra, que em grande número se encontraram depois furados pelas balas”.

O governador concluiu:

“Às duas e meia o fogo começou a diminuir e a grande vozearia extinguiu-se pouco a pouco, continuando apenas um ligeiro tiroteio de parte a parte até próximo das quatro horas da madrugada [...] Durante o dia 11 ficámos esperando ainda que o inimigo aparecesse. Como não deu sinal de vida, regressámos então à praça, entrando na fortaleza pela porto do Pidjiguiti. O gado e uma parte pequena da coluna recolheu a Bolama. Assim terminaram as operações militares na Guiné.”

## A GUINÉ DEPOIS DAS CAMPANHAS

Findas as campanhas, foi dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, um relatório “confidencial”, com a data de 16 de Agosto de 1908 [deu entrada em 4 de Setembro do mesmo ano], acompanhado por um mapa indicando quais as regiões que se haviam recusado ao pagamento do imposto de palhota e que continuavam em estado de insubordinação. A situação da província nessa altura ficava assim resumida, circunscrição por circunscrição:

Cacine encontrava-se “tranquila”, nada fazendo supor que esse estado viesse a ser alterado. O serviço da cobrança “fez-se sem violência, manifestando, contudo, os Nalus, mais próximos do Cubisseque, má disposição, que desapareceu em frente da força armada”. Também na circunscrição de Buba, cujos “povos são pacíficos e têm pago em geral sem relutância, nada tem havido de anormal”. Todavia, a região de Guinará, pertencente ao concelho de Bolama e habitada por biafadas, está insubmissa mas “é de

fácil redução à obediência das nossas autoridades, com os actuais recursos militares da província". É nesse território que se acha "a estação telegráfica cujos fios foram cortados pelo gentio revoltado e ainda não reparados", interrupção que "tem causado grande transtorno porque impede a ligação com a estação de Bambadinca que liga com Bafatá, capital da circunscrição de Geba".

Relativamente ao Geba, território que fora dominado pelo Infali Soncó, o documento anexa outro relatório, assinado pelo capitão Joaquim Simões da Costa<sup>156</sup>, oficial que fora mandado àquela região devido a doença grave do novo Residente, tenente Belmiro Ernesto Duarte Silva, que substituíra o 2º tenente Proença Fortes. Seguindo as informações recebidas, Joaquim José Duarte afirma que no posto de Sambel Nhandá encontrava-se estacionado um destacamento da Companhia de Moçambique "em força suficiente para repelir qualquer agressão". Todavia, acrescenta, também ali estava "o chefe turanca de nome Abdul Injai<sup>157</sup>, homem terrível, mau elemento mas nesta ocasião nosso protegido" que comanda "200 bandidos terríveis e valentes. alimentados à custa do governo". Noutra zona do Geba, no Xime, "está reinando o famigerado Abdulai, antigo e valente régulo e que tem, por determinação do governo, estendido a sua influência quase até Bafatá". A propósito, Joaquim José Duarte observa reear que "o Abdul Injai nos venha de futuro a incomodar<sup>158</sup>" mas que não diz o mesmo do Abdulai<sup>159</sup>, "que está velho e doente".

Passa em seguida a referir-se "ao lendário Oio", que "é uma região fértil e abundante de produtos ricos como borracha, coconote, etc., etc." e predominantemente habitada por Balantas, "povos que não têm rei nem roque, vivem do roubo que para eles é uma religião" e não pagam imposto. Mostra-se Joaquim José Duarte preocupado pelo entendimento destes povos com os papeis de Bissau, observando: "Estão separados de Bissau pelo Impenal e na margem desse apertado têm eles uma espécie de chefe em Nhacra que muito nos prejudica por estar nas melhores relações com os papeis de Bissau. É de necessidade absoluta expulsá-los dali e lá fazer-se um posto [...] A região é pobríssima, produz arroz e são trabalhadores os seus habitantes."

A região que depois refere é a de Cacheu, que "dizem ser riquíssima" mas que considera "uma das mais difíceis pela grande diversidade de raças e génio aguerrido do gentio", prosseguindo: "A insubordinação da circunscrição de Cacheu é quase completa mas, ultimamente, não só onde está a residência mas também na margem direita, os gentios estão em rebelião manifesta, atacando, roubando e fazendo morticínios. Foi mandada para ali a canhoneira "Cacheu"<sup>160</sup>, a fim de ver se restabelecia a ordem e com a missão de, com alguns auxiliares, se opor aos desmandos do gentio de Jobel e Elia no caso de atacarem o posto que ali temos. A época é

---

156 – Oficial da administração militar, serviu durante alguns anos na Guarda Fiscal. Coube-lhe dirigir os serviços administrativos da coluna expedicionária.

157 – Cf. , sobre o Abdul Injai, o trabalho de Amadeu Nogueira in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 14, de Janeiro de 1949, pp. 49-59.

158 – Receio que se concretizou. Abdul Injai foi um auxiliar precioso de Muzanty – que o fez tenente de 2ª linha e régulo de Cuór – e, depois, nas campanhas de Teixeira Pinto (1913-1915), comandou 1.600 auxiliares, portando-se com bravura, pelo que foi recompensado com o regulado do Oio. Todavia, poucos anos depois, pelo seu comportamento, acabou por se tornar incómodo e, em 1919, foi deportado.

159 – O Abdulai e a sua gente receberam, no fim da expedição, quatro mil quilos de arroz – pagos pela verba da expedição – como prémio pelo auxílio prestado na guerra o que os impedira de tratar das suas sementeiras na época própria.

160 – Era comandada pelo 2º tenente Guimarães Marques.

má para aventuras e recomendou-se a maior prudência e só em caso extremo entrar em luta. O posto foi reforçado e a canhoneira "Cacheu" vai retirar para policiar o rio Geba."

Sobre Farim diz que "é uma das regiões mais prometedoras" e que os seus habitantes "têm tendência manifesta para se civilizarem". Rica "em borracha e coconote", os seus produtos são "explorados por diversas casas estrangeiras e nacionais" – acrescenta<sup>161</sup>.

A última parte do relatório é dedicada a Bissau e começa por reproduzir um telegrama<sup>162</sup> enviado no dia 7 de Agosto pelo capitão Viriato da Fonseca, segundo o qual os "grandes<sup>163</sup> de Intim" se deslocaram a Bissau para informar que o régulo morrera e que nada tinham para realizar as cerimónias fúnebres, o "choro"<sup>164</sup>, como lhes chamam, pelo que pediam autorização para venderem vacas "na praça", ou seja, na zona habitacional protegida pela fortaleza. Acrescentaram os homens grandes que desejavam fazer as pazes com as autoridades portuguesas. O régulo falecido opunha-se ao pagamento do imposto, mas o provável novo régulo desejava a paz. O capitão Viriato da Fonseca recusou a autorização para a venda das vacas e impôs como condição para a paz a entrega das armas de fogo e das chapas de zinco que haviam sido roubadas. Todavia, acrescenta o capitão que os papeis de Intim, apesar das divergências entre eles e das dificuldades com que lutavam para obterem géneros alimentícios, num ponto estavam de acordo: não entregarem as armas.

A este telegrama, acrescenta o relatório um interessantíssimo comentário a finalizar: "É para notar que as manchas de insubordinação da província aparecem de preferência e com mais intensidade junto das capitais das circunscrições. Dá que pensar este fenómeno que eu só posso atribuir a dois factores; aos recursos que eles clandestinamente tiram das capitais e à revolta contra os agentes das autoridades que naturalmente exercem mais perto das residências abusos de poder e prepotências vexatórias."

Verifica-se que, portanto, a situação não estava completamente dominada pela administração portuguesa. As *Novidades* de Novembro de 1908 relatam o assalto, e roubo, levado a efeito por balantas a uma lancha no rio Geba e o castigo que lhes foi infligido por forças auxiliares, com o apoio da "Lúrio": ataque a várias povoações, depois incendiadas, e apresamento de grande quantidade de cabeças de gado, para além de uma centena de mortos contra meia dúzia de auxiliares feridos. Foi assim até à expedição de Teixeira Pinto.

---

<sup>161</sup> – Um telegrama do governador recebido no Ministério da Marinha dava conta da pacificação de Farim e foi publicado pelos jornais em 13 e em 14 de Julho de 1908; referia que, por ordem do governador, e para dar satisfação a antigas reclamações francesas, o residente de Farim, tenente Lima, com um destacamento de 30 praças e 50 auxiliares, batera os salteadores do território de Balanta Samego, aprisionando o chefe Sajo Samboié e causando 34 baixas ao inimigo; do lado português ficaram feridos 8 auxiliares e o segundo-sargento europeu Pereira, todos sem gravidade.

<sup>162</sup> – Já no início de Julho, o governador comunicara a Lisboa, por telegrama, ter recebido uma comunicação do residente de Bissau dizendo que os grandes dos papeis se apresentaram na fortaleza, com bandeira branca, pedindo paz. mas que lhes fora imposta a condição de entrega de armas e o pagamento de imposto, pelo que se retiraram, ficando de voltar.

<sup>163</sup> – Na Guiné, a expressão homem grande designa as pessoas com influência e já maduras.

<sup>164</sup> – Cerimónia fúnebre que implica a oferta de comida e bebida a quem venha chorar o falecido.

## O REGRESSO

Parte da expedição regressou a Lisboa no dia 28 de Maio, no vapor “Guiné”. A bordo encontravam-se 91 praças de Infantaria e Artilharia da força expedicionária, 7 de Artilharia da província e 37 do corpo de marinheiros, alguns pertencentes às guarnições dos navios, outros que haviam saído para a Guiné no fim de 1907. Com eles regressavam sete oficiais. Segundo as *Novidades*<sup>165</sup>, “o estado de saúde em que regressam todos estes indivíduos é simplesmente deplorável: na sua grande maioria vêm arrasados pelo árduo serviço da difícil campanha que realizaram e pelo rigor do terrível clima da Guiné, onde o termómetro chegou a marcar, no mês de Abril, em Sambel Nhantá, 46° C. à sombra.” O jornal acrescentava que um cabo e cinco praças, haviam baixado imediatamente ao hospital e reproduzia declarações do 2º tenente António Taborda de Azevedo e Costa, segundo o qual cerca de 60% dos expedicionários “se achava quase completamente impossibilitado de prosseguir na marcha, derrotados pelas febres e pelo excessivo calor suportado nas operações do Cuór”. Todos os que regressaram no “Guiné” haviam tido parecer favorável da junta médica e só não voltaram mais porque o navio não os comportava. Foram escolhidos os mais doentes, mas todos acabariam por recuperar.

Os restantes membros da expedição embarcaram em Bissau, a 17 de Junho, no vapor “Angola”<sup>166</sup> e desembarcaram, quase ignorados, no cais de Alcântara a 25 de Junho. Nunes da Ponte<sup>167</sup> estranha “a triste e vergonhosa recepção” aos militares atribuindo-a à atitude de “alguns patriotas do reino, que por meio da imprensa contrapuseram a uma campanha de guerra uma campanha de descrédito” e conclui assim o seu livro: “Não seria tão proveitosa quanto era para desejar, mas foi honrosa a campanha da Guiné e gloriosa e bela a abnegação, a coragem e o valor do nosso soldado, que mais uma vez se enobrece por ter tido ocasião de mostrar o entranhado amor que vota e dedica à Pátria Portuguesa.”

## AS MEDALHAS

Por decreto de 21 de Maio de 1909, foram atribuídas diversas condecorações a vários militares e em vários graus, por relevantes serviços prestados nas operações realizadas na Guiné, designadamente: a Antiga e Mui Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, no grau de Comendador, ao 1º tenente da Armada e ex-governador da província João de Oliveira Muzanty; no grau de Oficial, ao capitão-tenente Luís Bernardo da Silveira Estrela, ao segundo-tenente Carlos Primo Guimarães Marques e aos capitães de infantaria Ilydio Marinho Falcão de Castro Nazareth [no Serviço de Estado-Maior], José Xavier Teixeira de Barros

---

<sup>165</sup> – 29 de Maio de 1908.

<sup>166</sup> – Eram 302 expedicionários e 26 da província.

<sup>167</sup> – *Ob. cit.*, pp. 105 e 106.

e José Carlos Botelho Moniz; no grau de Cavaleiro, aos 2<sup>os</sup>-tenentes José Francisco Monteiro, José Estevam de Campos França e Frederico da Silva Pinheiro Chagas, aos tenentes de Cavalaria D. José de Serpa (Serviço de Estado Maior) e tenente de Artilharia Luís Monteiro Nunes da Ponte; e ainda a Francisco Avelino, 1<sup>o</sup> sargento da 1<sup>a</sup> brigada do corpo de marinheiros da Armada; a José Rosário Ferreira, 1<sup>o</sup> sargento de Infantaria e a Henrique Gomes de Almeida, 2<sup>o</sup> cabo do Depósito da Praça da Guiné (Artilharia). A Medalha de Prata de Valor Militar foi concedida ao tenente João Caldeira Marques, “porque nas operações de Varela, tomou com o seu pelotão a povoação do mesmo nome, auxiliando o corpo de grumetes, insuficiente para vencer o inimigo”.

Em 23 de Março de 1909, o ministro da Guerra solicitara ao ministro da Marinha e Ultramar que lhe fossem remetidas as medalhas “Rainha Dona Amélia” com que haviam sido agraciadas as praças que fizeram parte da expedição à Guiné, a fim de serem enviadas às Divisões Militares. A resposta foi que não havia verba para ocorrer à despesa com a aquisição das medalhas. Cada qual poderia comprar a sua, se quisesse. Esta medalha fora criada em 23 de Novembro de 1894 e reformada em 11 de Dezembro de 1902. Por decreto de 8 de Outubro de 1908 foi concedida “a todos os militares da armada, do exército do reino e das forças ultramarinas de 1<sup>a</sup> linha, e bem assim aos de 2<sup>a</sup> linha e indivíduos da classe civil que tenham tomado parte na campanha (da guiné) e que o mereçam pelos serviços prestados e perigos a que se tenham exposto”.

## A HOMENAGEM EM VILA REAL

Era em Vila Real que se encontrava estacionada Infantaria 13, da qual saía grande parte do contingente expedicionário à Guiné: 3 oficiais, 6 sargentos e 139 cabos, soldados e corneteiros. Aqui, ao contrário do que acontecera em Lisboa, foi-lhes feita entusiástica recepção. Os expedicionários regressaram no dia 3 de Julho de 1908, acompanhados, desde a Régua, por uma comissão de “sargentos e académicos” que saía de madrugada da vila para os cumprimentar ali.

O jornal local, *O Villarealense*, folha regeneradora, como se definia, fez um relato vivíssimo e muito colorido da forma como foram recebidos os militares, relato particularmente interessante e sem esquecer pormenores como o aspecto “cadavérico” com que se apresentavam [talvez exagerado, pois já tinham tido muitos dias para recuperar], a ementa, escrita em francês, do jantar oferecido no quartel, o estilo grandiloquente do discurso do governador civil, perceptível nas poucas linhas que o jornal lhe dedica, e o arraial popular com que terminou a festa. Das baixas sofridas pelo regimento, poucas mas que existiram, nem uma palavra.

O texto é o seguinte:

“• Era 1h53 da tarde quando o comboio deu entrada na estação de Vila Real, aonde se encontrava todo o elemento militar e civil que fora apresentar cumprimentos aos expedicionários.

• Dentro e fora da estação apinhavam-se milhares de pessoas, que ao entrar o comboio nas agulhas aclamavam freneticamente os expedicionários, sendo indescritível o que então se passou num verdadeiro delírio e doido entusiasmo.

- Muitas girândolas de foguetes subiram ao ar, dando-se muitos vivas à Pátria, El-Rei, Família Real, capitão Camacho, tenente Almeida, alferes Sepúlveda, sargentos e mais praças, heróis da Guiné, etc., etc..
- O aspecto das praças era cadavérico, não se reconhecendo neles os fortes e robustos rapazes que tinham partido.
- A uma mulher ouvimos dizer, banhada em lágrimas na ocasião que apertava contra o peito um filho que fez parte da companhia: – *Este não é o meu filho*, pelo encontrar muito desfigurado, devido às muitas privações que passou.
- Da estação para o quartel organizou-se um luzido cortejo, repetindo-se os vivas durante o trajecto, achando-se as janelas com colgaduras repletas de senhoras que atiravam freneticamente com flores aos vencedores da Guiné.
- Na rua da Alegria notava-se grande quantidade de bandeiras e na avenida Almeida Lucena, onde fica o quartel de Infantaria 13, levantavam-se muitos arcos ornamentados a capricho, devido ao trabalho insano dos oficiais inferiores do regimento, que ao saberem do regresso dos expedicionários se reuniram para lhe fazer uma recepção dentro dos seus próprios recursos, que decerto ficará gravada na memória de todos pelo seu brilho.
- Na chegada ao quartel as praças dirigiram-se para uma ampla caserna que se achava belamente enfeitada e os oficiais para a sala de armas, sendo-lhe oferecido pelos seus camaradas um copo de água, brindando o sr. capitão Delfim, que, em nome do comandante, saudou os expedicionários, enaltecendo os seus feitos e testemunhando-lhes a admiração bem como o interesse com que todos os oficiais do regimento acompanharam as operações da campanha. Respondeu-lhe o sr. capitão Camacho, comandante da companhia, que agradecendo-lhe as palavras elogiosas, disse que não era a ele mas sim aos valentes soldados de Infantaria 13 que se devia o bom êxito da campanha, uma das mais difíceis que se tem travado em África, não só por o gentio ser mais aguerrido mas também por causa do clima.
- Falou em seguida o sr. governador civil o qual, lembrando os feitos heróicos dos nossos antepassados em África, disse que os soldados de Infantaria 13 souberam continuar as tradições gloriosas das nossas campanhas africanas e que mais uma vez provaram à Europa inteira que aos portugueses pertenceu a África pela descoberta e pertencer-lhes-á pela conquista.
- Verdadeiramente comovido disse que, como autoridade superior do distrito, se sentia orgulhoso por assistir a uma festa tão verdadeiramente patriótica e significativa.
- Terminou, brindando aos expedicionários, ao Exército, a El-Rei e à Pátria.
- Às 4 horas foi distribuído o rancho geral, que foi de gala, tocando durante a refeição a banda do Regimento.
- Os cabos ofereceram aos seus colegas expedicionários um jantar variado, que decorreu alegremente terminando por calorosos brinde.
- Às 5,30 foi servido também um jantar de 60 talheres aos sargentos na carreira de tiro dos oficiais, tendo os mesmos oferecido a presidência da mesa ao sr. capitão Camacho que logo acedeu ao convite.
- Também compareceu o sr. tenente ajudante Santos, que tomou assento à direita do sr. capitão e à esquerda o sargento-ajudante Rodrigues, seguindo-se todos os mais sargentos do activo e reformados.

- O jantar correu animadíssimo, constando do seguinte MENU: Potage; Bouilli à la portugaise; Petits pâtés; Poulets aux haricots verts; Jambon glacé; Veau rôti aux pommes de terre; côtelettes aux olives; Fruits divers VINS Transmontain et d'Oporto; Pauding [*sic*] à la Guinée; Café.
- O vinho fino e de mesa foi oferecido por um respeitável cavalheiro desta vila.
- Ao champagne brindou o sr. capitão Camacho, agradecendo a forma como fora recebida a companhia do seu comando pelos oficiais inferiores e relembando os nossos feitos heróicos. Brindaram mais o 2º sargento-ajudante Rodrigues, 1ºs. sargentos Afonso e Rodrigues, que foram muito cumprimentados.
- Findo o jantar, foi o sr. capitão Camacho acompanhado até à porta pelo sr. tenente ajudante Santos e todos os sargentos que lhe fizeram uma ovação de simpatia.
- Às 8 horas e 30 foi colocada a iluminação na Avenida Almeida Lucena, quartel e parada, tornando-se deslumbrante o pavilhão que se erguia próximo à igreja de S. Francisco.
- Durante o arraial que se prolongou até à 1 hora da manhã, tocaram duas bandas, a de Infantaria nº. 13 e a dos bombeiros do Corpo de Salvação Pública, subindo ao ar muitos foguetes e balões artisticamente enfeitados.
- A concorrência foi numerosíssima, principalmente em senhoras."

## A IMPRENSA E AS EXPEDIÇÕES DE 1907 E 1908

Como se pôde perceber do que foi sendo dito atrás, toda a campanha expedicionária e a situação que a provocou foram seguidas com grande atenção pelos jornais, que não só reproduziam, geralmente na íntegra, os telegramas que lhes eram facultados oficialmente pelo Ministério da Marinha<sup>168</sup>, como procuravam obter informações dos seus correspondentes, os que os tinham, mais ou menos improvisados, ou comentários dos seus colaboradores. De caminho, os jornais partidários aproveitavam para atacar ou elogiar o governo, conforme a sua posição política, mas levantaram-se também questões interessantes sobre o que deveria ser

---

<sup>168</sup> - Um exemplo, extraído do *Jornal do Commercio*, de Lisboa, de 8 de Maio de 1908: "O sr. ministro da Marinha recebeu, ontem, os seguintes telegramas - 'Bissau, 5 - Hoje, 5, desde as 9 e meia da manhã até às três horas da tarde, a coluna foi atacada pelos "papeis". Enquanto o grosso da coluna resistia e repelia, com vigor, os ataques do gentio, atacando também com ardor, teve um auxiliar morto e outro auxiliar ferido. A Companhia de Infantaria 13, que conta o efectivo de 200 homens e 80 auxiliares, tomou posição em Cuntume, que fica distante 4 quilómetros do local onde se feriu a acção. A coluna destruiu cerca de 200 palhotas, combatendo denodadamente os seus numerosos defensores, fez-lhes importantes perdas materiais e muitas baixas. [Em tão rija refrega, a Companhia teve um morto, o soldado nº 90/946, de nome José. Ficaram feridos o tenente Montalvão numa perna e o alferes Duque, gravemente, na cabeça. Dos soldados do quadro auxiliar há um enfermo. Informo V. Exa. que o inimigo está armado com armas Snider e outras muito aperfeiçoadas. Felicito V. Exa. pela vitória, tão custosamente obtida, e pela energia das nossas tropas. Todos os doentes e feridos estão em Bissau, de onde o Residente informará distintamente do seu estado. a) Governador da Guiné.'" Nessa mesma data, outro telegrama do Residente comunicava a morte do alferes Duque e acrescentava acharem-se em estado satisfatório os restantes feridos e doentes.

a atitude portuguesa em África. A grande questão era a ocupação efectiva do território. Devia ou não fazer-se e acabar com as expedições?

Um dos primeiros jornais a comentar a situação da Guiné de 1907 foi, quase poderia escrever, naturalmente, o *Jornal das Colónias*, que em 29 de Junho desse ano insere um artigo intitulado “Revolta na Guiné”, assinado com as iniciais T. C.. O articulista observa que sob essa mesma epígrafe “tem a imprensa da capital fornecido ao público um sem número de notícias, a maior parte contraditórias, bordando sobre o assunto as mais extraordinárias fantasias”. Todavia, prossegue, “não há dúvida de que o estado de sossego e domínio por nós exercido naquela colónia deixam um tanto a desejar, sendo factores primordiais deste estado de cousas o diminuto número de soldados que compõem a sua guarnição e a carência absoluta de lanchas fluviais que permitam um estabelecimento seguro de comunicações” isto porque “tem aquela colónia sido desde longa data quase em absoluto votada ao ostracismo pelo poder central”. Faz-se depois o elogio do governador Muzanty (“homem trabalhador e inteligente, com faculdades de trabalho que não é fácil de exceder, conhecedor da província sob todos os pontos de vista”), destacando a sua acção na cobrança do imposto e historiando um pouco “as dificuldades ultimamente encontradas” para obter o seu pagamento.

Na *Lucta*,<sup>169</sup> Graça Falcão insurge-se contra o autor deste artigo – que mostra conhecer, mas não identifica – e afirma que a actual revolta da Guiné, como uma grande parte das anteriores, foi provocada “pelos abusos, e até *atrocidades*, cometidas pelas nossas autoridades, que não se lembram de que nem ao menos existem naquela colónia soldados suficientes para lhes guardar as costas”.

A 19 de Outubro de 1907, outra vez o *Jornal das Colónias* chamava a atenção para aquele território e mostrava-se satisfeito com o anúncio da expedição que se preparava. A notícia começa por observar que é “a província da Guiné a colónia mais próxima da metrópole e a que mais tem sido votada ao abandono”, recorda os “graves acontecimentos que há poucos meses se deram e que iam custando a vida a dois valentes oficiais”, salienta que “as faltas de respeito pelas autoridade na Província não são de hoje, o mal vem de muito longe” e conclui: “A acção militar imediata impõe-se e é inadiável, de outro modo os ultrajes à nossa soberania repetir-se-ão [...] Não se pede para aquela colónia uma grande expedição que vá sangrar o tesouro público desalmadamente, muito embora sejamos de opinião que para levantar o prestígio da nossa bandeira não se devem discutir números. A força necessária é bem modesta e basta operar durante três meses para submeter vários pontos, deixando guarnecido por forças indígenas alguns postos. O aumento do rendimento da Província, resultante da sua submissão, permitirá por certo, em 5 anos, pagar à metrópole o pequeno sacrifício que agora faz. É este o estado em que se encontra a província da Guiné; se quisermos que ela continue figurando como nossa colónia, temos de lhe acudir já, sem delongas e com energia.”

O *Diário de Notícias*, de Lisboa, em 2 de Novembro de 1907, comentando os desacetos ao tenente Fortes, apoiava o envio da expedição mas levantava também o problema da ocupação efectiva do território, escrevendo: “Impõe-se, portanto, com urgência a necessidade de castigo a esses díscolos cujo atrevimento se vai acentuando dia a dia, castigo que só poderá tornar-se eficaz

---

<sup>169</sup> – 15 de Julho de 1907.

sendo seguido de uma ocupação efectiva que não só mantenha em respeito os actuais rebeldes como ainda assegure a liberdade de expansão do comércio em toda a província." O mesmo jornal defendia, dias depois, a 6, a necessidade de se enviar à Guiné uma expedição militar, pois as forças locais, mesmo com o reforço de forças de marinha, eram insuficientes para garantir o fim das rebeliões, e explicava: "Estando a Guiné completamente aberta ao comércio de todas as nações, que principalmente alemães e franceses ali exercem em larga escala, temos o impreterível dever de lhes assegurar protecção eficaz a vidas e fazendas, sob pena de termos a lamentar um dia qualquer intervenção diplomática grave. Oferecendo-se-nos agora o ensejo de terminar de vez com um certo número de focos de rebelião permanente na Guiné, erro grave será não o aproveitarmos e considerações algumas de mal cabida economia devem manter-se, quando os factos demonstraram à evidência que a Guiné em poucos anos poderá largamente recompensar os sacrifícios que de momento hajam de fazer-se."

Ainda em 1907<sup>170</sup>, as *Novidades*, diário então republicano dirigido pelo jornalista Melo Barreto, que seria ministro da República e viria a morrer embaixador em Madrid, consideravam "uma situação grave" a que se vivia na Guiné, acrescentando: "São bastante alarmantes as notícias chegadas no último paquete acerca do estado em que se encontra esta nossa colónia [...] Cumpre notar que a Guiné portuguesa tem uma organização militar que, no papel, é sem dúvida suficiente para todas as hipóteses que porventura possam apresentar-se em matéria de alteração de ordem pública. Sucede, porém, que os seus efectivos estão, na prática, por tal forma incompletos que o governador apenas conseguiu juntar 20 soldados entre brancos, deportados, mestiços e pretos." O jornal critica não só a demora do governo em satisfazer o pedido de uma expedição que Muzanty solicitara, como também o facto de ter enviado um oficial, D. José de Serpa, para avaliar a situação, salientando: "Tem-se inventado toda a espécie de justificação para não adoptar uma resolução enérgica e suficiente nesta conjuntura. Primeiro descobriu-se que era necessário enviar ao teatro das operações alguém estudar as condições estratégicas e recursos da região sob o ponto de vista militar! Como se o governador Muzanty não conhecesse a palmas o território em questão. Perda de tempo inútil que a vinda precipitada do distinto oficial D. José de Serpa ao reino, vem demonstrar completamente<sup>171</sup>. Não é de reconhecimentos que se precisa. Os que estão feitos são mais do que suficientes. O que urge é a satisfação do que requisitou o governador quando esteve em Lisboa [...] Em resumo: a situação é grave porque não foi atalhada a tempo; e intensificar-se-á tanto mais quanto maior for a demora em enviar reforços ao governador Muzanty."

Na revista *O Ocidente*, de 20 de Dezembro de 1907, um artigo, assinado apenas D., refere o plano de operações de pacificação da Guiné, mas mostra-se céptico quanto aos seus resultados, escrevendo: "Os nossos oficiais e soldados terão, certamente, mais uma ocasião de mostrar o seu valor, a sua abnegação, o seu patriotismo, a sua sobriedade, a sua resistência, etc., etc., mas a Guiné ficará na mesma. Não é porque assim o desejemos que tal dizemos, muito ao contrário, desejaríamos ver aquela riquíssima

---

170 - 30 de Dezembro, p. 3

171 - Nunes da Ponte refere que D. José de Serpa regressou da Guiné dizendo "verdadeiros horrores" do que por lá viu. *ob. cit.*, pág. 1

colônia de uma vez para sempre pacificada, produzindo o muito que deve produzir. Mas tantas campanhas gloriosas se têm feito naquela malfadada colônia e não vemos ainda que delas se tenha tirado algum resultado positivo. Parece-nos que não será com balas e baionetas que lá havemos de implantar a civilização e a paz.”

Em 29 de Dezembro do mesmo ano, *O Século* mostrava-se alarmado com a situação na Guiné: “A situação é gravíssima – escrevia – e a revolta do indígena abrange todos os territórios entre Geba e Farim, isto é, uma área enorme, erichada de toda a casta de perigos. O jornal afirma que “os europeus não podem sair da praça de Bissau” e aponta como exemplo o caso de “um francês que se arriscou a uns cinquenta metros da praça e foi agredido por um gentio papel com uma chibatada num braço”, complementada com inquietante promessa: “para outra vez será no pescoço porque a terra é nossa e não dos brancos”. A notícia do jornal prossegue com o relato das operações que Muzanty conduzira nesse mês mas ressalva que essa intervenção “não pode, porém, considerar-se senão um paliativo a conter por mais algum tempo ainda o ímpeto sanguíneo dos indígenas” e conclui: “Urge pôr em prática providências do mais largo alcance”, ou seja, enviar uma expedição militar. Logo no dia 1 de Janeiro, volta o jornal a apontar a difícil situação na Guiné e no dia seguinte destaca em título de extensa crónica haver uma “ameaça de sublevação geral da Província”. O jornal identifica o autor apenas como “um ilustre oficial de marinha que por várias vezes tem exercido comissões de serviço naquela província”, certamente Alfredo Loureiro da Fonseca. Na crónica é historizada a organização militar e civil da Guiné, apontadas “as causas da agitação indígena na província” e defendida a necessidade da sua ocupação efectiva, “compromisso internacional que tomámos em 1885 em Berlim sob pena de sermos expropriados”.

Em 31 de Janeiro de 1908, *O Século* inseria mais um extenso artigo assinado por Vieira de Matos, que era identificado como tenente da Armada, no qual se punha em relevo a “situação melindrosíssima” em que se encontrava a Guiné e se apelava a “um acto enérgico e decidido” que pusesse fim à rebelião e preconizava a “ocupação efectiva do território”. Como se faria essa ocupação? Escreve Vieira de Matos: “Para se ocupar a parte da Guiné ainda hoje insubmissa, é necessário o estabelecimento de comandos militares cujas autoridades sejam bem remuneradas para o bom desempenho do seu cargo<sup>172</sup>. É preciso resolver as questões entre os indígenas, do modo mais justo [...] É urgente a organização de uma esquadilha em condições de poder prestar o serviço que esta província, pelos seus numerosos rios e canais, demanda. Auxiliando os comandos militares, assegurariam o domínio efectivo nos territórios sob sua jurisdição.” E prossegue: “A Guiné devia possuir, pelo menos, 3 lanchas-canhoneiras, que poderiam ser do tipo da “Flecha”, que [durante] 11 anos prestou bom serviço, mas bem protegidas e com o artilhamento compatível com o serviço a que se destinam. Teríamos conseguido também o serviço privativo do rio, escolhendo uma canhoneira do tipo da “Cacongo” [representada na gravura que ilustra o artigo, reproduzindo uma foto de José de Mello] para cruzeiro entre Bolama, Bissau, arquipélago Bijagós, Cacheu, Farim, etc..” O tenente Vieira de Matos refere depois qual o serviço que competia a cada uma das canhoneiras e afirma que essa força

---

<sup>172</sup> – Há aqui uma clara referência a possíveis actos de corrupção da parte dos oficiais encarregados de recolher os impostos. Frederico Pinheiro Chagas, na Introdução ao seu livro (p. XIV) conta o seguinte: “Numa *Residência* no sul da Província, onde estive uns dias, contou-me o residente que, tendo ido para ali substituir um que fora transferido por castigo, nos primeiros tempos os pretos ficavam muito admirados por ele levar mais barato do que o antecessor em certas contribuições a pagar.”

naval, além do serviço de fiscalização e polícia dos rios, deveria proceder “a alguns trabalhos hidrográficos, como o levantamento da barra de Cacheu, de tanta utilidade para o comércio da Guiné” o que “daria lugar ao desenvolvimento de toda a região de Cacheu e Farim, onde poderão ir vapores demandando cerca de 14 pés, dando saída por este porto a todos os produtos da opulenta região do Oio e que actualmente saem pelo Casamança”. Vieira de Matos afirma-se convencido de que a Guiné é economicamente viável: “Para se avaliar das riquezas desta província basta ver as casas importantes estabelecidas em Bolama e Bissau, não só nacionais como estrangeiras. O comércio da borracha, coconote, e mancarra faz-se em grande quantidade, além de outros produtos, como óleo de palma, cera, arroz, milho, cana sacarina para o fabrico de aguardente, cujo imposto constitui a principal fonte de receita do posto fiscal de Cacheu. A província possui também ótimas madeiras, tendo-se ultimamente feito alguns ensaios sobre a cultura do algodão, tabaco e cacau.”

Este mesmo jornal publica<sup>173</sup> a mais extraordinária notícia deste período, notícia que não teve qualquer desmentido nem comentário, que mais ninguém referiu mas que é bem sintomática da ideia que muitos faziam da Guiné. Sob o título *As Operações na Guiné – Acordo entre os governos francês e português para o extermínio dos antropófagos*, lia-se: “Na Guiné, segundo testemunham alguns dos nossos oficiais da Armada e funcionários ultramarinos, que têm ali permanecido, existem ainda algumas tribos, que praticam a antropologia [*sic*]. São das raças mais inferiores que habitam a Guiné, rebeldes a qualquer ideia de civilização, e residem na margem direita do rio Cacheu, em frente da povoação desse nome. Põe-se hoje em dúvida que ainda haja antropófagos, mas o que está averiguado é que essas tribos, conhecidas pela denominação de *baiotes* e *banhuns*, devoram por vezes os cadáveres dos seus mortos<sup>174</sup>. Para o extermínio dessas raças está realizado um acordo entre os governos francês e português, aproveitando-se a expedição militar que se organiza para castigar o gentio rebelde, para realizar essa missão. O principal fim das nossas tropas será entregar as crianças a tribos mais humanas e educá-las.”

Num jornal do Porto, o *Correio do Norte*, de 1 de Fevereiro de 1908, o artigo de fundo, intitulado “A Guiné Portuguesa” e assinado por C. A., defendia a ocupação efectiva do território, tanto por motivos políticos como económicos: “A expedição que se anuncia para breve e que tem por missão consolidar a nossa autoridade entre os indígenas – escrevia o articulista – é preciso que seja imediatamente seguida duma ocupação pacífica, mas eficaz, cujas bases assentem num plano seguro e cuidadosamente elaborado para não termos, dentro de pouco tempo, de nos vermos na contingência de enviar uma nova expedição militar, que por mais glórias que nos traga, será sempre um motivo para sobrecarregar os minguados recursos do tesouro [...] Desnecessário será encarecer as vantagens que da ocupação daquele território nos hão-de advir, sabendo-se que a Guiné nos pode fornecer em quantidade abundante, borracha, coconote, mancarra e milho, além doutros produtos, como café, óleo de palma, cana de açúcar e excelentes madeiras.” Observa, depois, C. A. que a exploração económica da Guiné tem sido feita “com óptimos resultados” pelos comerciantes

---

<sup>173</sup> – Em 28 de Março de 1908.

<sup>174</sup> – Sobre a antropofagia e a necrofagia cf. o estudo de António Carreira *Arrancamento de Pele e Necrofagia in Estudos sobre a etnologia do ultramar português*, Vol. III, pp. 105 a 129, Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1963

franceses “que preferem fazer o seu comércio no nosso território, onde por assim dizer não têm competidores, a fazê-lo no seu território, limítrofe do nosso. Este facto, que só por si é a prova mais concludente do valor desta nossa colónia, é uma das causas de que resulta a decadência económica da província, cujas receitas se ressentem imenso do desvio, que grande parte do comércio do interior sofre, pelo facto daqueles negociantes fazerem convergir para os portos franceses a exportação dos produtos da nossa colónia, em detrimento dos portos da Guiné portuguesa, alguns dos quais se podem considerar excelentes. Cumpre-nos, por isso, ao efectuarmos a ocupação da Guiné, que esse estado de coisas, que para nós tantos prejuízos traz, cesse por completo.”

O *Jornal das Colónias*, num artigo intitulado “Traços Coloniais”, assinado Mário e publicado em 7 de Março de 1908, considera ser a Guiné “um dos mais desagradáveis exemplos do nosso imperfeito sistema de dominar” e salienta a necessidade de se acabar com as causas que obrigam a acções militares: “Na Guiné, mais do que em qualquer outro ponto, não pode o domínio efectivo ser apoiado principalmente na força das baionetas. Um exemplo foi frisantemente dado aí ainda há pouco – um brioso e distinto oficial da Armada<sup>175</sup> foi resgatado à prisão e quiçá à tortura, por um comerciante! A violenta acção militar impõe-se por vezes, repito, e com ela sempre se deve contar, mas urge que se procure fundamentalmente acabar, tão rapidamente quanto possível, com as causas que motivaram essa necessidade. É-nos muitíssimo inconveniente este estado instável de pacificação política e economicamente. Não pode continuar assim.”

As *Novidades* de 19 de Março de 1908 comentaram o telegrama que o governador mandara para o Ministério da Marinha sobre os combates em Varela, que fora arrasada “para castigar o gentio por insultos feitos residente ocasião cobrança”. Trata-se de um comentário achincalhante para os africanos, como era então de moda. Reza assim: “O preto da Guiné também ser gente, especialmente falando-lhe de impostos. E nisto muito se parecem os pretos com os brancos. A cena vê-se ... O residente deitou-se a percorrer as palhotas com o fim de cobrar o imposto, que é como se disséssemos a contribuição ... predial. Os primeiros visitados alegaram falta de recursos naquele momento. Para a lua seguinte pagariam tudo, com juros. O residente seguiu na peregrinação, até convencer-se de que não se tratava de luas, mas única e simplesmente de uma autêntica greve de contribuintes. O residente encrespou as sobranceiras e a pretalhada, em troca, e em vez de *macutas*, atirou-lhe pedaços velhos de pontas de bucéfalos. O costume, com a filarmónica dos guinchos e a coreografia dos saltos mortais. Imagine-se o que não será aquilo quando as bibliotecas baratas de Barcelona para lá enviarem o Kropotkine traduzido em bundo.” Mais tarde, o mesmo jornal<sup>176</sup>, a propósito da morte do alferes Duque, interrogava-se sobre as vantagens das campanhas africanas: “O que fomos, agora, fazer à Guiné? Estava, acaso, o território português em risco de passar a estranhos? Era o gentio que impedia ou prejudicava alguma importante plantação de cacau, de café ou de borracha? Era o gentio que impedia ou punha em risco a lavra de algumas ricas minas de metais preciosos, de brilhantes ou de quaisquer minérios industrialmente exploráveis? A resposta é absolutamente negativa. Na Guiné

---

<sup>175</sup> – Refere-se ao tenente Fortes, como se viu atrás.

<sup>176</sup> – 8 de Maio de 1908.

não há plantações, não há minas: há somente o pequeno comércio de sementes oleaginosas, que os indígenas trazem a algumas casas comerciais que, em regra são estrangeiras. A guerra afasta os indígenas, o pouco comércio define e morre, encaminhando-se para as colônias vizinhas. Para que é, então, essa guerra, que não custará menos de quatrocentos contos e que já custou vidas e muito sangue derramado?"

*O Radical* – ora fortemente hostil ao governador, ora defendendo-o, para melhor atacar o governo – chegou mesmo ao ponto de, no seu número de 15 de Abril de 1908, considerar que Marinha e Exército haviam ido à Guiné “perder o tempo e o feito em uma campanha inútil e inoportuna”, pois “a situação geral da província não melhorou com a guerra feita tarde e más horas contra as mais elementares indicações do bom senso” mas a culpa era do governo pela “absoluta falta de orientação administrativa que entre nós, como bons latinos, sempre tem havido”. O mesmo jornal, insistiria frequentemente na inoportunidade da campanha: Assim, em 21 de Maio do mesmo ano, afirmava que os resultados da campanha foram “quase nulos”, mas atribuía a culpa ao governo, “dado o imperdoável atraso que houve na organização das forças em Lisboa e na sua partida para a Guiné”; a 30 do mesmo mês, em crónica assinada por C [certamente abreviatura de correspondente, não identificado], vai mais longe, considerando que “o efeito da guerra foi nulo embora tivesse havido dispêndio de vidas e de dinheiro do Estado [pelo que] resta pois averiguar a quem compete a responsabilidade moral e material deste estado de cousas que tornou as operações militares indispensáveis”.

Não era só *O Radical* que criticava o governo. *O Jornal das Colónias*, em correspondência de Bolama com data de 20 de Fevereiro de 1908 – e publicada a 11 de Abril seguinte – afirmava: “Triste é dizê-lo, mas a única culpa da decadência a que esta colónia chegou, sem forças em terra para manter o prestígio das autoridades, sem canhoneiras fluviais nos rios [únicas estradas de comunicação na Guiné] para garantirem a segurança do comércio<sup>177</sup>, cabe, não aos governadores da província, mas ao poder central. As autoridades cá fora, estudando *de visu* as necessidades da colónia, comunicam, relatam, requisitam o que entendem conveniente para o desenvolvimento e progresso do domínio que lhes é confiado. Todo este trabalho é, porém, improfícuo, porque vai dormir por largo tempo na metrópole, quando não fica ali mergulhado no sono eterno.” Também aqui o acompanhava *O Radical*<sup>178</sup>, que em carta assinada pelo comissário naval Machado Santos, afirmava: “Se compararmos o progresso da Guiné com o das nossas outras colónias que têm estradas, caminhos de ferro, telégrafos, portos, etc., etc., mais ou menos desenvolvidos devemos recordar que é bastante desolador o que por lá se tem feito para que possamos dizer que tem progredido.”

Todavia, o mesmo jornal, numa “Carta da Guiné” não assinada, datada de 30 de Março de 1908 mas só publicada em 25 de Abril seguinte, mostrava satisfação com os resultados da campanha: “A expedição inicia as operações batendo a região do Cuór, no Rio Geba, onde o famigerado Infali Soncó continua em estado de rebeldia, incomodando o tráfego comercial do mesmo rio [...]

---

<sup>177</sup> – Neste sentido se pronunciara já H. de C. no seu já citado artigo na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, em que acentuou: “Na verdade, sendo o mar e os seus diversos ramos na Guiné as principais vias de comunicação entre ilhas e destas com o continente, custa a crer que o nosso governo vá adiando as providências necessárias a dotá-las dos transportes convenientes à sua boa administração.”

<sup>178</sup> – 31 de Julho de 1908.

Impõe-se, portanto, antes de qualquer outra operação militar a executar, infligir um severo castigo àquele régulo a quem cabe a responsabilidade do estado de rebelião em que se encontram os povos vexados, que foram a origem das últimas guerras havidas na região do Geba. O governador Muzanty assim o reconheceu, demonstrando mais uma vez o bom critério que tem manifestado na forma como tem dirigido os serviços da Província. Iniciando a campanha por pacificar e ocupar Cuór, conseguirá benéficos resultados comerciais, cujos efeitos se farão imediatamente sentir nas receitas da colónia."

Noutra "Carta da Guiné", esta com data de 29 de Junho de 1908, publicada também pelo *Jornal das Colónias*, afirma-se: "A situação geral da província não melhorou com a guerra feita tarde e a más horas contra as mais elementares indicações do bom senso e o fiasco lá irá servir mais uma vez de argumento aos nossos grandes coloniais do Terreiro do Paço para barafustarem contra a acção militar como causa única do estado de ruína a que chegou o nosso domínio colonial." Poucos dias depois, porém, a 4 de Julho, o mesmo jornal apresentava, em extenso artigo, uma visão optimista da situação na Guiné e saía em defesa do governador, observando que a verdade dos factos "andava sendo propositadamente e desastradamente deturpada, com o único fim de, por uma campanhasita de imprensa em Lisboa, se provocar a exoneração do actual governador sr. João Muzanty para, em sua substituição, ser nomeado outro que é *persona grata* a determinadas individualidades do comércio local".

O *Jornal do Comércio* critica toda a campanha, em sucessivas crónicas, sob a forma de cartas, assinadas com as iniciais J. B. M. M. – iniciais de José Monteiro de Macedo, como se viu atrás –, e remetidas de Bolama,. Assim, em 22 de Maio de 1908 considerava que "os gentios de Geba foram compelidos à revolta simplesmente por desespero" em consequência das medidas tomadas pelo residente; e no dia 5 de Junho lamentava que a coluna militar apenas tivesse percorrido o Cuór, estacando ao chegar às fronteiras dessa região com o Dio, "como se fora país estrangeiro", quando "mais uns dias de energia e perseverança e toda a enorme despesa feita com a expedição teria um juro largamente compensador", pois "o Dio estava amedrontado" e "todo esse riquíssimo trecho da província" pediria paz e clemência, permitindo alargar "a área, hoje tão limitada, do seu comércio".

Monteiro de Macedo era, pode dizer-se, o mentor dos comerciantes contrários à actuação do governador, por considerar que lesava os interesses da província, e apelava ao ministro da Marinha: "Estude S. Exa. urgentemente a questão da Guiné e convencer-se-á de que a permanência do actual governador à testa desta província, que os seus amigos reduziram a tão precário estado, não é precisamente um acto de boa administração [...] Para normalizar a vida da Guiné é necessário que na metrópole se lembrem de nomear um governador que alie as qualidades de prudência às de energia, que venha cõnscio da sua grande responsabilidade e de peito feito a arcar com dificuldades enormes, tanto de ordem financeira, como de ordem moral." O correspondente do jornal considera que em toda a província só os papéis constituem um problema que necessita de ser resolvido militarmente, sublinhando: "Todos os habitantes da Guiné, negociantes e indígenas, têm tudo a lucrar com a paz e o sossego e no dia em que se subjugar os vaidosos pelspels [papéis] de Bissau, a missão pacificadora caminhará por si. Bissau à parte, todas as revoltas dos indígenas têm sido provocadas pelas prepotências e extorsões dos administradores." Faz, aliás, uma curiosa (e premonitória) advertência: "No dia em que chegassem as raças da Guiné a entenderem-se entre si, Portugal não poderia dominá-la sem um sacrifício enorme."

O *Noticias de Lisboa*, numa série de quatro artigos dedicados à Guiné<sup>179</sup>, assinados com as iniciais J. C., manifestava-se confiante “no largo e próspero futuro” da província, “devido não só à riqueza agrícola do seu solo, apto para as culturas mais ricas, cacau, borracha, etc., como também à riqueza das suas florestas, nas quais existem as espécies mais apreciadas para obras de marcenaria, à facilidade com que pode ser desenvolvida a indústria da criação de gado que, pela relativa proximidade da Europa, muito favorecerá os mercados metropolitanos; ao desenvolvimento comercial progressivo que fatalmente se dará, devido ao indígena ser já muito civilizado e, portanto, ter bastantes necessidades, tudo isto junto à extrema facilidade de transportes do interior para o litoral, aproveitando numerosos canais e rios que cortam a província em todos os sentidos e direcções, todos navegáveis para embarcações de relativa importância. Acresce ainda um importante factor para o desenvolvimento da colónia, tal é o não haver falta de braços para o trabalho agrícola e industrial, tráfego comercial, etc., pois a população é muitíssimo densa, trabalhadora e apta para diversos serviços conforme as raças.” Lamenta, porém, o jornal a falta de ocupação da província, observando: “Infelizmente, a Guiné não está na sua totalidade sob o nosso domínio real e efectivo, mesmo muito longe disso [...] Um dos pontos mais importantes que os poderes públicos devem ter em vista se quiserem olhar a sério para essa prometedora colónia, é o da sua ocupação militar e policiamento; pois sem esses dois elementos não há progresso possível, não há comércio que prospere, agricultura que floresça, empresa industrial que produza, garantia social que exista, civilização que se estabeleça.”

## UMA CANHONEIRA FRANCESA EM BISSAU

Já com as campanhas dadas por findas e as forças expedicionárias em vias de regresso, o governador mandou publicar no *Boletim Oficial*<sup>180</sup> uma portaria mantendo “para todos os efeitos o estado de guerra em toda a ilha de Bissau, continuando suspensas as garantias dos seus habitantes”<sup>181</sup>. Segundo a mesma portaria, a decisão era tomada por dois motivos fundamentais: ter-se reconhecido “a manifesta rebeldia de todos os regulados da ilha durante os sucessivos combates, em que foi derrotado o gentio de Intim, Bandim e Cuntumbo” e o facto de a aproximação da época das chuvas ter inibido “a coluna de prosseguir com as operações em terra”.

---

<sup>179</sup> – Publicados a 15, 16, 18 e 20 de Julho de 1908.

<sup>180</sup> – 16 de Maio de 1908

<sup>181</sup> – A portaria, que tinha o número 121, ia mais longe nos seus outros três artigos, cujo texto é o seguinte: “2. a suspensão de garantias será proclamada por bando, em todas as residências em que se acha dividida a província; 3. Fica proibido todo o género de comunicações com a ilha de Bissau, com excepção da praça, ficando os contraventores sujeitos às consequências da perseguição pelos navios de guerra, sendo as embarcações contraventoras consideradas como presas e os seus tripulantes deportados para outras colónias; 4. Em todas as residências fica proibida a admissão de gentio de Bissau como trabalhadores, quer de particulares, à excepção dos que tiverem permissão especial do governo da província, documentada, sempre, com um salvo-conduto com a indicação dos sinais característicos.”

Esta portaria causou alarme. Os jornais de Lisboa deram relevo ao assunto, os jornais franceses reproduziram a notícia de que Bissau se encontrava em “estado de guerra”, os representantes consulares estrangeiros informaram certamente os seus governos, e com a preocupação, ou o pretexto, de garantir a segurança dos comerciantes estrangeiros, uma canhoneira inglesa, ida da Serra Leoa, e um velho cruzador francês, o “Cassar”, saído de Dakar<sup>182</sup>, apareceram defronte de Bissau: discretamente o primeiro, ostensivamente o segundo. Não havia, porém, qualquer perigo para os comerciantes – as próprias canhoneiras portuguesa “Zambeze” e “D. Luiz” retiravam-se nesse mesmo dia para Cabo Verde, dado que a sua presença em águas da Guiné já não era necessária. Houve quem atribuísse aos próprios comerciantes a intenção de colocar em dificuldades o governador. Mais tarde, em Lisboa, numa conversa com Artur Marinha de Campos – que a reproduziu no jornal que dirigia, *O Radical*<sup>183</sup>, o 2º tenente Albuquerque Rocha, pouco antes chegado a Lisboa, afirmou: “Os estrangeiros não corriam o menor perigo. Foram as notícias terroristas publicada nos jornais de Lisboa e transmitidas para a imprensa estrangeira que levaram os governos da França e da Inglaterra a enviar aqueles navios às águas da Guiné.” Comentário de Marinha de Campos: “Estas notícias alarmantes que vêm de África têm sempre um intuito baixamente interesseiro Eu creio bem que foram os comerciantes de Bissau que exportaram os terríveis boatos, para atraírem ali uma freguesia que gasta bem e paga melhor.”

Todavia, *O Jornal do Comércio*<sup>184</sup>, em Carta da Guiné, com data de 27 de Junho de 1908, assinada com as iniciais do correspondente, J. B. M. M., dá uma versão algo diferente: afirma que a portaria que declarou Bissau em estado de guerra “suscitou dúvidas aos representantes das nações, que pediram esclarecimentos ao governo da província” e prossegue: “Este não as deu, e se os representantes da Alemanha e da Itália, considerando que uma nação amiga não devia ser vexada por culpas de um mau empregado, se limitaram a submeter o caso à apreciação dos seus respectivos governos, o da França, instigado pelos nacionais e por uma ave de arribação de nome Brocart<sup>185</sup>, lembrou-se de pedir navios de guerra. O cônsul inglês também mandou um navio com 150 homens de desembarque, mas tão correcto foi o comandante que a estada do seu barco de guerra no porto de Bissau, se nos melindrou não nos vexou em nada. Outro tanto não poderemos dizer do cruzador francês, que tem feito sentir a sua presença dum modo muito desagradável.” O correspondente dá a entender que um milhar de papeis (ele escreve sempre pelspels) compareceu, armado, diante das muralhas da fortaleza dizendo que os haviam chamado e que quem o fizera “estava dentro da praça”. Alguns chamavam mesmo pelos franceses. Segundo o correspondente, Brocart subiu a rampa do forte e tentou falar aos papeis mas os portugueses não o consentiram. Ter-se-iam seguido cenas de vandalismo, assim descritas: “Os papeis então atiraram-se às casas fora dos muros

---

<sup>182</sup> – Este cruzador encontrava-se estacionado em Marrocos e fora colocado pelo ministro da Guerra às ordens do ministro das Colónias.

<sup>183</sup> – 6 de Julho de 1908.

<sup>184</sup> – 29 de Julho de 1908.

<sup>185</sup> – Era administrador-adjunto de Seju, na Casamança (cf. Christian Roche, *Histoire de la Casamance*, p. 296).

que pertencem à gente refugiada na praça, vandalizaram tudo: portas, telhas de barro e de zinco e utensílios domésticos foram inutilizados à vista da fortaleza, a dez passos do portão, sem que se disparasse um tiro. Levaram os papeis o seu desaforo a ponto de entulharem os poços, depois de terem-lhes lançado toda a casta de porcaria; e saciados de selvajarias, retiraram-se quando bem quiseram. Os nacionais protestaram contra a intervenção dos franceses nos nossos negócios internos e mandaram telegramas neste sentido ao ministro do ultramar [...] O que se diz, porém, com visos de verdade é que Brocart, de sua conta e risco, a fim de ser agradável ao governador, que fora seu companheiro e amigo na delimitação das fronteiras da Guiné, queria a todo o transe ultimar uma paz, embora coxa, e neste sentido mandara recado aos papeis. Eles bem claro o disseram."

Em Carta de Bolama, com data de 25 de Julho de 1908, mas só publicada no dia 1 de Setembro seguinte, o mesmo correspondente, que diz estar agora mais bem informado, afirma ter-se realizado a bordo do "Cassar" uma conferência com a presença do governador, durante a qual o comandante do cruzador teria afirmado, "em palavras mansas e diplomáticas", que o seu navio "está e conservar-se-á em Bissau para proteger os residentes franceses contra a má vontade do governador", palavras a que Oliveira Muzanty teria respondido negando que tivesse "qualquer prevenção contra eles" e protestando mesmo "a sua estima pelos negociantes franceses". De qualquer maneira, ninguém entendia, acrescenta o correspondente, por que motivo não suspendia o governador a sua portaria se, como afirmava, "as propriedades e vidas estão garantidas e não há má vontade contra os franceses". A verdade é que o cruzador ficou mais de um mês em Bissau e só zarpou depois de Oliveira Muzanty partir para Lisboa.

## O CASO GRAÇA FALCÃO

Jaime Augusto da Graça Falcão foi, com a patente de tenente do exército, comandante da circunscrição e do presídio de Farim, entre Junho de 1894 e Abril de 1897. Combateu, foi ferido, condecorado com a Torre e Espada no grau de cavaleiro, converteu-se em comerciante, foi acusado de "desacatos" e expulso da circunscrição de Cacheu, onde vivia e tinha a sua casa comercial, por uma portaria com o nº 56 e data de 5 de Abril de 1907, publicada no Boletim Oficial nº 14, do dia seguinte. Segundo essa portaria, os "desacatos" expostos pelo Residente de Cacheu eram confirmados "pelo auto levantado e pelo conhecimento pessoal [de Muzanty] dos péssimos precedentes do comerciante Jaime Augusto da Graça Falcão", cuja permanência nas circunscrições de Cacheu e Farim constituía "um desacato permanente à autoridade" e podia comprometer "a segurança e ordem públicas, com a propaganda que tem feito contrária às determinações da autoridade" pelo que se determinava que Graça Falcão fosse intimado "a sair da circunscrição de Cacheu no prazo de 30 dias, a contar da data da intimação, ficando-lhe interdita esta circunscrição, bem como a de Farim, até que o seu procedimento futuro e as boas informações dos Residentes das outras circunscrições indiquem o permitir-se-lhe a livre circulação em toda a colónia". O resultado foi que Graça Falcão deixou a Guiné durante todo o resto do tempo de governo de Muzanty, tornando-se activo colaborador da *Lucta*, de Brito Camacho. As suas geralmente muito extensas crónicas

foram principalmente dedicadas a atacar Oliveira Muzanty e, com ele, as demais autoridades locais<sup>186</sup>, embora dê, com frequência, informações interessantes sobre a vida da Província.

Em *O Jornal do Comércio*, o comerciante e correspondente José Monteiro de Macedo, na sua linha de ataque ao governador, criticou duramente a decisão de expulsar o antigo oficial: “Eu não defendo Graça Falcão, porque este é maior, eleitor e elegível e por conseguinte capaz de se defender a si próprio – apesar de que a solidariedade mandava que todos à uma nos opuséssemos por todos os modos contra a perpretação de semelhante atentado, que estabelece um precedente que pode acarretar grandes desgraças; o que direi, porém, é que a portaria que expulsa Graça Falcão é o documento mais insidioso e incoerente que tem visto a luz da publicidade em terras do Ultramar [...] Insidioso, porque de caso pensado desnatura os factos para rebaixar Graça Falcão, e incoerente, porque dá a entender que também o castiga por não se ter desafiado, sem se lembrar que o correspondente de *A Lucta* chamou ‘assassino, malvado e outros nomes feios’ ao governador da Guiné e que este se não desafiou chamando-o aos tribunais. Ao castigar Graça Falcão, para ser coerente, devia pedir também um castigo para si. A descrição das barbaridades praticadas em Babadinca pelo governador, insertas nas colunas de *A Lucta* e confirmadas aqui por todos que voltam do Rio de Geba, encerram uma acusação tão grave que pode atrair a atenção do mundo. Deixá-la passar sem reparo é dar-lhe foros de verdadeira.”

A ordem que expulsou Graça Falcão do Cacheu foi revogada pelo ministro da Marinha, Augusto de Castilho, em Julho de 1908, mas o *Boletim Oficial da Guiné* só em 17 de Outubro desse ano publicou o diploma que anulava a portaria de Abril.

## O CASO MACHADO SANTOS

66 Em 18 de Julho de 1908, o Comissário Machado Santos – então pertencente à guarnição da canhoneira “Zambeze” e que pouco mais de dois anos volvidos seria o artífice da queda da Monarquia – requereu ao Rei, “a graça de lhe conceder 90 dias de licença para começar a gozar ainda este mês ou no mês de Agosto nas mesmas condições em que foram concedidas aos seus camaradas que também tomaram parte na coluna”. Referia-se Machado Santos à coluna de operações que combateu na Guiné durante as campanhas de 1907-1908. Segundo Machado Santos, a canhoneira “teve um aturado serviço de campanha, especialmente em Bissau, bombardeando as povoações de Intim e Bandim, tomando parte no combate de Intim, desembaraçando o flanco esquerdo da coluna terrestre em marcha para o Alto do Intim [trocando fogo com o inimigo] e defendendo a praça de Bissau por meio de destacamentos de desembarque, tendo tido o suplicante a honra de haver acompanhado, como voluntário, o destacamento que há [sic] 1 hora da noite do dia 11 desembarcou para ficar às ordens do residente de Bissau para defesa da praça na ocasião do ataque geral do inimigo”.

---

<sup>186</sup> – Ver, entre outros, os números de *A Lucta*, de 9, 10 e 11 de Outubro de 1907 e de 6 e 14 de Agosto de 1908. As crónicas de Graça Falcão são, aliás, importantes pelos elementos que facultam para o estudo deste período e não apenas das campanhas.

Com efeito, por um despacho ministerial de 12 de Julho de 1908 haviam sido “concedidos 90 dias de licença com todos os vencimentos aos oficiais e praças da coluna expedicionária à Guiné, das forças desembarcadas das canhoneiras “D. Luiz”, “Zambeze” e transporte “Salvador Correia”, bem como das lanchas da esquadilha que tomaram parte directa nas operações, quando de regresso ao reino”.<sup>187</sup>

Todavia, a 2ª repartição da Majoria Geral da Armada informou, menos de uma semana depois, que o pedido daquele oficial não devia ser atendido e explica as razões: “O Comissário Naval de 3ª classe António Maria d’Azevedo Machado Santos saiu de Lisboa na canhoneira “Zambeze”, em 20 de Fevereiro de 1908 e chegou à Guiné em 9 de Março do mesmo ano. Em 31 de Maio de 1908 seguiu no referido navio para o reino e chegou ao Tejo em 2 de Julho corrente. Dos boletins oficiais da Província da Guiné, bem como dos mapas da canhoneira “Zambeze”, não consta que este oficial tivesse desembarcado para tomar parte nas operações militares que recentemente se efectuaram naquela província [...] Não tem pois direito à licença que requer.”

Assim, à margem do requerimento, e com data de 24 do mesmo mês de Julho, o capitão-tenente comandante da 2ª repartição apunha a seguinte nota: “Não tem direito à licença que pede como muito bem informou a repartição. Se desembarcou foi como curioso, e bem estranhável é que, como oficial, que deve ter a consciência de não ter direito à licença especial concedida aos que fizeram parte de toda a campanha, venha fazer tal pedido.”<sup>188</sup>

## A IDEIA DE COLONIZAÇÃO

No debate que nesta altura se levantou sobre o tipo de colonização que deveria Portugal seguir nas suas colónias, há que dar relevo à opinião do Prof. Emygdio da Silva, pois foi essa que vingou e veio a ter expressão na legislação da Ditadura Militar e do Estado Novo<sup>189</sup>, embora não tivesse sido levada até às consequências que aquele autor previa.

---

<sup>187</sup> – O despacho acrescentava que às praças de “prêt” também eram concedidas passagens pagas para as terras da sua naturalidade.

<sup>188</sup> – Nunes da Ponte, numa conferência que proferiu, já brigadeiro, em Janeiro de 1953, na Sociedade de Geografia de Lisboa, recordou Machado Santos como “excelente camarada, alegre, folgazão, jovial” e citou “o menu ou ementa como se diz agora” que ele, Machado Santos, compôs em verso para um almoço oferecido a bordo da “Zambeze”: “Fora de obras variado / Canja verde à magalona / Ou caldo de esperregado, / Mayonése d’azeitonas / E lagosta, não é mau. / Costoletas de penosa / À la casaca de pau, / Tudo isto cor de rosa. / Mais frituras de tainha, / Água morna e capilé / – E ovos à lá tresinha – / Vinhos, frutas, chá, café; / Finalizando um pudim, / Segundo é uso e costume: Vivam os heróis de Intim, / Combatentes de Cuntumel!”. Explica Nunes da Ponte que magalona era um soldado, casaca de pau um oficial da armada, penosa um guarda-marinha, termos usados no calão militar de então; ovos à la tresinha era uma alusão ao comandante Jerónimo Weinholtz Bívar, que substituíra, em Infantaria 13, daí “tresinha”, o alferes Victor Duque.

<sup>189</sup> – É evidente que não estou a sugerir que o Doutor Emygdio da Silva tivesse alguma coisa a ver, directamente, com a política africana do Estado Novo.

As *Novidades*<sup>190</sup> inseriram, em fundo, um trecho do livro acabado de publicar *O regímen tributário das colónias portuguesas* no qual o então jovem jurista Fernando Emygdio da Silva traça uma panorâmica das políticas coloniais dos países europeus e expõe a sua ideia de colonização, comparando-a “a um processo lento e gradual de educação familiar” porque “as colónias – sociedades novas – têm, como diz Girault, todas as qualidades, mas também todos os defeitos inerentes à juventude: brilham nelas as mesmas ilusões, ardor e ambições da mocidade, mas avulta a mesma inexperiência e ingratidão insubordinada. Pelo contrário, as metrópoles são como bons chefes de família, capazes dos maiores sacrifícios, mas irredutivelmente ciosos como eles da mínima aspiração de liberdade dos tutelados”. Comparando a evolução das colónias com as fases do crescimento de uma árvore, acentua: “A sua infância e o que podemos denominar a sua adolescência precisam de amparo e de arrimo: é a missão das grandes estacas de madeira consagradas na denominação vulgar pelas palavras *tutores* ou *esteios* que, ligados aos troncos ainda débeis, masculamente os aprumam e dirigem o desenvolvimento de outros ramos em que verdejam as folhas que se engrinaldam de flores e que depois exuberantemente pendem gravosos os frutos. Assim também necessariamente as colónias hão-de esperar das metrópoles a mesma protecção.” Emygdio da Silva pergunta seguidamente se “deverão depois as colónias fatalmente separar-se da mãe pátria, como os frutos muito maduros caindo das árvores” e responde ele próprio: “Ainda que admitamos por um momento a necessidade fatal daquele ponto último [ela] não se realiza no tempo da vida de uma geração. E os benefícios presentes podem compensar as desilusões futuras. Depois, quem sabe? Talvez uma federação imperialista [...] Um sistema em que as mútuas vantagens dispensem um sacrifício será evidentemente o preferível. E a fórmula há-de ser esta: grandes liberdades nas colónias até ao ponto em que não briguem com os legítimos e imprescindíveis interesses do domínio da mãe-pátria. Assim, sem revoluções, com tranquilidade, as maiores possessões, chegado o dia da emancipação por terem reunido todas as condições exigidas para a nacionalidade, hão-de separar-se da mãe-pátria – como os Estados Unidos, como o Brasil. É desta maneira que entendemos a grande e fecunda obra de colonização.”

O mesmo autor escreveria, mais tarde, em editorial do *Diário de Notícias*<sup>191</sup>: “A assimilação é, com efeito, o único método colonial que nos pode convir. Está no nosso carácter e na nossa índole.”

Todavia, é evidente que outras opiniões existiam – a própria venda não estava excluída em ideias expressas ao mais alto nível – mas o que principalmente se encontrava eram críticas à actuação do governo em África. Nessa linha, as *Novidades*<sup>192</sup> – então, recorde-se, um jornal republicano – inseriram uma violenta caricatura, sem qualquer legenda e intitulada apenas “Administração Colonial”, tão eloquente quanto à forma como muitos viam a acção portuguesa em África que não necessita de uma só palavra de esclarecimento.

---

<sup>190</sup> – 28 de Dezembro de 1906.

<sup>191</sup> – 5 de Dezembro de 1907.

<sup>192</sup> – 23 de Abril de 1908.

## UM SARGENTO DESCREVE AS CAMPANHAS DE MUZANTY

Em 1937, o 2º sargento reformado António dos Anjos publicou em Bragança<sup>193</sup> um pequeno opúsculo com um título longo: Resumo do que era a Guiné Portuguesa há vinte anos e o que é hoje – Para cujo progresso muito contribuiu o capitão de infantaria João Teixeira Pinto.

António dos Anjos – que segundo ele mesmo diz só chegou à Guiné em Março de 1911, quase três anos depois, portanto, do fim das campanhas de Muzanty – seguramente ouviu delas falar e recorda-as. Embora não traga qualquer elemento novo para a sua apreciação, não deixa de ser curioso ver como se lhe refere:

“ • Em 1907 travaram-se divergências na povoação de Sançancuto (mais adiante escreve San-Sancuto) entre o comandante militar de Bafatá, tenente Forte (*sic*) e o Régulo Infali Soncó, chegando mesmo o régulo a prender o comandante de Bafatá, conservando-o preso por algum tempo.

- Tendo conhecimento do caso, um comerciante de Cabo Verde, de nome Pedro Moreira, que se encontrava residindo próximo, dirigiu-se ao local, pedindo a Infali Soncó, para que soltasse o referido comandante militar, o que foi prontamente atendido, sendo desde logo posto em liberdade, o qual se dirigiu a Bambadinca e dali para Bafatá.

- Pouco depois morreu o régulo do Xime e o comandante então nomeou como encarregado deste regulado, um outro indígena.

- Como os filhos do régulo falecido não ficassem satisfeitos com a posse de um régulo estranho à família de seu pai e à qual eles se julgavam com direito pediram ao régulo Boncó auxílio para fazer guerra ao novo régulo, ao que este cedeu, fazendo-se guerra um ao outro; e como neste combate não tivessem obtido bom resultado, pediram também auxílio ao régulo Infali Soncó, o qual se prontificou a auxiliá-los, travando-se então nova guerra, na qual andaram aproximadamente dois dias.

- Chegaram então forças militares vindas de Bissau pedidas pelo chefe do posto militar do Xime.

- As forças militares começaram a fazer guerra com Boncó, na povoação de Campampe. Travou-se o tiroteio e em pouco tempo estava tomada a povoação, tendo o Boncó de fugir com a sua gente e ir juntar-se a Infali Soncó, para assim os dois régulos juntos poderem oferecer maior resistência à força militar.

- A coluna atravessou o rio Geba e foi a (*sic*) atacar o Infali Soncó e Boncó, travando-se o combate na povoação de San-Sancuto, residência do Infali.

- Nesta povoação, os dois régulos juntos ofereceram grande resistência, mas vendo que tinham certa a derrota, fugiram indo refugiar-se no Oio. Durante a guerra, planejaram uma traição à canhoneira, com o fim de massacrarem a tripulação!

---

<sup>193</sup> – Tipografia Académica.

• Certo dia, indo a canhoneira *Cacheu* rio abaixo no porto de Tamba Cumba, encontrou um paiolão (*em nota o autor diz que se trata de uma árvore produtora de sumauma*) tombado sobre o rio e uma corrente de ferro amarrada numa e outra margem com o fim de à chegada da canhoneira não poder esta avançar.

• Quando ela chegou foi alvo de muitos tiros que fizeram duma das margens. Os marinheiros deram toda a força à máquina e a canhoneira arreventou a corrente e seguiu viagem, mesmo furada por um tiro.

• Em 1908 nova coluna de operações veio da Metrópole para bater os Papeis, onde vinha incorporada uma Companhia de Infantaria 13 de Vila Real de Trás-os-Montes.

• Esta coluna desembarcou em Bissau e seguiu até ao alto do Intim, Bandim e Contum, mas o comandante da artilharia terminou por dar as peças incapazes, retirando então a coluna para Bissau.

• Nesta coluna tomou parte também a Companhia Mixta da Guiné. A coluna esteve algum tempo acampada em Intim.

• Durante este tempo, o alferes Duque avançou com um destacamento em serviço de reconhecimento até à povoação de Contum; então o gentio aproveitou a ocasião para atacar aquela pequena força, sendo morto naquela povoação o referido alferes Duque.

• Aquela pequena força, mesmo já sem comando, conseguiu fazer a retirada em ordem de Contum a Intim, além de ser perseguida pelo gentio; por isso foram retirando e combatendo sempre à medida que o gentio se lhe aproximava.

• Nesta coluna houve as seguintes baixas: Mortos, o alferes Duque e dois soldados indígenas. Feridos, o capitão Montalvão e 2 soldados de Infantaria 13; um soldado europeu da Companhia Mixta e dois soldados indígenas.

• Estas operações foram comandadas pelo governador Mozanti [*sic*]."

No seu opúsculo, o sargento António dos Anjos refere ainda expedições e combates posteriores às acções da campanha:

• Também em 1908, encontrava-se de administrador e comandante militar na vila de Farim, o alferes Augusto José de Lima Junior (natural de Cabo Verde).

• Os balantas como o seu ideal era roubar, desde longo tempo vinham roubando os transeuntes, indo mesmo roubar os mandingas às suas povoações, indo também roubar à vizinha colónia francesa e lá mesmo assassinavam para roubar.

• Em vista disto, o governador da colónia francesa mandava queixas ao governador da Guiné, onde pedia providências; queixas estas que o governador transmitia ao comandante militar de Farim, dizendo-lhe que empregasse todos os meios ao seu alcance, a fim de pôr termo àquele estado de coisas.

• Eram chamados à obediência pelo comandante militar, por meios suaves os balantas daquela região, mas não obedeciam.

• Com respeito ao pagamento do imposto de palhota, nem nisso pensar! eram baldados os esforços empregues pelo comandante, respondendo com modos provocadores a todos os convites feitos por ele.

• O alferes Lima organizou então uma coluna de operações, composta de todo o destacamento militar de que era comandante.

• A coluna tinha a seguinte composição: comandante da coluna, o comandante militar e administrador, alferes Lima; dois 2<sup>os</sup> sargentos: um segundo sargento enfermeiro, quatro cabos europeus; cinquenta soldados europeus, trinta soldados angolenses e quinhentos auxiliares indígenas.

- A tropa estava armada de espingardas Kropatschek e os auxiliares de espingardas Snider.
- O governador, em vista do revés que acabava de ter a coluna, nos Papeis, receava autorizar o alferes Lima a bater aquela região para obrigar os indígenas rebeldes a submeterem-se à nossa soberania. No entanto, em vista das constantes insistências que lhe eram feitas pelo referido alferes Lima, autorizou-o.
  - Eram 5 horas do dia 8 de Junho.
  - A coluna pôs-se em marcha, indo pernoitar na povoação de Bubor, que encontrou despovoada, tendo-se o gentio escondido no denso mato próximo à povoação e de lá observava todos os movimentos que a coluna fazia.
  - No dia 9, saíram para explorar o caminho, alguns cavaleiros, encontrando o chefe da povoação de Simbor, que foi preso e conduzido para bordo de uma lancha do Estado que se encontrava ancorada no porto de Sam-Sancuto.
  - No dia 10, levantou o acampamento de Bubor, passando pelas povoações de Simbor, Sambuiá e Talicó, que se achavam desertas, tendo os habitantes ido para Samage.
  - Esta povoação estava fortificada com três ordens de paliçada de *pau-ferro* e *pau-carvão* (*em nota de pé de página o autor informa que se trata de árvores de madeira muito resistente*) onde todos os indígenas da região se encontravam concentrados.
  - Na altura em que a coluna chegou à povoação de Samague, os balantas não querendo ir à fala com o respectivo comandante, que, com intuitos pacíficos, tentava chamá-los à ordem, responderam com ameaças, prometendo torcer o pescoço ao mesmo comandante e correr com a força do comando deste, até ao limite das suas terras.
  - Nesta altura foi dado o ataque decisivo, travando-se renhidos combates com as nossas forças durante 8 horas, pois que começou às 8 horas, aproximadamente, tendo terminado às 16 com a vitória para as nossas armas e fugindo o gentio espavorido para o norte, perseguido pelos auxiliares e, dali a pouco, estava a povoação ardendo em chamas.
  - As nossas forças tiveram 27 baixas, entre mortos e feridos, sendo 8 mortos e 19 feridos, um dos quais foi o 2º sargento António Joaquim Pereira, em virtude do que foi reformado.
  - Da parte dos rebeldes houve cerca de 500 baixas.
  - Três dias depois apresentaram-se eles a pedir paz, prometendo não voltar mais à prática dos seus desmandos e violências, o que efectivamente se provou ser verdade visto que não mais deixaram de acatar as ordens dadas pelas autoridades, pagando sempre o respectivo imposto de palhota e a multa de guerra de 300 vacas que no momento da sua apresentação lhe fora imposta.
  - Esta acção militar que teve como efeito o sossego da região de Samoge, limítrofe do território francês, foi muito apreciado e elogiado num jornal de Dacar, em artigos escritos pelo então administrador de Sediú, Monsieur Brocard.
  - Terminadas estas operações, como estímulo ao grande feito de armas, foi o alferes Lima – actualmente capitão reformado – condecorado com a medalha da Torre e Espada.”

Embora esteja fora do âmbito deste trabalho – designadamente por que José de Mello, que se saiba, nada fotografou desta acção e porque ela nada teve a ver com a expedição cuja missão terminara em Maio, pareceu-me interessante

reproduzir este raro testemunho, confirmativo de que muito ficou por fazer na Guiné em termos de imposição da soberania portuguesa, que só Teixeira Pinto, como se disse, concretizaria poucos anos depois.

Passados 15 anos, em 1953, António dos Anjos volta a publicar em Bragança novo opúsculo sobre as campanhas de 1908<sup>194</sup>, agora em versos que me abstenho de apreciar mas que não resisto a transcrever para fechar este trabalho:

*Para bater os papeis em 1908/Foram de Vila Real transmontanos afamados, /Eles tinham nome/De serem bons soldados./Retiram do alto de Intim/Para não serem derrotados.//Pareceu-lhes que a retirada/Era a melhor saída/Mas quando esta foi feita/ O Alferes Duque tinha lá deixado a vida.*

---

<sup>194</sup> - *Campanhas, Massacres na Guiné - Heroicidades (Versos)* - Tip. Académica, Bragança, 1953.

## BIBLIOGRAFIA

- Anjos, António dos – *Resumo do que era a Guiné Portuguesa há Vinte Anos e o que é Hoje Para cujo progresso muito contribuiu o capitão de Infantaria João Teixeira Pinto*. Tip. Académica, Bragança, 1937
- *Campanhas, Massacres na Guiné – Heroicidades (Versos)* – Tip. Académica, Bragança, 1953
- Barreto, João – *História da Guiné, 1414-1918*, Ed. do Autor, Lisboa, 1938
- Caetano, Marcello – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Ed. Ática, Lisboa, 1956, 3ª edição
- Chagas, Frederico Pinheiro – *Na Guiné (1907-1908)*, Lisboa, Ed. do Autor, 1910
- Djaló, Tcherno – *Traditions, métissage et pouvoir politique en Guinée-Bissau*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade de Genebra, Texto policopiado, 1997
- Ennes, António – *A Guerra de África de 1895*
- Esteves, Maria Luísa – *A questão de Casamança e a delimitação das fronteiras da Guiné*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1988.
- Marquis de Liveri de Valdausa – *Notice sur la Guinée Portugaise*, Biarritz, 1910
- Matos e Lemos, Mário – *Os portugueses na Guiné*. Crédito Predial Português, Lisboa, s/d
- Martins, Coronel E. A. Azambuja – *O Soldado Africano de Moçambique*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1936.
- Martins, General Ferreira – *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, IV vols., Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939
- Matos, Luís de – *A delimitação das fronteiras da Guiné*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1966
- Miguel, João José de Melo – *Apontamentos por ordem cronológica relativos às campanhas para a pacificação da Guiné desde 1834 a 1924*. Sociedade de Geografia, Reservados – 1 Pasta E-21
- Miranda, Filomena – *Grandes famílias luso-africanas guineenses ou Gans do séc. XIX* – Comunicação ao Colóquio “Bolama – Caminho Longe”, 1990
- Monteiro, José Maria Sousa, *Diccionario Geographico das Províncias e Possessões Portuguesas no Ultramar*, Lisboa, 1850
- Pélissier, René – *Naissance de la Guinée*, ed. René Pélissier, Orgeval, 1989 [trad. portuguesa em 2 vols., com o título *História da Guiné* – Editorial Estampa, Lisboa, 1989]
- Ponte, Luís Nunes da – *A Campanha da Guiné (1908). Breve Narrativa*. Ed. do Autor, Porto, 1909
- *Honório Pereira Barreto* – Separata do Boletim da SGL, nºs 10 a 12 da 71ª série, 1953, Lisboa
- *Formas de Colonização* – Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné, Vol. I, Lisboa, 1946
- Reis, Célia – *Guiné*, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, pp. 146 a 200
- Roche, Christian – *Histoire de la Casamance*, Ed. Khartala, Paris, 1985

Santos, João António Correia dos – *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa, 1915

Vasconcelos, Luís Loff de – *Como nós colonizamos – Interpretação da lei das concessões de terrenos no Ultramar. Processo entre a Fazenda Nacional e António da Silva Gouveia e consorte*. Composto e Impresso na Tiberty – 88, Rua do Livramento, 90, Lisboa, 1907

Walter, Jaime – *Honório Pereira Barreto*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Bissau, 1947

### Publicações periódicas

*Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa, Revista Portuguesa Colonial e Marítima, Coleção dos Boletins Militares do Ultramar do Ano de 1908, Correio da Manhã, Correio do Norte, Diário de Notícias, Diário Ilustrado, O Direito, O Economista Portuguez, Ilustração Portuguesa, Jornal das Colónias, O Jornal do Commercio, A Lucta, Noticias de Lisboa, Novidades, O Ocidente, A Província, O Radical, O Século, A Vanguarda, O Villarealense*

### Documentação

Arquivo Histórico Ultramarino, particularmente a Caixa 1 (2ª Divisão, 4ª Secção); arquivo Histórico-Militar, Guiné, 2ª Divisão, 4ª secção, Caixas 1 e 2

Arquivo Militar

Arquivo de Marinha

Arquivo da Torre do Tombo

[Página deixada propositadamente em branco]

